# DO PAÍS SONHADO AO PAÍS VIVIDO: MOÇAMBIQUE 1975-2025

João Mosca e Thomas Selemane

# DO PAÍS SONHADO AO PAÍS VIVIDO: MOÇAMBIQUE 1975-2025

**João Mosca e Thomas Selemane**

OMR
Observatório do Meio Rural

**FICHA TÉCNICA**

Título: Do País sonhado ao país vivido: Moçambique 1975-2025
Autores: João Mosca e Thomas Selemane

**Observatório do Meio Rural**
E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org
©2025

**ISBN: 978-989-35976-1-3**

Revisão linguística: **Margarida Martins**
Formatação: **Fátima Carimo**
Design da capa: **Fátima Carimo**
Fotografia de capa: **Naíta Ussene** (retrato de uma sessão de trabalho de garimpeiros de ouro em Lupilichi, Niassa).

# ÍNDICE

1. DO PAÍS SONHADO AO PAÍS VIVIDO: MOÇAMBIQUE 1975-2025.....1

2. Introdução: do país sonhado ao país vivido.....1

3. Breve história da evolução económica pós-independência.....2

4. Economia de Moçambique em 2025.....12

5. Ambiente.....27

6. Conflitos armados e não armados.....34

7. Serviços de saúde e de educação.....39

8. Relações crescimento económico, estabilidade política, influxos de capital e clima.....48

9. Relações económicas externas.....50

10. Instituições.....62

11. Concluindo.....74

# DO PAÍS SONHADO AO PAÍS VIVIDO: MOÇAMBIQUE 1975-2025

João Mosca[1] e Thomas Selemane[2]

## 1. Introdução: do país sonhado ao país vivido

Este trabalho procura apresentar a situação económica e social de Moçambique ao longo dos 50 anos depois da independência. Não pretende fazer qualquer comparação, quantitativa ou qualitativa, com o período antes da independência. Os autores delimitam o período de 1975 a 1977 até finais da mesma década, momento em que se implementou a "experiência socialista[3]" e, posteriormente, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE)[4] "sugerido[5]" pelas Instituições Financeiras Internacionais, particularmente as de Bretton Woods (IBW)[6], e o período seguinte, denominado de economia com crescimento "robusto", à crise de um Estado frágil[7], focando-se nos finais do século XX até à actualidade.

Os principais domínios analisados são os seguintes: Produto Interno Bruto (PIB) e estrutura económica; população e emprego; pobreza; relações económicas externas e dependência externa; conflitos; e, ambiente. No final faz-se um resumo na tentativa de uma análise geral e sintética sobre a situação económica e social de Moçambique após 50 anos de independência. Os dados estatísticos constantes nos quadros e gráficos foram retirados de trabalhos publicados pelo OMR, instituições e pesquisadores nacionais, organizações internacionais e do Governo de Moçambique, oportunamente referenciados. Os dados utilizados para cada indicador ou informação dependem, em grande medida, do acesso às fontes ou da oportunidade de serem referidas, considerando os objectivos deste texto.

---

[1] Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural, com Agregação em Desenvolvimento Regional. Professor Catedrático jubilado. Coordenador do Conselho Técnico do OMR.

[2] Doutor em Governação Económica e Mestre em Economia Política do Desenvolvimento pela Wits School of Governance, Joanesburgo, África do Sul.

[3] Veja Mosca, João (1999). *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Editora Piaget. Lisboa.

[4] Em Moçambique foi designado "nacionalisticamente" de Programa de Reabilitação Económica (PRE).

[5] A palavra "sugerida" traduz o que se designa por condicionalidades, isto é, as condições, objectivos/metas e prazos a que os países devem obedecer para que os programas de apoio das IBW prossigam (ampliados ou reconduzidos). Destaca-se que os programas do FMI têm, além de efeitos directos (apoio financeiro directo, sobretudo à balança de pagamentos e programas específicos de pequeno volume de recursos), uma grande influência junto do WB e de países cooperantes no que se refere ao financiamento de projectos de desenvolvimento e humanitários. O "parecer" do FMI sobre a execução dos programas (das "condicionalidades"), da governação, dos resultados e da boa governação, transmitem também a imagem sobre a economia e finanças, a estabilidade e a implementação de políticas públicas concertadas entre os parceiros, assim como os riscos da economia, o ambiente de negócios e as relações externas, influenciando os países cooperantes, bem como, e principalmente, o Investimento Directo Estrangeiro (IDE).

[6] As instituições de Bretton Woods incluem o Fundo Monetário Internacional (IMF, sigla em inglês) e o Banco Mundial (WB, sigla em inglês).

[7] A fragilidade dos Estados é medida através do Índice de Estados Frágeis (em inglês Fragile States Index - FSI) do Fund for Peace. Além da pontuação quantitativa, existe a qualitativa, designadas como se segue: Muito Sustentável; Sustentável; Muito Estável; Mais Estável; Risco; Elevado Risco. Alto Risco; Alerta; Alerta Elevada. Alerta Muito Elevada.

"Um Estado é considerado frágil quando não consegue atender às expectativas das suas populações ou gerir mudanças nas expectativas e capacidades através do processo político. A fragilidade surge, portanto, do desequilíbrio substancial nas relações entre Estado e sociedade. Tem muitas causas subjacentes, tanto crónicas, quanto agudas, e pode ter várias consequências, sendo as mais preocupantes a vulnerabilidade a conflitos internos, incapacidade de lidar com desastres humanitários e o alto risco de colapso do Estado.

[7]Relatório do The Fund for Peace (2019). The Fragile States Index. Washington, D.C. Esta organização considera a pontuação de 90 como a passagem de um Estado saindo da categoria de "perigo" para "alerta".

## 2. Breve história da evolução económica pós-independência

A trajectória de Moçambique pode ser resumida nas seguintes etapas[8]: da independência à guerra civil (1975 - 1977); guerra civil (1976 - 1992); Consenso de Washington (1992-2002); indústria extractiva (desde finais do século XX); da Economia de crescimento "robusto" à crise económica e social.

### a) Período da independência à guerra civil (1975-1977)

O tempo de graça vivido após a proclamação da independência nacional em 1975 foi curto, pois, em 1977, começa a guerra civil que durou 16 longos anos[9]. Depois da independência, a evolução da economia esteve sujeita a instabilidades quanto aos modelos de desenvolvimento resultantes de opções políticas e ideológicas, sobretudo: (1) período da "experiência socialista[10]"; (2) reformas económicas "sugeridas"/impostas pelas Instituições de Bretton Woods[11], com a liberalização da economia, no quadro do que se designa por capitalismo periférico e subdesenvolvido, e pelo colapso dos regimes socialistas da Europa[12]; (3), a instauração de uma "economia selvagem[13]," terminando numa "economia de saque[14]", que a narrativa oficial denomina por economia com crescimento robusto; e, (4) o período de uma grave crise económica (a partir de meados da segunda década do presente século, de causas múltiplas e interrelacionadas (dívidas ocultas, guerra em Cabo Delgado, crises políticas pós-eleitorais e de instabilidade social), aumento da pobreza, choques climáticos e outras. Estas mutações foram motivadas por causas identificadas e tiveram consequências (efeitos) de alterações profundas nas opções políticas, na estabilidade das instituições, no modelo económico, nas políticas públicas, nas relações externas, em conflitos de diferentes naturezas e numa crescente vulnerabilidade aos choques climáticos.

Depois da independência, e partindo de uma economia característica de capitalismo periférico e tardio[15], com uma estrutura económica dependente (extractivista[16]) e dualista (Arthur

[8] Esta periodização não é consensual. Ela varia de autor para autor, servindo apenas para facilitar o entendimento da trajectória económica de Moçambique independente.

[9] Existe uma outra periodização (1976-1992) o que perfaz 17 anos. Veja mais adiante (na alínea b) Período da Guerra Civil (1976-1992), a fundamentação deste posicionamento. O autores optam pelo período 1976-1992, isto é a guerra civil perdurou durante 17 anos.

[10] Mosca, João (1999). Obra citada.

[11] Mosca, João e Ceña, Felisa (1994): *Ajustamento Estrutural e Segurança Alimentar: O Caso de Moçambique*. EXTRA, Nº 15, pp. 2-16. Maputo: Ministério da Agricultura.
Mosca, João (2004): *Angola: a necessidade do ajustamento estrutural". Em ANGOLA: Agricultura, Sociedade e Desenvolvimento Rural*. Lisboa, ISA Press. ISBN: 972-8669-09-7.

[12] A Perestroika e depois a queda do muro Berlim aconteceram alterações na composição dos países socialistas e a recomposição da cooperação, incluindo em Moçambique.

[13] Mosca, João (2013): *Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*". Em Economia de Moçambique 2001-2010: um *mix* de populismo económico e mercado selvagem de Mosca, João, Abbas, Máriam e Bruna, Natacha. Lisboa, Escolar Editora.

[14] Mosca, João (no prelo). *Moçambique: economia de saque*.

[15] Capitalismo tardio é um conceito usado pelos neomarxistas para referir o capitalismo posterior a 1945, fase que inclui a chamada era de ouro do capitalismo (de 1945 ao início da década de 1970). Este conceito não é consensual.

[16] Dependência da economia colonial relativamente à reprodução do capitalismo periférico e tardio metropolitano (matérias-primas, mercado das exportações metropolitanas e emigração). Capitalismo periférico é um conceito utilizado para referir alguns países que seguem o sistema capitalista, mas que ainda apresentam características de subdesenvolvimento e, geralmente, se situam em África, Ásia e América do Sul. Depois do Estado Novo em Portugal (1933-1974) e, particularmente, depois da II Grande Guerra, iniciou-se, no âmbito do Pacto Colonial, um processo industrialização, tendo como objectivo a substituição de importações e a produção de bens alimentares para a crescente população de colonos e da urbanização. "O Pacto Colonial, ou Exclusivo Comercial Metropolitano, era um sistema de leis e normas que as metrópoles impunham às suas colónias durante o período colonial, ou seja: as metrópoles eram os países que se beneficiavam dos produtos e da actividade económica de seus territórios coloniais", https://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_Colonial.

Lewis[17]), transitou-se para uma economia pretensamente de "orientação socialista[18]", implementada de forma radical e desajustada da realidade, através de uma economia parcialmente de planificação central[19], controlada administrativamente por monopólios estatais[20], concentração e distribuição da acumulação e dos recursos financeiros no Estado ( o que eventualmente se pode incluir no conceito de "capitalismo de Estado[21]), discriminando o sector privado e os pequenos produtores, que representavam, na altura, mais de 80% da população e cerca de um terço do PIB. As opções de política económica, a guerra civil, o contexto regional e internacional e os factores internos mencionados, provocaram crises profundas na economia e na sociedade.

De 1975 e até principalmente ao início da guerra civil, foi um período, para a maioria da população, de grande entusiasmo e mobilização popular, expectativas futuras de uma vida melhor, sem exploração do homem pelo homem (representada pelo Estado colonial e pelos colonos), desenvolvido e próspero, independente politica e economicamente, de envolvimento de técnicos de várias raças, etnias e credos, e de uma cooperação com os países socialistas e os países progressistas da Europa (sobretudo do Norte da Europa).

Foi também o início de um período de repressão violenta e impetuosa contra os então designados exploradores do povo (sobretudo os empresários), contra os inimigos políticos (alguns dos quais expulsos da Frelimo durante a luta de libertação nacional e de outros cidadãos que defendiam alternativas democráticas ao poder monopartidário e autoritário da Frelimo), incluindo os fuzilamentos de sabotadores económicos e adversários políticos, os campos de reeducação para os marginais das cidades, prisões arbitrárias sem processos judiciais, a expulsão do país de cidadãos estrangeiros por razões arbitrárias (acusados, genericamente, de sabotagem económica).

Alguns dos dirigentes da Frelimo procuraram transmitir a imagem de um serviço público desinteressado em defesa e ao serviço do povo[22], sem corrupção. Mas nem sempre foi totalmente transparente, sobretudo no que respeita a alianças para a obtenção de recursos e de acções de segurança que levaram ao assassinato de pessoas, dentro e fora do país, entre outros aspectos. Porém, os primeiros sinais de corrupção já se faziam sentir. Finalmente, foi imediatamente depois da independência que se iniciou a edificação de um Estado de partido único, autoritário, de corte militarista, começando pelo "escangalhamento" do Estado colonial. Seria um Estado do povo e para o povo, de operários e camponeses e da ditadura do proletariado.

---

[17] Lewis, W. Arthur (1954). *Economic development with unlimited supplies of labour*. Manchester School of Economic and Social Studies, Vol. 22 (2), pp. 139-191. Esta Teoria teve várias críticas (veja, por exemplo, *Singer, H. W. (1996). Dual economy»*. In: Adam Kuper y Jessica Kuper. The Social Science Encyclopedia. Londres. Routledge, e Krugman, Paul (1993). *Toward a counter - counter revolution in development theory*. Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics.

[18] Os países socialistas e a organização económica COMECON, fundada em 1949, visavam a integração económica dos países socialistas do leste europeu. Moçambique tentou integrar-se nesta organização, mas não foi aceite, por ter sido considerado como um país de "orientação socialista" e ainda não "socialista".

[19] A planificação central não incluía a agricultura de pequena escala e as economias informais em diversos sectores, que representavam grande parte do produto interno e dos agentes económicos desses países.

[20] Para além das Empresas Estatais com resultados económicos e financeiros maioritariamente deficitários, mas em alguns casos com êxitos produtivos, existiram também, como base da economia "socialista", as cooperativas de produção (que se encerraram sucessivamente até ao seu total desaparecimento) e as cooperativas de consumo para uma distribuição às famílias quotas de bens alimentares essenciais que, igualmente, deixaram de existir durante a década de 80. Para além das cooperativas de consumo, existiam as "lojas dos responsáveis", onde estes tinham acesso a bens de consumo não disponíveis no mercado e em variedade maior.

[21] Veja, por exemplo, Paul Baran, Paul Swezy e Charles Bettelheim.

[22] O militante da Frelimo deveria ser militante da Frelimo "é o primeiro no sacrifício e é o último nos benefícios".

**b) Período da guerra civil (1976-1992)**

A guerra civil teve início logo após a independência. As conflitualidades entre Moçambique e o regime de Ian Smith e entre a Frelimo e a Renamo remontam aos períodos da constituição da Frelimo e das dinâmicas políticas ao longo da luta de libertação nacional. Smith iniciou a formação da RNM (Resistência Nacional de Moçambique) imediatamente após a independência com treino de guerrilheiros, ataques no interior de Moçambique pelo exército rodesiano, juntamente com os primeiros guerrilheiros da RNM treinados, e com a emissora de rádio África Livre, rádio de propaganda da RNM e do regime de Smith. Por outro lado, Moçambique fez a formação de guerrilheiros da ZANU-FP de Robert Mugabe imediatamente após a tomada de posse do Governo de Transição (depois dos Acordos de Lusaca a 20 de Setembro de 1974), o exército moçambicano fez ataques no interior da Rodésia e manteve bases militares e de treino da ZANU-FP no interior de Moçambique[23]. Cenário semelhante aconteceu no posicionamento de Moçambique e da Africa do Sul até à queda do *apartheid*.

A África do Sul sempre esteve a interferir, embora de forma menos constante. As acções que desenvolveu nesse conflito são semelhantes: treinos e bases militares em ambas as partes, apoio logístico militar e propaganda política.

Angola, Namíbia e África do Sul desenvolveram conflitos de semelhantes características e muitos autores consideram estes conflitos na África Austral no âmbito da guerra fria que opunha os países socialistas e o ocidente. Kissinger sintetizou este conflito como uma pinça comunista, sendo Moçambique Angola as hastes da pinça e os restantes países o objecto de transformação política e ideológica.

Após o início dos anos oitenta, a guerra, designada até então de agressão, alargou-se para grande parte do território nacional[24], com muito apoio popular, passando a assumir a natureza de uma guerra civil[25], o que é comprovado pelos resultados das primeiras eleições multipartidárias em 1994. A partir de meados dos anos oitenta, a guerra alastrou-se a quase todo o território nacional, incluindo às periferias da capital.

> De 1976 e 1992, os efeitos da guerra civil[26], segundo o Museu AfroDigital – Estação Portugal [27] foram os seguintes[28]: um milhão de mortos; 454.000 crianças de idade inferior aos 15 anos mortas entre 1981 e 1988 (45% das vítimas); 7.000 crianças de-

[23] Nkomo era considerado "conciliador"/"moderado" e optava por uma via de independência negociada (embora tivesse participado com forças militares nas acções pela independência do Zimbabwe), aspecto que também constituiu um elemento de fricções e rupturas aquando da formação da Frelimo. Mugabe era considerado como um revolucionário marxista, o que melhor se coadunava com a Frelimo em pleno período de implementação da via "socialista" em Moçambique. Depois do acordo de Lancaster House (21 de Dezembro de 1979), em Londres, Mugabe foi eleito primeiro-ministro entre 1980 e 1987 e Presidente entre 1987 e 2017, tendo sido derrubado por militares em 2017. Nkomo foi nomeado ministro do interior em 1980 e destituído em 1982 acusado de tentativa de golpe de Estado.

[24] As áreas de dominação da Renamo correspondiam a cerca de metade do território nacional e a 52% da população total, em Brito, Luís (2013). *Breve reflexão sobre autarquias, eleições e democratização*. Desafios para Moçambique. IESE. Maputo. O mesmo texto observa uma predominância do voto na Renamo nas províncias do Centro, Zambézia e na costa da província de Nampula, zonas onde a guerra se iniciou e propagou primeiramente.

[25] Nas eleições de 1994, a Frelimo obteve 44% dos votos e a Renamo 38%. Ibidem.

[26] A guerra civil durou 17 anos (designada ´ guerra de 16 anos´ ), iniciou em 1976 e terminou em 1992. O primeiro ataque foi em Nhaz´´óia, na província de Manica. Este ataque foi realizado por forças da então Rodésia do Sul de Ian Smith, tendo já incorporado militares do então Movimento Livre de Moçambique, posteriormente Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

[27] https://museudigitalafroportugues.wordpress.com/2015/01/15/consequencias-da-guerra-civil-em-mocambique-19761992/

[28] Os autores colocam estes efeitos por pensar que a dimensão dos efeitos da guerra civil não são do pleno conhecimento da maioria do público.

ficientes devido às minas entre 1980 e 1993; 50.000 pessoas amputadas, das quais 7.000 crianças e mulheres; 92.881 soldados e guerrilheiros desmobilizados (76,3% do exército governamental e 23,7% da Renamo), dos quais, cerca de 28% tinham menos de 18 anos; acima de 250.000 crianças órfãs e não acompanhadas; 2/3 de pobreza absoluta; mais de 150 aldeias e localidades destruídas; cerca de 4,5 milhões de deslocados internos; mais de 1,5 milhões de refugiados no exterior; mais de metade da rede rodoviária destruída ou inviabilizada; mais de 50% das unidades sanitárias, mais de 1.800 escolas e mais de 1.500 lojas rurais destruídas".

A guerra intensificou-se em 1986, com a morte do Presidente Samora Machel, e expandiu-se a duas províncias do Norte. À medida que a guerra se alastrava, Moçambique introduziu um Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial, que incluía um grande programa de privatização. A paz só foi possível com o fim da Guerra Fria, que trouxe o fim do *apartheid* na África do Sul. O Acordo Geral de Paz assinado em 1992, que reconheceu a legitimidade do governo e da Constituição existente, garantiu eleições multipartidárias, considerando a Renamo um partido político.

A guerra civil teve grandes repercussões económicas. Para além das mencionadas no parágrafo anterior, muitas das principias estradas e linhas de caminho-de-ferro eram frequentemente atacadas ou paralisadas, empresas em crise, tecido empresarial rural desarticulado, infra-estruturas destruídas, migrações forçadas e crescimento rápido da população urbana, entre outros aspectos Os efeitos da guerra civil combinados com as consequências da implementação de um modelo designado pelos autores de "experiência socialista"[29] provocaram uma grave crise económica reflectida no quadro 1.

Quadro 1
Alguns indicadores macroeconómicos no período "socialista" (1980-1986)

| | | 1980 | 1982 | 1984 | 1986 |
|---|---|---|---|---|---|
| Taxa de crescimento real | Preços de 1980 | 4,4 | -6,3 | -9,6 | 4,3 |
| Inflação | % | nd | 17,6 | 30,3 | 16,9 |
| Despesa pública | % PIB | 17,2 | 24,7 | 39,3 | 48,8 |
| Investimento total | % do PIB | 14,8 | 17,9 | 11,4 | 16,3 |
| Consumo total | % do PIB | 81,8 | 82,9 | 85,5 | 84,8 |
| Saldo da Balança Comercial | $10^9$ MZN | -16,8 | -22,9 | 18,8 | 18,7 |
| Taxa de cobertura (Exp/Imp) | % | 35,1 | 27,5 | 17,9 | 14,7 |

Notas: a moeda metical (MZN) substituiu o escudo utilizado no período colonial, em 16 de Junho de 1980. nd: não disponível.
Fonte: Comissão Nacional do Plano (1987), *Informação Estatística, 1986*.[30]

A crise económica, a desestabilização social, a *perestroika* e os respectivos efeitos sobre as relações externas e de cooperação, a situação politica regional (Zimbabué até finais de 1979 com o Acordo de Lancaster House em Londres e os conflitos políticos e económicos com a África do Sul até 1994 – data do fim do *apartheid*) e as pressões internacionais, "forçaram" Moçambique a optar por reformas económicas profundas o modelo económico adoptado antes do PRE, mudanças na política externa e abertura do regime, instituindo-se uma nova Consti-

[29] Veja em Período da independência à guerra civil (1975-1977), secção 2. alínea a).
[30] Mosca, João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*. Editora Piaget. Lisboa.

tuição (2ª República) aprovada em 1990, cujas reformas podem ser, em parte, de preparação à assinatura dos Acordos de Paz em 1994, em Roma, entre Moçambique e a Renamo[31].

O ajustamento estrutural tinha como objectivos principais, mudar radicalmente o sistema de planificação central, estabelecer a economia de mercado[32], eliminar/reduzir o controlo da economia pelo Estado, incluindo a privatização das empresas estatais (EE), tornando Moçambique dependente das economias desenvolvidas do ocidente no quadro de uma divisão internacional do trabalho de inserção subordinada dos países subdesenvolvidos. Em termos de medidas de política, a mais importante foi a forte desvalorização da moeda e consequente rápida redução do poder de compra dos salários[33]. O salário real em 1986 correspondia a 44,5% do salário em 1980. Estava evidente a prioridade do controlo da inflação independentemente do efeito sobre o custo de vida e o sacrifício das pessoas (consumo), sobretudo dos mais pobres, bem como o efeito negativo sobre o investimento, na produção das empresas e sobre a criação de emprego.

**c) Período do Consenso de Washington (1992-2002)**

O período de implementação do Programa de Ajustamento Estrutural, designado internamente por Programa de Reabilitação Económica – PRE)[34], iniciou em Janeiro de 1987 com medidas radicais e de grande amplitude, com as seguintes medidas principais: desvalorização do metical[35]; ajustamento das taxas de juro e da oferta monetária; liberalização de mercados; privatização de empresas estatais e abertura à actividade privada; redução das intervenções do Estado na economia; e, controlo do salários.

O processo de privatização beneficiou as elites da Frelimo, sem capital, formação técnica e de gestão, cultura produtiva e sem ética empresarial. Existiram três opções para a obtenção de benefícios: (1) compra de empresas resultante das privatizações a preços simbólicos e com acesso facilitado ao crédito; (2) estabelecimento de aliança entre empresários nacionais e estrangeiros para a gestão das empresas; (3) aquisição a preços simbólicos do património do Estado durante as nacionalizações e posterior venda ou aluguer desse mesmo património (habitação, armazéns das fábricas, etc.). Como resultado deste processo politizado, grande parte das empresas foi ficando em ruínas, dando início de um prolongado e amplo processo de desindustrialização da economia[36].

[31] No preâmbulo da Constituição da República de Moçambique pode-se ler: "A presente Constituição reafirma, desenvolve e aprofunda os princípios fundamentais do Estado moçambicano, consagra o carácter soberano do Estado de Direito Democrático, baseado no pluralismo de expressão, organização partidária e no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos".

[32] Mesmo com o ajustamento estrutural, os sectores estruturantes da economia continuaram de propriedade estatal com monopólios naturais, praticando preços estabelecidos administrativamente, e grande parte das empresas estatais e privadas beneficiaram a elite da Frelimo que continuou a ter, directa e indirectamente, o controlo da economia.

[33] Veja o gráfico 11.

[34] Existiu uma tentativa de moçambicanizar o ajustamento estrutural "à lá IBW" com um texto (supostamente alternativo) designado *Construamos o Futuro com as Nossas Mãos.* Maputo. (Frelimo, 1987).

[35] A taxa de câmbio do Metical era, em 1986, de 31,2 MZN por USD e, em 1987, passou para 289 MZN por USD. Nos anos seguintes a desvalorização continuou acelerada, atingindo 22.934 MZ//USD em 2005. Repentinamente, em 2006 o câmbio foi controlado para cerca de 25 MZN por USD.

[36] Castel-Branco, C. N. (2010). *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Cadernos N.º 1, IESE. Castel-Branco N. (2003). *Problemas estruturais da industrialização – Indústria transformadora*. IESE, Maputo. Mosca, João e Nova Yara (2023). A *Contra transformação estrutural agrária em Moçambique*. OMR. Maputo.

A partir do encerramento e privatização do então Banco Popular de Desenvolvimento (BPD) em 1997, criou-se a Comissão Executora de Privatização do Banco Austral[37], com o objectivo de financiar as actividades das empresas privatizadas, chamando a si a responsabilidade de cobrar parte do seu crédito malparado (herdado do BPD), no valor de 1.263,9 milhões de Meticais[38], a maioria do qual concedido a figuras ligadas às elites políticas[39]. O Banco Austral foi encerrado a 31 de Dezembro de 2001, após uma auditoria visando a elaboração do balanço de *encerramento.* A Conta Geral do Estado de 2019 mostra que isso foi um fracasso: em 17 anos, de 2002 a 2019, o Governo conseguiu cobrar 954,99 milhões de Meticais[40]". Assim, o saque aos bancos Austral e ex-BCM, juntamente com o caso das dívidas ocultas (em 2013), perfazem os três maiores rombos financeiros e escândalos de corrupção conhecidos na história de Moçambique.

Com a guerra civil (1976-1992), a corrupção aumentou e uma nova forma de capitalismo surgiu. Embora Moçambique estivesse estreitamente alinhado ao bloco socialista e a Frelimo professasse ser um partido socialista, a imagem de socialismo por ela projectada estava mais próxima de uma social-democracia nórdica. O Estado desempenhou um papel de liderança na economia e no desenvolvimento, o comércio era regulado, mas havia um grande sector privado e investimento estrangeiro. De facto, em 1979, a Frelimo iniciou um programa de reprivatização de pequenas e médias empresas que haviam sido abandonadas por empresários estrangeiros que estavam sendo administradas pelo Estado. A guerra interrompeu esse processo, pois o movimento de oposição, Renamo, atacava o tecido empresarial no meio rural e nas periferias de algumas cidades, incluindo Maputo[41].

No quadro 2, apresentam-se alguns indicadores da economia depois da implementação do ajustamento estrutural e após o fim da guerra civil. Os dados revelam: (1) uma recuperação do crescimento comparativamente à década anterior; (2) a redução da elevada e irregular inflação verificada durante a década de 80; (3) Redução drástica da inflação duranta a década de 90, como resultados da política monetária adoptada; (4) a persistência do défice público, embora com redução do seu peso no PIB; (4) a continuação de um elevado défice da balança comercial e muito baixa da taxa de cobertura as importações. A desvalorização forte e repentina foi anteriormente referida.

[37] Boletim da República, I Série, Número 33 de 15 de Agosto de 2001.
[38] Moeda do metical que foi substituída pelo metical da "nova família", tendo a substituição sido numa relação de mil para um.
[39] Quando Siba-Siba Macuácua, então Administrador do Banco Austral, nomeado pelo Banco de Moçambique, se preparava para publicar a lista dos grandes devedores ao banco, foi assassinato e, até ao momento, não existe esclarecimento sobre o crime. Veja também Mosca, João (2023). *ADN Frelimo: poder e dinheiro*. Centro de Integridade Pública. Maputo, onde existe uma vasta informação sobre este assunto.
[40] https://cartamz.com/index.php/politica/item/5454-credito-mal-parado-do-banco-austral-a-montanha-pariu-um-rato, de 23 de Junho de 2020.
[41] Hanlon, Joseph and Mosse, Marcelo (2010). Mozambique's Elite – Finding its Way in a Globalized World and Returning to Old Development Models. UNU-Wider.

Quadro 2
Evolução de alguns indicadores económicos no período pós-ajustamento estrutural (1987-1999)

| | | 1987 | 1988 | 1989 | 1990 | 1998 | 1999 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Crescimento económico | % | 5,8 | 5,5 | 5,4 | -0,2 | 12,6 | 7,5 |
| Inflação | % | 139,7 | 47,2 | 39,5 | 44,0 | 1,0 | 3,1 |
| Despesa pública | % do PIB | 38,0 | 42,7 | 47,7 | 49,9 | 21,0 | 22,3 |
| Receita pública | % do PIB | 42,6 | 45,3 | 49,3 | 43,0 | 11,3 | 12,0 |
| Exportações | % do PIB | 12,0 | 15,1 | 15,4 | 15,3 | 7,7 | 8,3 |
| Importações | % do PIB | 47,8 | 65,0 | 67,5 | 62,5 | 235,7 | 35,4 |
| Taxa de cobertura (Exp/Imp) | % | 15,1 | 14,0 | 13,0 | 14,6 | 30,0 | 23,5 |

Fontes: Comissão Nacional do Plano, Informação Estatística, 1989.[42]

Os indicadores acima referidos reflectem, em geral, uma muito elevada instabilidade económica, desequilíbrios nas principais macromagnitudes e, portanto, baixo investimento e criação de emprego. Os níveis, a instabilidade e o controlo administrativo das taxas de câmbio e de juros eram geralmente desincentivadoras da iniciativa privada e, consequentemente, do crescimento, do investimento privado, da inovação empresarial e da criação de emprego e do aumento dos níveis salariais. A estes factores, adicionam-se os efeitos da guerra civil e da crise do período da "experiência socialista".

**d) Período do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) massivo (desde finais do século XX a meados da segunda década do século XXI)**

O processo de desindustrialização resultante das nacionalizações após a independência e das privatizações em benefício das elites políticas e recém empresarias da Frelimo, sobretudo na última década do século passado, está relativamente desenvolvido noutras partes deste livro. Esta alínea e a seguinte são dedicadas ao Investimento Directo Estrangeiro na indústria extractiva.

Depois de finais do século XX, iniciou o *boom* do investimento externo em recursos naturais (carvão, ouro, rubis, madeira, marfim, etc.), na produção agrícola de *commodities* (açúcar, algodão, caju, feijão bóer, gergelim e tabaco) e em infra-estruturas, sobretudo as relacionadas com os corredores do *hinterland*, (Beira, Nacala e Maputo) para escoamento de recursos mineiros, sobretudo do carvão de Tete (linhas férreas de Sena e de Nacala, portos da Beira e de Nacala e estradas[43] Chimoio-Tete (N7) e Beira-Machipanda (N6), o aeroporto fantasma de Nacala[44] e a capacitação do porto de Maputo para embarque do alumínio da MOZAL e na Beira para o embarque de carvão. A partir deste período, a importância do sector da indústria ex-

[42] Retirado de Mosca, João (2005). Ibidem.
[43] Em consequência do tráfego intenso de camionagem de alta tonelagem (acima do suportado pelas estadas nacionais N6 e N7), existiu uma forte deterioração dessas vias de comunicação que nem sempre foi acompanhada com a manutenção, pelo que essas vias de comunicação se tornaram de difícil e morosa transitabilidade.
[44] O aeroporto de Nacala foi construído para ser um aeroporto plataforma entre a Ásia e Europa com a Africa Austral e da costa africana do Índico, supondo um grande tráfego de e para Moçambique em consequência da implantação dos grandes projectos. Durante muito tempo, aterrava um avião por semana e houve tempos em que as salas do aeroporto foram utilizadas como salões de festas de casamento. Nacala situa-se a cerca de 190km da cidade de Nampula, onde existe um aeroporto regional.

tractiva na formação do PIB[45] cresceu rapidamente em desfavor do sector agrário (excepto na produção de *commodities* para exportação) e da indústria manufactureira (processo de desindustrialização[46]). A indústria extractiva conheceu um crescimento significativo, tendo passado de 1,8 % do PIB, em 2011, para perto de 10,6 por cento, em 2022, uma subida que, em cerca de uma década, reflecte o desenvolvimento da exploração do carvão em Moatize, na província de Tete, seis dos empreendimentos na exploração de areias pesadas, localizados em Moma, Pebane e em Chibuto, respectivamente, nas províncias de Nampula, Zambézia e Gaza.

Inicia-se o período da "economia selvagem"[47], dominada pelo capital estrangeiro nos sectores mineiro e de serviços de transporte (portos e caminhos-de-ferro), em que por parte das "nomenclaturas" da Frelimo obteve comissões nos negócios e participações em sociedades, sem realização do capital ou com participação simbólica. Emerge a corrupção ao mais alto nível[48] que se generalizou, tornando-se endémica no aparelho de Estado, nas empresas e nas relações Estado-população aos diferentes níveis.

**e) Da economia de crescimento "robusto" à crise económica e social**

Sobretudo depois do início do presente século, os valores do trabalho, da ética, o civismo e a cidadania foram sendo substituídos pela "bolada[49]". O caso mais paradigmático é o das dívidas ocultas, envolvendo a cúpula partidária e governativa e os órgãos de defesa segurança. As dívidas ocultas marcaram um momento de início de um novo período de crise política, económica e social grave. Parte da cooperação, de que Moçambique muito depende, deixou de apoiar directamente o Orçamento Geral do Estado (OGE)[50]. O país atravessou uma crise de imagem, o crescimento da economia diminuiu, o investimento estrangeiro caiu, o os endividamentos internos e externos cresceram, o número de pobres e as desigualdades sociais e territoriais aumentaram e a dependência económica externa agravou-se.

Segundo um estudo do CIP, referindo-se às dívidas "ocultas","os efeitos colaterais de um escândalo de corrupção tão grande já podem ter custado a Moçambique 11 mil milhões de dólares – quase todo o PIB do país em 2016 – e quase 2 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Se Moçambique for forçado a pagar o serviço desta dívida, haverá mais 4 mil milhões de USD para pagar, para além dos futuros impactos prejudiciais[51]".

Aprofundou-se um Estado ineficiente, ineficaz, grande consumidor de recursos da economia, despesista e corrupto. O processo de partidarização do Estado iniciou desde a independência, tendo vindo a reconfigurar-se e aprofundar-se um Estado com diferentes níveis de autoritarismo ao longo de cinco décadas, com métodos de direcção militarizados, considerando a

[45] Veja o gráfico 1 na secção Produto Interno Bruto e estrutura económica.
[46] Veja adiante, os gráficos 1, 6 e 7.
[47] Gordon, César (2006). *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Editora da Unesp, ISA e NUTI.
Mosca, João, Abbas, Mariam e Bruna, Natacha, (2013): *Economia de Moçambique 2001-2010: um mix de populismo económico e mercado selvagem*., Lisboa, Escolar Editora.
[48] Por exemplo, o Banco Austral e consequente assassinato de Siba-Siba Macuácua (Mosca, João (2023). *ADN Frelimo: poder e dinheiro*. Centro de Integridade Pública. Maputo; sobre as dívidas ocultas, existe vasta informação publicada.
[49] O termo "bolada" é utilizado em Moçambique com sinónimo de "golpada" nos negócios, significando actos não-éticos, aproveitamento de oportunidades de forma não legal e não-transparente, desvios de recursos e de dinheiro, obtenção de recursos por influências de várias naturezas, etc.
[50] Em alguns casos, a cooperação retirou-se do apoio directo ao OGE, passando para o apoio por via de algumas organizações da sociedade civil, locais ou internacionais, ou simplesmente através de apoio directo a projectos concretos, representando assim um retrocesso na consolidação do processo de ajuda externa.
[51] Centro de Integridade Púbica (2021). *Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique*. CIP. Maputo.

génese de um movimento de libertação militar, com centros de decisão muito concentrados e centralizados, incapaz de combater o tráfico de droga, os raptos, o terrorismo, ou de reduzir a fuga de capitais, o financiamento do terrorismo, e assegurar a paz e a tranquilidade dos cidadãos[52].

A ineficiência da administração pública foi exacerbada pelo crescimento desestruturado e insustentável da função pública. É desestruturado porque aumentou apenas nos técnicos com níveis intermédios e altos da administração pública (burocracias, instituições sem mandatos claros e desnecessários[53]), em detrimento dos níveis mais baixos dos servidores públicos que, efectivamente, prestam serviços aos cidadãos e às empresas, significando uma crescente centralização e concentração dos centros de decisão. É um crescimento paradoxal porque persistem grandes défices de recursos humanos na administração pública, ao mesmo tempo que organismos internacionais, com destaque para o Fundo Monetário Internacional (FMI), insistem na necessidade da redução da folha salarial do Estado[54] que tem representado entre 10% e 14 por cento do PIB e cerca de dois terços das despesas totais do Orçamento Geral do Estado. A que se deve este paradoxo? Ele deve-se essencialmente à estrutura da função pública talhada pelo percurso histórico do país. Primeiro, a composição, estrutura e funcionalismo da na função pública vem dos tempos em que Moçambique se supunha a viver o marxismo-leninismo, com a sua economia centralmente planificada. As pessoas eram colocadas em locais de trabalho conforme o entendimento que os chefes tinham sobre essa pessoa e sobre essa função. Nada era baseado numa avaliação de adequabilidade. O caso mais marcante foi o da chamada "Geração 8 de Março", quando o governo do Presidente Samora entendeu que todos os jovens – homens e mulheres de todo o país – que tinham concluído o ensino secundário estavam aptos a servir o país em qualquer função onde fossem colocados. O resultado é conhecido: muita gente foi desempenhar funções para as quais não tinha, nem preparação, nem gosto, nem vontade.Muitos desses jovens prosseguiram os estudos, essencialmente em Moçambique, Cuba e na antiga república Democrática da Alemanha (RDA), enviados pelo Estado para cursos que, na maioria dos casos, nada tinham que ver com as aptidões e vontades desses jovens.

Segundo, naquele contexto de afectações de funcionários pelos chefes que se supunha saberem quais eram as necessidades do Estado e as competências das pessoas, o país acumulou muita gente ociosa na função pública. Quando, nos finais dos anos 1980, o Governo de Moçambique decidiu abandonar o chamado "socialismo" e aceitar as reformas da liberalização política e económica, no contexto de um capitalismo periférico/subdesenvolvido, foram feitas várias tentativas de redefinir o tamanho da função pública. As empresas públicas também foram abrangidas por essa reforma, sendo os Portos e Caminhos de Ferro (CFM) a empresa que teve o maior e mais badalado programa de reforma de mão-de-obra. Mas tal não foi suficiente para ajustar a quantidade e qualidade dos funcionários públicos à real dimensão do país. A cada ano que passava, admitiam-se mais funcionários, a folha salarial crescia, sem que a qualidade dos serviços públicos oferecidos aos moçambicanos melhorasse.

[52] Os indicadores e os diversos *rankings* internacionais revelam agravamentos acentuados da posição de Moçambique. Destaca-se a consideração de Moçambique como um Estado frágil, e colocado na "zona cinzenta" como um país com fuga e branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

[53] Como, por exemplo, a duplicação de funções entre os governadores e os secretários de Estado provinciais, zonas cinzentas entre funções ministeriais (agricultura, comércio e obras públicas), qualidade e expansão dos serviços aos cidadãos, órgãos reguladores de funções económicas e de serviços, etc.

[54] Conforme documentado em Selemane, Tomás (2024) *As greves do Estado contra o povo*, Revista Vida. Ano 64. Setembro 2024

Terceiro, no começo da década de 2000, o Estado moçambicano adoptou a medida de pagar os salários de acordo com o certificado de habilitações literárias que cada funcionário apresentasse. Foi, nessa altura, que milhares de funcionários públicos foram-se matriculando em cursos universitários, sem atender à sua área de trabalho, muito menos às necessidades do país. Em poucos anos, a administração pública estava repleta de licenciados em áreas que pouco ou nada tinham que ver com a função que a pessoa desempenhava. E o Estado foi obrigado a remunerar essa gente com o nível de salários pagos aos "doutores." Mais uns anos, tínhamos poucos técnicos e muitos "doutores" que em nada acrescentaram ou melhoraram o desempenho da administração pública.

Quarto, em 2016, como resultado da crise financeira do Estado, provocada pelo corte do apoio orçamental dos parceiros de cooperação devido ao conhecimento das dívidas ocultas, o Estado decidiu congelar as promoções, progressões e novos recrutamentos. Por cada três funcionários que saíssem num ano, incluindo por morte ou reforma, o Estado admitiria um. Mas, com excepções: na saúde, na educação, nos sectores de defesa e segurança e na agricultura (somente para extensionistas). Em resultado destas medidas, a função pública começou a ressentir-se da falta de pessoal em várias áreas, enquanto na polícia, educação e na saúde, por exemplo, se faziam recrutamentos e treinamentos massivos. Apesar daquela excepção, formaram-se e graduaram-se jovens que, depois, não foram absorvidos pelo Estado, pelo facto de haver limitações de cabimentação orçamental. E muito menos foram melhoradas as condições daqueles que já estavam integrados no trabalho.

Quinto, por volta de 2020-2021, o governo prometeu aos funcionários públicos a Tabela Salarial Única (TSU). Fazendo parte da reforma do sector público, a TSU pretendia controlar o crescimento da administração pública através da: (1) harmonização dos salários e benefícios; (2) redução/eliminação dos vários subsídios e, assim, reduzir o valor da folha salarial; (3) diminuir o número de funcionários em idade avançada – foi assim instituída, sem qualquer estudo ou diferenciação conforme as profissões, a idade de reforma aos 60 anos[55]. Como consequência, professores universitários, médicos e, a partir de 2020, também os funcionários da justiça e outros agentes superiores do Estado, foram sendo desligados da função pública, deixando os seus lugares vagos. Desde que a TSU começou a ser implementada, não há evidência da sua eficácia.

Em 2016, após a descoberta das dívidas ocultas e as consequentes reacções dos parceiros de cooperação, que resultaram no corte ao Apoio Directo ao Orçamento (ADO), o Governo de Moçambique adoptou um congelamento de contratações. De seguida, foi adoptada a Tabela Salarial Única (TSU) em 2022. Desde o congelamento de contratações, os recrutamentos só foram autorizados dentro dos limites determinados pela Lei do Orçamento e nos sectores mencionados. Para outros profissionais e/ou sectores, as novas contratações passaram a ter que respeitar a regra de 3:1 (isto é, para cada três profissionais que deixam o serviço público, apenas um pode ser contratado). A reforma da TSU teve como objectivo simplificar a folha de pagamento e padronizar a base salarial, gerando, assim, maior equidade salarial entre as instituições do Governo. Entretanto, após a adopção do TSU, houve um aumento de 13,6% na massa salarial entre 2022 e 2023[56].

[55] Existem profissões, como as mencionadas, em que o rendimento, conhecimento e produção são mais elevados depois dos 50 anos e 60 anos de experiência. As reformas compulsórias de técnicos superiores reduzem a capacidade do Estado e a qualidade dos serviços do Estado.
[56] Cálculos dos autores com base no Relatório de Execução Orçamental de 2023, Ministério de Economia e Finanças (MEF).

O Cenário Fiscal de Médio Prazo 2024-2026 fornece uma projecção agregada da folha de salários e permite a contratação de 3.200 funcionários por ano[57]. A lei orçamental anual fornece o tecto de recrutamento para sectores que não são afectados pelo congelamento de contratações, mas não inclui os limites orçamentais para promoções e horas extras. No entanto, não há metodologia para garantir que essas projecções sejam, à priori, realistas e estratégias prospectivas. Assim, a credibilidade do orçamento é fraca, conforme demonstrado por uma execução excessiva média de 8% nos salários no período de 2018-2022, atingindo o pico de 26% em 2022. Notavelmente, apesar de um acordo estabelecido para que os profissionais de saúde contratados em projectos financiados pelos parceiros de cooperação do sector da saúde deveriam ser integrados no serviço público após dois anos, eles raramente são incluídos nas projecções. Este facto conduz a uma maior desestabilização da força de trabalho no sector da saúde e, de forma geral, na administração pública.

## 3. Economia de Moçambique em 2025

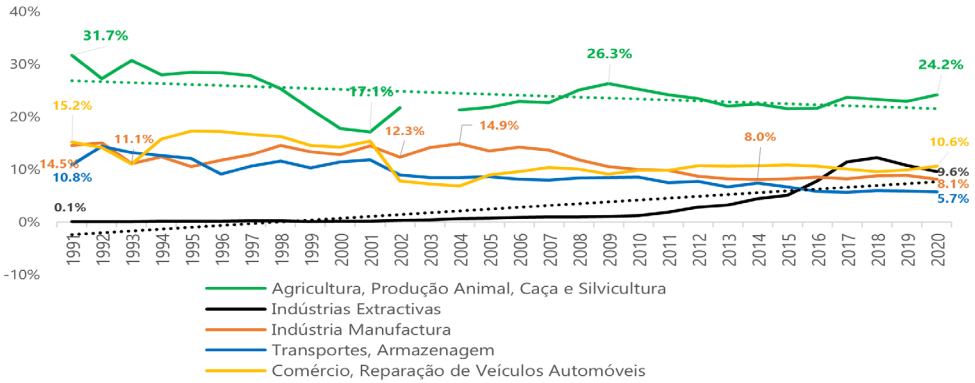
### a) Produto Interno Bruto e estrutura económica

De acordo com o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) de Moçambique em 2023 foi de aproximadamente 20,6 mil milhões de dólares norte-americanos, com uma variação percentual entre sectores ao longo dos anos, conforme se mostra no gráfico adiante. Em termos de volume do PIB, em 2023, Moçambique ocupava o *ranking* 117º em 188 países (Banco Mundial). Em contrapartida, em termos de volume de população, Moçambique, era em 2024, o 45º país mais populoso, em 234 países[58].

O gráfico 1 mostra que a participação do sector da agricultura decresceu acentuadamente, mas mantém-se como o sector que mais tem contribuído para a formação do PIB. Pode-se, ainda, verificar uma ligeira tendência de decrescimento no peso relativo da indústria manufactureira (devido ao efeito "amortecedor" da Mozal – veja gráficos 6 e 7), do comércio e dos transportes. Em contrapartida, sobretudo a partir de 2010, surge a tendência de crescimento rápido da indústria extractiva mineira. Acrescenta-se que a indústria extractiva arrasta actividades em muitos outros sectores, sobretudo de transportes (caminhos-de-ferro, portos e camionagem), construção civil (estradas, pontes e, em particular, a imobiliária).

[57] Ministério de Economia e Finanças (MEF), 2024, Cenário Fiscal de Médio Prazo 2024-2026.
[58] World population review.

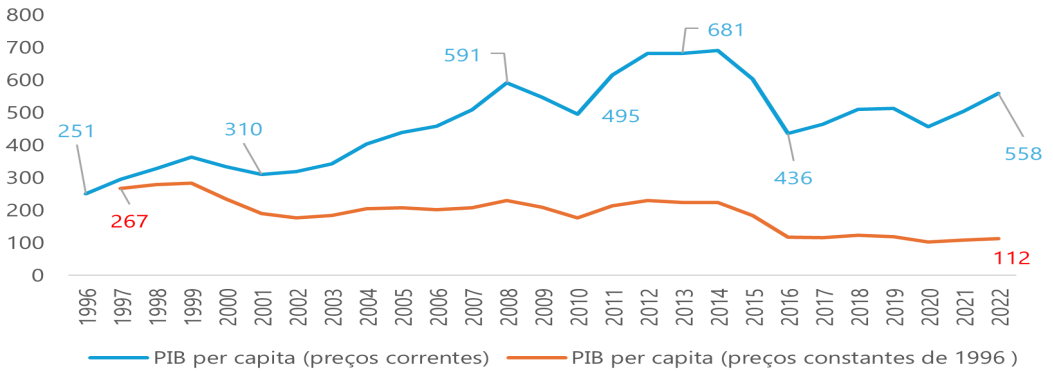
Gráfico 1
Evolução da estrutura percentual do PIB por principal sector económico
(preços correntes)




Fonte: INE[59]

No gráfico 2 apresenta-se a evolução do PIB por habitante, a preços correntes (nominais) e a preços constantes de 1996, em dólares. Pode-se verificar que, em média, cada moçambicano tinha, em 2022, um rendimento real de cerca de 42% do rendimento médio que tinha em 1996 (linha vermelha -112/267 USD), o que significa uma perda de mais do dobro (58%) do poder de compra. Em termos nominais, o PIB por habitante era, em 1996, de 251 USD, tendo passado para 558 dólares em 2022. É importante ressaltar a grande instabilidade inter-anual dos valores, bem como o constante decrescimento do PIB real (perda constante do poder aquisitivo).

Gráfico 2
Evolução do PIB e do PIB por habitante (1996-2022) em USD

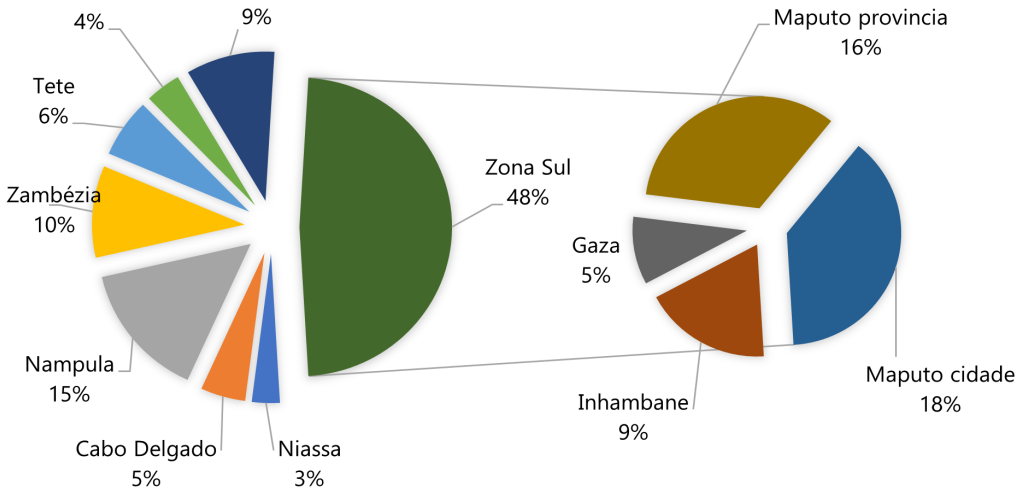



Fonte: Elaborado por Yara Nova, OMR, com base em Banco Mundial (2023).

O gráfico 3 revela uma forte concentração espacial do PIB na província e cidade de Maputo (34% do PIB total), seguindo-se as províncias de Nampula e da Zambézia, que possuem o maior número de população por província, e de Sofala, muito influenciada pelo corredor da Beira e actividades adjacentes (transportes rodoviários, hotelaria, restauração e indústria junto ao porto da Beira).

[59] Em Mosca, João (2023). *Economia moçambicana em processo de concentração sectorial, territorial e social*. Destaque Rural Nº 199. OMR. Maputo.

Gráfico 3
Participação percentual provincial no PIB entre 2000 e 2019




Fonte: Dadá (2024)[60].

A partir de 2015/2016, por razões diversas (dívidas ocultas, guerra em Cabo Delgado, conflitos pós-eleitorais, COVID-19 e políticas públicas instáveis e desacertadas), o crescimento diminuiu de ritmo. Desde o final do século XX até 2014, o país cresceu a uma taxa média anual de 7,4%. Nos últimos seis anos (2015-2021), verifica-se uma desaceleração acentuada do crescimento da economia, passando a registar uma taxa de crescimento média anual de 3,1%, tendo tido crescimento negativo em 2020. Se ao crescimento do PIB for deduzido o crescimento da população, compreender-se-á a evolução do rendimento por habitante.

No quadro 3 pode-se observar, para o período entre 2010 e 2022: (1) uma desaceleração acentuada do crescimento económico a partir de 2015; (2) a manutenção da inflação a taxas não muito diferenciadas e relativamente baixas, coincidindo as menores taxas com os períodos de desaceleração económica, isto é, quando a economia se encontra em decrescimento (crise), a inflação também baixa, o que representa uma situação anómala, apenas justificada por decisões monetárias administrativas; (3) uma maior taxa de cobertura das importações nos anos de menor crescimento (a partir de 2016), justificada por fortes restrições às importações; e, (4) idêntico comportamento e, pelas mesmas razões, do saldo da balança comercial em relação ao PIB.

Estes indicadores revelam que, em período de crise, tem-se optado por uma política monetária restritiva e de limitação às importações entre 2016 e 2020, com o objectivo primeiro de controlar a inflação, com sacrifício do investimento e da produção interna e, em parte, do consumo devido à redução das importações.

[60] Dadá, Yasser Arafat (2024). *Determinantes socioeconómicos da pobreza em Moçambique*. Tese de Doutoramento. Universidade de Lisboa.

Quadro 3
Taxas de crescimento da Inflação, Cobertura das Importações e do Saldo da Balança Comercial, 2010-2022

| 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 7 | 7 | 8 | 7 | 8 | 7 | 5 | 3 | 3 | 2 | -1 | 2 | 4 |

Taxa de inflação

| 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 7,6 | 2,3 | 3,2 | 2,6 | 1,1 | 7,1 | 12,2 | 8,0 | 3,8 | 4,7 | 3,2 | 4,6 | 6,4 |

Taxa de cobertura - (Exp/Imp em %)

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 66 | 58 | 49 | 49 | 49 | 45 | 70 | 90 | 84 | 69 | 61 | 71 | 62 |

Saldo da Balança comercial/PIB -(%)

| | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| -10% | -15 | -24 | -25 | -22 | -26 | -12 | -4 | -6 | -13 | -16 | -14 | -27 |

Fontes: Inflação: INE; Taxa de Cobertura: BdeM; Balança Comercial: World Bank.

A poupança interna, de 2000 a 2022, esteve em redor de 10% do PIB, perante um rácio de investimento total de cerca de 30% do PIB[61]. O desequilíbrio entre a baixa poupança interna e o investimento total é principalmente superado pelo investimento directo estrangeiro (IDE) e por empréstimos bancários, donativos, ajudas e dívida pública, tanto interna, como externa. O IDE representou, entre 2016 e 2021, cerca de 65% do total do investimento realizado nesse período.

[61] Zandamela, Rogério (2023). *Os Desafios da Política Monetária num Contexto de Gestão de Crises*. Aula inaugural do programa de doutoramento em estudos de desenvolvimento. Universidade Politécnica. Maputo.

Gráfico 4
Evolução da Produtividade de milho, mandioca e arroz Ton/hectare

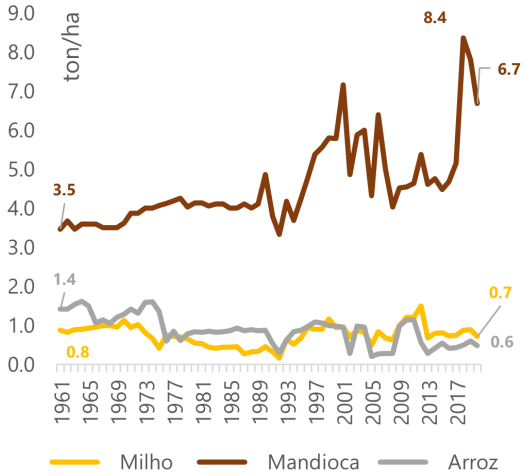
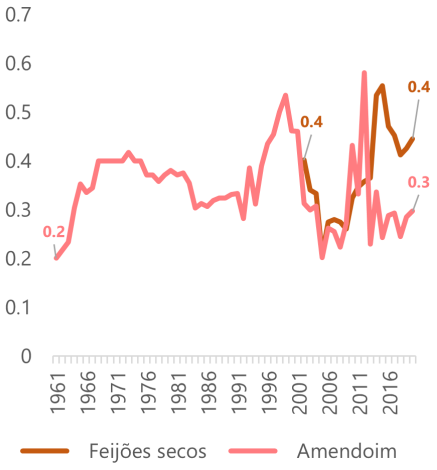



Gráfico 5
Evolução da Produtividade de amendoim e feijões secos Ton/hectares




Fonte: FAO

Nos gráficos 4 e 5, observa-se a manutenção da baixa e instável produtividade de produtos alimentares realizados pelos pequenos produtores. Os gráficos 6 e 7 revelam uma forte desindustrialização entre 1990 e 2019.

Gráfico 6
Composição da produção industrial em 1990

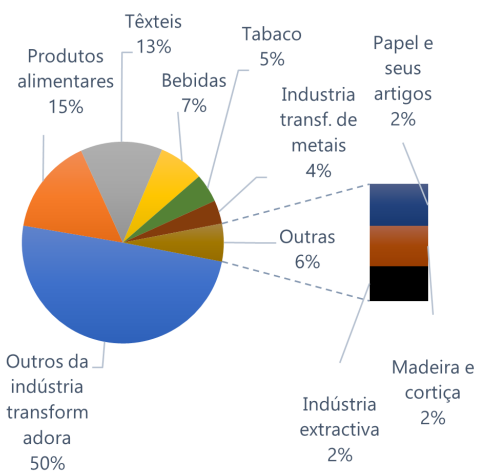
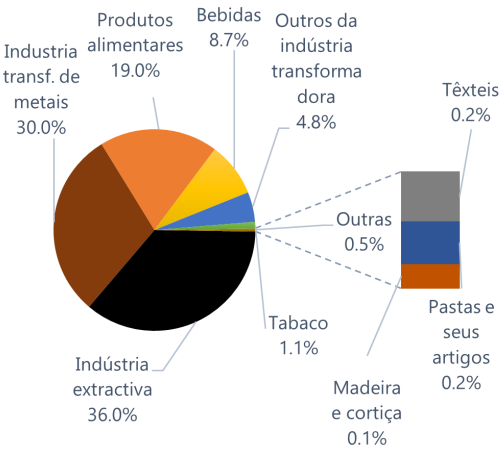



Gráfico 7
Composição da produção industrial em 2019




Fonte: INE.

O empresariado nacional é, na sua maioria, muito débil, isto é, de baixa escala (pequenas empresas), com limitada capacidade de investimento e centrado nos sectores comercial, hotelaria e restauração e de transportes rodoviários (de pessoas e de mercadorias urbanos e interprovinciais). Estes são sectores de investimento relativamente baixo, menores riscos, de rotação rápida do capital e, portanto, com possibilidade de reembolso dos créditos a curto prazo com taxas de juro mais favoráveis. Ao contrário, os sectores industriais e agrário requerem volumes elevados de investimento, rotação do capital de pelo menos um ano, e riscos elevados (sobretudo no sector agrário).

O somatório do crédito com taxas de juro de, pelo menos, 20 a 25%, mais 32% de IRC, 4% de segurança social, e entre 20 e 30% de corrupção[62], mais diversos custos de transacção (morosidade do Estado e do judicial, entropias no tecido económico, pequena corrupção, etc.), e os lucros das empresas em, pelo menos, 25%, o bem final terá de ter um preço de, pelo menos, 100% acima dos custos de produção, resultante das políticas monetária e fiscal, de entropias institucionais, ineficiências e ineficácias do Estado[63] e corrupção.

Os indicadores de corrupção têm-se deteriorado progressivamente em Moçambique, sendo o caso das Dívidas Ocultas o maior expoente desse fenómeno. De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (IPC) Global de 2022 da Transparência Internacional, Moçambique, com uma pontuação de 26 em 100, ocupa a 142ª posição entre os 180 países pesquisados, em comparação com uma pontuação de 31 em 2012[64]. Esta deterioração é consentânea com outros índices de medição da boa governação em que Moçambique tem estado incluído.

“Em termos de economia política, o autor procurou fundamentar que, no contexto de regimes autoritários, relacionados com redes de tráficos diversos, com governações incompetentes e corrupção endémica, como se vive em Moçambique, não interessa ao sistema político o surgimento de um sector privado forte, endógeno e patriota. Primeiro, porque o alargamento dessa base económica dificultaria ou seria concorrente da economia de saque e da “bolada”; segundo, porque surgiria um grupo social politicamente não alinhado e eventuais alternativas ao actual poder a longo prazo[65]”.

Moçambique é um dos países com o PIB por habitante mais baixos do mundo. Em 2021, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o país ocupava o lugar 179º em 186 países avaliados, com 484 dólares por habitante. Segundo o Banco Mundial (BM), o PIB por habitante era de 492 USD, ocupando o lugar 189º em 193 países avaliados em 2018. A avaliação das Nações Unidas (ONU), com 499 USD, colocava Moçambique na posição 182º em 189. Considerando o indicador Paridade do Poder de Compra[66], as posições de Moçambique são, para as mesmas instituições e os mesmo anos, respectivamente, 179º/185, 177º/183 e 189º em 197 países.

[62] O valor dos custos da corrupção (conforme representado na amostra) durante o período de 2002 a 2014, agregado aos preços correntes, é de 4,8 a 4,9 biliões de Dólares Norte-Americanos, o equivalente a cerca de 30% do PIB de 2014. Em Centro de Integridade pública (2016). *Os Custos da Corrupção para a economia moçambicana. Porquê é que é importante combater a corrupção num clima de fragilidade fiscal*. CIP. Maputo.

[63] Mosca, João (2024). *A asfixia propositada do empresariado nacional*. Destaque Rural Nº 264. OMR. Maputo.

[64] Mo. Ibrahim Foundation, 2022 Ibrahim Index of African Governance (IIAG) Report, 2022,https://mo.ibrahim.foundation/sites/default/files/2023-01/2022-index-report.pdf

[65] Mosca, João (2024). Ibidem.

[66] É um conceito que serve para comparar as moedas de vários países por meio de um índice para o poder de compra. PPC = e (P1/ P2), onde: e = taxa de câmbio nominal; P1 = preço da cesta no país A; P2 = preço da cesta no país B. Isto é, a comparação do poder de compra da cesta básica entre dois países, considerando a relação das respectivas taxas de câmbio nominais.

Os países que ocupavam o primeiro lugar no PIB por habitante, nas mesmas avaliações, foram, segundo o FMI, Luxemburgo, em 2021, com cerca de 135 mil dólares; e, segundo o Banco Mundial e a ONU, Mónaco ocupava o primeiro lugar nos anos 2018 e 2019, com respectivamente 195,5 e 185,8 mil dólares/habitante. Segundo o FMI, em 2021, o país pior classificado era o Sudão, com 275 USD, enquanto o BM classificou, em 2019, nessa posição, com 261 dólares, o Burundi; para a ONU, a Somália ocupava esse lugar com 100 dólares.

**b) População e emprego: do "ganho-ganho" às 'boladas'**

O rápido crescimento populacional registado no período pós-guerra civil, o êxodo rural, o desmantelamento das grandes companhias que resultaram em desemprego massivo, trouxeram, no léxico de sobrevivência dos moçambicanos, o chamado "ganho-ganho" – biscates. A essa fase seguiu-se o estabelecimento de práticas de intermediação de negócios lícitos e ilícitos conhecidos como "boladas."

As características da população de um país podem moldar as suas fundações sociais, económicas e políticas a longo prazo. Portanto, entender o perfil demográfico permite compreender as perspectivas de desenvolvimento. Desde o ano 2000, a população de Moçambique aumentou em cerca de 70%, de 18 milhões para cerca de 32,9 milhões em 2022, tornando-se o 14' país com maior população em África e o 3º maior da região da África Austral, depois da África do Sul e Angola[67].

Em 2021, a população total era de 33,7 milhões de habitantes, dos quais, 51,4% eram mulheres e 62,4% viviam em zonas rurais. O crescimento da população tem sido muito variável ao longo do tempo. Depois de 1995 (três anos depois do fim da guerra civil), a taxa de crescimento demográfico esteve, em média, em aproximadamente 3% por ano. A esperança de vida à nascença aumentou em cerca de 20 anos (entre 1975 e 2020, sendo actualmente de 62,1 anos (65 para as mulheres e 59,1 anos para os homens). Uma família típica é composta por 5 membros. Os dados do IOF (2014/2015) revelaram que os agregados familiares chefiados por homens possuem, em média, 5,3 membros e os chefiados por mulheres têm, em média, 4,2, (Ministério da Economia e Finanças, 2016[68]). A população rural representava, em 2021, 62,4% do total. A taxa de crescimento da população urbana é mais elevada (embora, em termos absolutos, exista um maior aumento da população rural[69]). Da população actual, cerca de 97% tem uma idade inferior a 65 anos, 49,4% possui idades entre 15 e 55 anos. A população dependente (menos de 15 anos e mais de 65 anos) representa 47,4% da população, da qual 44,5 têm idade até 15 anos[70]. Entre 1975 e 2020 (intervalo de 45 anos) e em termos absolutos, a população rural aumentou em 9 milhões de habitantes e a urbana aumentou em 12,1 milhões. O crescimento da população é mais rápido no meio urbano e, em termos absolutos, as cidades começaram a absorver uma parte crescente do incremento da população.

P2 = preço da cesta no país B. Isto é, a comparação do poder de compra da cesta básica entre dois países, considerando a relação das respectivas taxas de câmbio nominais.

[67] INE, Censos da População

[68] Ministério da Economia e Finanças (2016). *Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta avaliação nacional. Direcção Nacional de Estudos Económicos*. Direcção Nacional de Estudos Económicos. Governo de Moçambique.

[69] World Bank, 2022. Em Dadá (2024), tese de Doutoramento.

[70] Index Mundi. Fonte: CIA World Factbook. Dados referentes a 2018. https://www.indexmundi.com/pt/mocambique/distribuicao_da_idade.html#google_vignette.

A densidade populacional passou de 13 habitantes por km2, em 1975, para 40, em 2020[71]. Cerca de 5% da população reside em 25% da superfície do território e 41% tem residência no último quintil do território nacional (Dadá, 2024). Existe uma tendência crescente de fluxos migratórios na expectativa de empego e de outras ocupações, assim como, para as zonas de maior potencial agro-climático, maior actividade económica, mais e melhores serviços e infra-estruturas, e, ainda, deslocações forçadas (reassentamentos), derivadas da implantação de grandes investimentos agrícolas, mineiros e de infra-estruturas, e/ou em consequência de conflitos e choques climáticos. As zonas costeiras, os planaltos, os corredores de desenvolvimento e grande parte das zonas fronteiriças (excepto a Sul do Save), são zonas de crescente imigração, com taxas de crescimento demográfico acima da média nacional. Este fenómeno provoca, por um lado, sobrecarga sobre os recursos naturais (terra, floresta, fauna, minas, etc.) e reduz a resiliência aos choques climáticos e, por outro lado, nas zonas de emigração, existem riscos de desertificação física e humana, de redução da actividade económica e de agravamento dos choques climáticos.

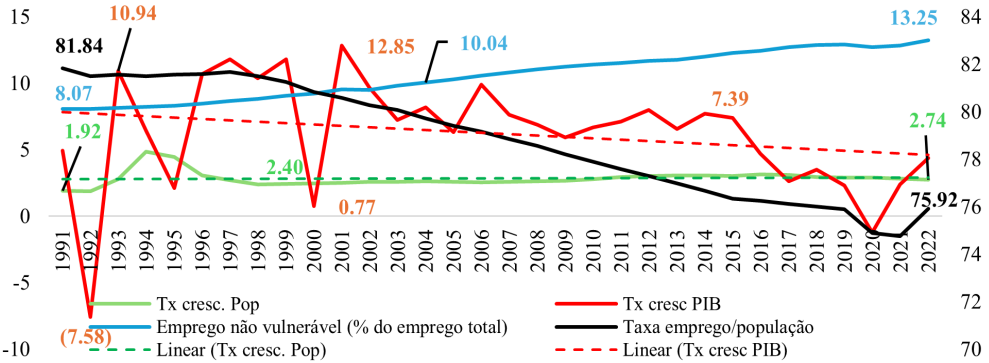
Considerando a actual cobertura sanitária, a subnutrição até aos cinco anos de idade[72] e a qualidade e abrangência do ensino, a maioria da população continuará a estar em idade activa, com défices cognitivos importantes, o que tem implicações no ensino-aprendizagem, nas valências e competências profissionais e sociais.

No gráfico 8 pode-se observar: (1) a taxa de crescimento do PIB tem sido superior à taxa de crescimento da população, com excepção entre os anos 2019 e 2021; (2) existe uma tendência acentuada de aproximação dos crescimentos do PIB e da população; (3) a evolução do PIB foi muito instável, sendo o crescimento da população constante a partir de 1998, variando entre 2,4%, em 1998, e 2,74%, em 2022; (4) a taxa de crescimento anual do emprego tem decaído a partir de 1997, tendo-se tornado sistematicamente inferior ao crescimento do PIB a partir de 2006 e inferior à taxa de crescimento a população a partir de 2012; (5) a percentagem da população com emprego tem diminuído; (6) somente a partir de 2004 é que o emprego não-vulnerável representou mais de 10% do total do emprego, o que revela o alto grau de precaridade; (7) em sentido positivo, embora com pouco significado, a taxa de emprego não-vulnerável tem aumentado como proporção do total do emprego.

Os dados no gráfico 8 revelam que o crescimento gera mais desempregados, o que é, em princípio, motivado pelo padrão de crescimento assente, sobretudo, nos recursos naturais, serviços e transportes, e em sectores relativamente mais intensivos em capital e, portanto, sectores pouco geradores de emprego (veja mais adiante neste texto). Ressalta-se que a definição de emprego considerada pelo Banco Mundial, para este efeito, pode ser considerada falaciosa (veja as notas ao gráfico).

[71] https://www.worldometers.info/world-population/mozambique-population/.
[72] Em 2019, cerca de 38% das crianças com menos de 5 anos estava em situação de subnutrição crónica.

Gráfico 8
Evolução da população, emprego e PIB




Notas: escala da direita para emprego não-vulnerável/emprego total (em %)[73].
Fonte: Dadá (2024), com base em BM.

Segundo várias estimativas, em 2050, o país poderá atingir mais de 50 milhões de pessoas. Esta realidade coloca questões relacionadas com o modelo de crescimento económico com estabilidade, distribuição social e espacial do rendimento, redução da pobreza e desigualdades sociais, segurança alimentar, maior acessibilidade e com mais qualidade dos serviços aos cidadãos, articulação do território com infra-estruturas, sobretudo no meio rural, urbanização ordenada e aprazível para os urbanos, fenómenos migratórios, processos de desertificação física e humana de vastos espaços do território nacional, choques ambientais, cada vez mais frequentes e de maior intensidade, dependência económica e política, entre outros. São necessárias acções de planeamento familiar de grande impacto, pois a demografia é um dos principais determinantes da pobreza e do seu círculo vicioso.

O Banco Mundial, no seu relatório de 2020 sobre a empregabilidade da mão de obra moçambicana, refere: "a estratégia de crescimento existente é limitada no que toca à sua capacidade de apoiar a redução continuada da pobreza. A vulnerabilidade do modelo de crescimento tornou-se óbvia em 2016 — uma queda nos preços internacionais dos produtos de base, uma crise fiscal relacionada com níveis de dívida insustentáveis, e uma grave crise de governação económica despoletada por uma desaceleração económica acentuada. Ao longo de 2017, as perspectivas económicas melhoraram com a recuperação dos preços dos produtos de base e com uma melhor gestão macroeconómica. Isto deu aos políticos margem de manobra para se afastarem de uma gestão de crise no sentido de políticas estruturais de crescimento mais inclusivo e com mais emprego[74]".

[73] Empregado é definido como todas as pessoas com idade igual ou superior a 15 anos, que se encontram em, pelo menos, uma das seguintes situações: (1) trabalhou pelo menos uma hora nos últimos 7 dias anteriores ao inquérito, com vista à produção de bens ou serviços, mediante pagamento em dinheiro ou em espécie; (2) ajudou um familiar na produção de bens e serviços, sem remuneração; (3) não trabalhou, mas tinha emprego durante o período de referência - isto é, esteve em gozo de férias, licença de parto, em greve, etc.
Emprego Vulnerável - Refere-se a formas de emprego que são precárias, instáveis, mal remuneradas e que oferecem pouca ou nenhuma protecção social aos trabalhadores. Esses empregos podem incluir trabalho informal, trabalho temporário, trabalho por conta própria em condições precárias, trabalho infantil, entre outros. As pessoas que ocupam empregos vulneráveis muitas vezes enfrentam insegurança económica, falta de acesso a benefícios sociais, riscos à saúde e segurança no local de trabalho, e dificuldades para sair da pobreza devido à falta de oportunidades de emprego de qualidade.
[74] Lachler, Ulrich e Walker, Ian (2020) World Bank. Jobs Diagnostic Mozambique. Volume 1.

À excepção do comércio grossita e retalhista, os empregos formais no sector de serviços tendem a exigir nível de ensino mais elevado e maiores competências. Na prática, isto exclui a maior parte da força de trabalho, que permanece encurralada no auto-emprego de pouca exigência em termos de competências. O investimento público e privado fomentou o crescimento do sector da construção, que cria empregos de baixa remuneração. No entanto, a indústria transformadora, que gerou a transformação do emprego em muitos países em desenvolvimento de rendimento baixo (como aconteceu com os "Tigres Asiáticos"), tem estado atrasada em relação à economia. Este é um facto marcante, dado que Moçambique foi em 1970, o oitavo país  com um maior sector manufactureiro de África[75].

É assim que a trajectória de Moçambique independente tem consolidado um modelo de crescimento económico excludente, gerador e multiplicador de pobreza e das desigualdades nas suas diferentes variantes.

**c) Pobreza como resultado das opções políticas**

O quadro 4 apresenta a evolução do número de pobres nos anos em que se realizou a avaliação da pobreza. Pode-se verificar que a percentagem total de pobres decresceu entre 1996/1997 e 2002/2003 (período após o final do pós-guerra civil e início do crescimento económico) e entre 2008/2009 e 2015 (fase do crescimento "robusto"). À excepção da última, as avaliações da pobreza têm registado uma redução da percentagem da população pobre. O decrescimento da percentagem de pobres foi significativo entre 1996/97 (período pós-guerra civil) até ao início da grave crise provocada por diversos factores (início em 2014/15), quando se iniciou um grande aumento da pobreza. A percentagem de pobres no meio rural foi sempre superior à taxa nos centros urbanos.

Quadro 4
Percentagem da população pobre, em percentagem

| | 1996/07 | 2002/03 | 2008/09 | 2014/15 | 2019/20 |
|---|---|---|---|---|---|
| Total da população pobre | 74 | 60 | 59 | 48 | 63 |
| Pobres rural/total pobre | 76 | 80 | 78 | 77 | 78 |

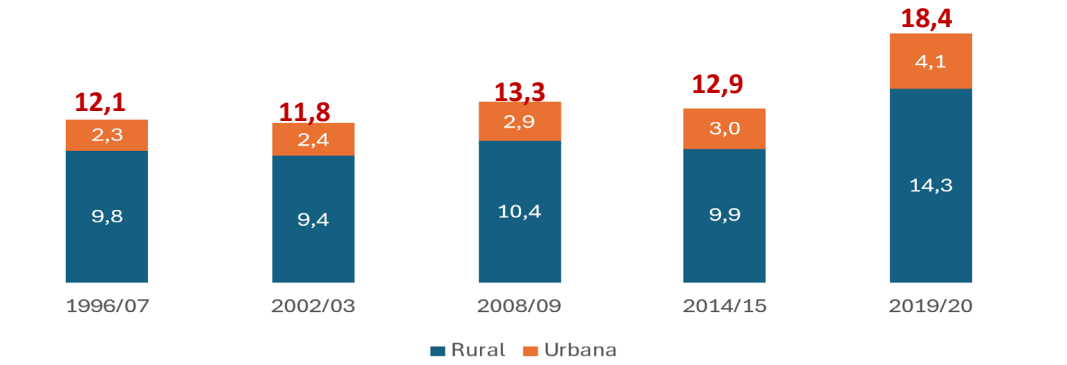
Fonte: Fonte: BM[76].

Não obstante o decréscimo da percentagem, o reflexo sobre o número de pobres foi muito limitado, tendo-se verificado um aumento significativo entre 2014/15 e 2019/2020. Observa-se no gráfico 9, que a quantidade e os acréscimos de pobres são maiores no meio rural.

[75] "Moçambique ocupa a 30ª posição no Índice de Industrialização da África de 2022, entre 52 países africanos, depois de ter ocupado a 8ª posição em 1970." Em *O percurso industrial de Moçambique e o desafio da transformação económica: - Em 49 anos de independência, Moçambique transformou-se em um Supermercado de Produtos Acabados*. Mate, Rui (2024). Centro de Integridade Pública. Maputo.

[76] https://www.scribd.com/document/687817570/Relato-rio-da-Avaliac-a-o-da-Pobreza-em-Moc-ambique-2023-v2.

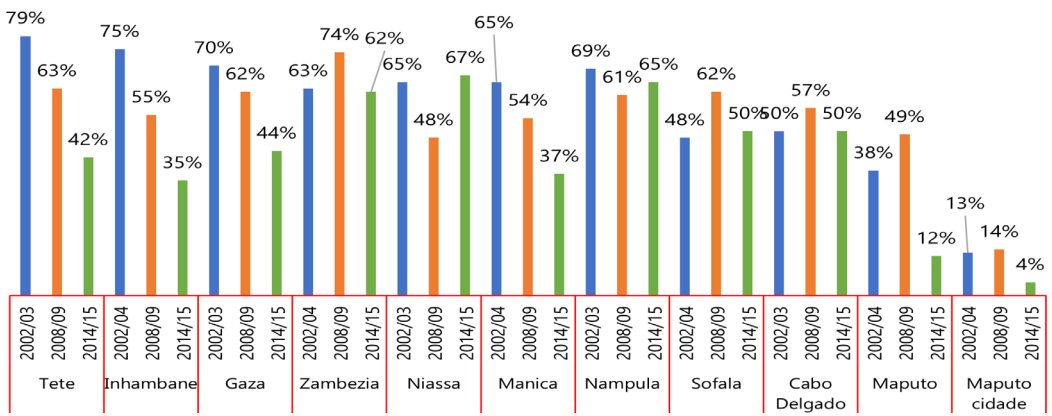
Gráfico 9
Evolução do número de pobres




Fonte: BM[77]

A distribuição da pobreza por província é apresentada no gráfico 10. Pode-se observar: (1) a província a cidade de Maputo, são as que apresentam menores taxas e maior redução de pobreza (termos percentuais, entre 4 e 6 vezes menos pobres); (2) as províncias do Norte são as que têm maiores taxas de pobreza.

Gráfico 10
Percentagem de população pobre por província



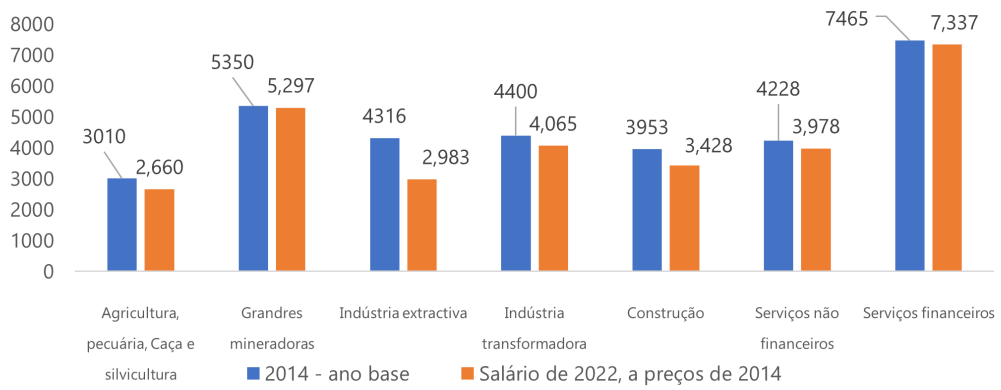

Fonte: INE, IFIs. Em Dadá (2024).

O gráfico 11 compara o salário mínimo em termos reais, por sector, nos anos 2014 e 2022, considerando 2014 como ano base. Pode-se observar: (1) uma redução do salário mínimo em todos os sectores, destacando-se as maiores perdas na agricultura (cerca de 11,6%), na indústria extractiva (31,9%) e na construção (13,3%). Os salários mínimos das grandes empresas mineradoras, dos serviços financeiros e dos serviços não financeiros, foram os menos penalizados. Os serviços financeiros (sobretudo os bancos e seguradoras) e as grandes mineradoras possuem os salários mínimos mais elevados. A agricultura, a indústria extractiva, retirando as grandes mineradoras, e a construção são os sectores com menores salários míni-

[77] Ibidem.

mos. Existe uma coincidência entre os sectores com menores salários mínimos e os sectores em que o salário real mais decaiu.

Gráfico 11
Salários mínimos por sector, em termos reais, aos preços de 2014

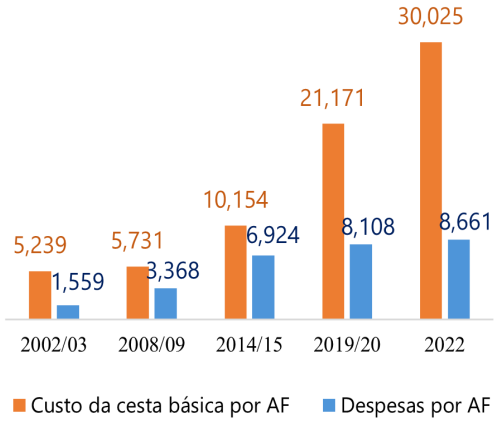



Fonte: Banco Mundial[78].

Observa-se no gráfico 12, em que medida a totalidade das despesas médias mensais do AF cobrem a cesta básica, verificando-se um agravamento deste indicador, isto é, cada vez menos as famílias podem custear as suas despesas; o gráfico 13 revela que o diferencial entre o custo da cesta básica e o salário mínimo médio das famílias é cada vez maior, o que representa um agravamento da pobreza, particularmente no sector agrário. Somente o salário mínimo do sector financeiro cobre as despesas dos AF.

[78] Dadá, Yasser (2023). *A falácia na análise do emprego em Moçambique*. Destaque Rural Nº 224. OMR. Maputo.

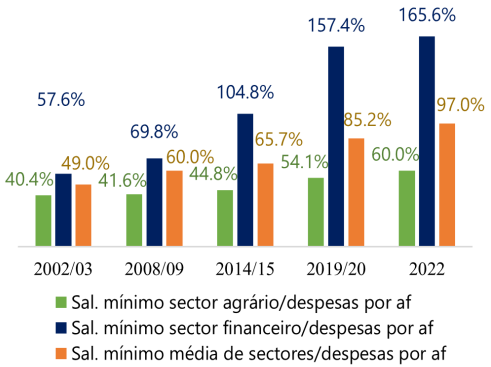
Gráfico 12
Custo da cesta básica[79] e despesas mensais por AF




Nota: Dada a indisponibilidade de dados, os valores da cesta básica em 2002 e 2003 foram retirados do texto de Marrengula *et al.*, (2021).

Fonte do gráfico 12: INE (2004, 2010, 2015, 2021, 2023a), Marrengula *et al.*, (2021) e Organização dos Trabalhadores de Moçambique, Central Sindical - OTM-CS (2024).

Gráfico 13
Taxa de cobertura do custo da cesta básica por AF pelo salário mínimo nominal




Nota: Dados elaborados por Aiuba, Rabia (no prelo). *A vida mais cara em Moçambique: Análise da evolução do custo de vida 2002-2022*. OMR. Maputo.

Fonte do gráfico 13: Marrengula *et al*. (2021), Meusalario.org, (2024) e OTM (2024)[80]

Mosca (2022)[81] afirma:

> "a pobreza e o capital são faces da mesma moeda e que o Estado "frágil" constitui uma condição importante para a "facilitação" do extractivismo. Isto é, o desenvolvimento e a actuação do capital, sobretudo do Investimento Directo Estrangeiro (IDE), reproduz a pobreza e a marginalização dos grupos sociais mais pobres e vulneráveis nas zonas de implantação desses investimentos, sem que o Estado possua capacidade ou interesse para regulamentar, fiscalizar e fazer cumprir as leis e os acordos em defesa dos interesses do país e das populações em redor dos grandes investimentos.

E acrescenta:

> (…) A pobreza facilita a prática de salários baixos, reduzindo os custos de produção. O capital extractivista empobrece o país quando, em aliança com elites dominantes do Estado, não são feitas auditorias para apurar os devidos impostos e royalties. O Estado não fiscaliza as condições de produção e de trabalho, nem impõe medidas de redução das externalidades negativas, permitindo a poluição com efeitos graves sobre a fertilida

[79] A cesta básica, definida pela Organização dos Trabalhadores Moçambicanos Central Sindical (OTM-CS), compreende os seguintes produtos e serviços: Arroz, farinha de milho, feijão manteiga, amendoim, peixe carapau, vegetais e legumes, pão, óleo vegetal, açúcar amarelo, petróleo de iluminação, carvão, sabão bingo, e transporte (duas deslocações diárias, ida e volta) (Júnior, 2021).

[80] Marrengula, C. P., Guiliche, F., & Mafambissa, F. (2021). *Evolução do bem-estar e do custo da cesta básica em Moçambique (2000 a 2020)*. Centro de Estudos de Economia e de Gestão, 1.
Meusalario.org. (2024). *Salário. Meusalario.org/Mocambique*. https://meusalario.org/mocambique/.

[81] Mosca, João (2022): Capital e Estado frágil: a aliança produtora da pobreza conveniente. Destaque Rural Nº 287. OMR. Maputo.

de dos solos, a qualidade da água consumida, a emergência de doenças profissionais (laborais ou de contaminações de vastas regiões) em redor dos centros de produção. O país fica mais pobre quando surge a exploração mineira artesanal (o "garimpo") que se articula com tráficos supostamente clandestinos e surge a imigração de estrangeiros ilegais que controlam o negócio no terreno e criam climas de instabilidade social e criminalidade. O país fica mais pobre quando, devido à exploração mineira, os solos e a flora originária não são repostos, contribuindo para a desertificação dessas zonas, restando os buracos das minas e das terras desmatadas, com efeitos sobre o clima e a vulnerabilidade contra choques climáticos e a capacidade produtiva. O país fica mais pobre com a exploração e exportação ilegal sob a forma de tráfico de madeira, marfim, pedras preciosas, ouro, recursos marinhos.

(…)

Estas relações económicas/comerciais, assentes na externalização da economia, na dependência do investimento externo, nas relações de troca no comércio internacional e nas alianças entre as elites dos países desenvolvidos com as dos países menos desenvolvidos, reestruturam permanentemente as divisões de trabalho à escala mundial que reproduzem o subdesenvolvimento e enriquecem os países desenvolvidos e as elites de ambas as partes".

Os principais determinantes da pobreza são: baixa produtividade na agricultura de pequena escala; pouco emprego; tamanho da família e número de dependentes, nível educacional; acesso e qualidade da saúde, e proximidade (distâncias e tempo levado a chegar a uma escola ou centro de saúde) dos serviços; e, mobilidade (estradas e meios de transporte).

**Pobreza monetária**

O período após 2015 testemunhou uma grande volatilidade económica, tanto interna, quanto externa, resultando numa reversão significativa na redução da pobreza. Vários choques, incluindo a crise das dívidas ocultas e a subsequente instabilidade macroeconómica, levaram a uma desaceleração notável no crescimento económico. Esta situação foi exacerbada pelo impacto dos severos ciclones Kenneth e Idai em 2019, da pandemia de COVID-19 e da crise do custo de vida exacerbada pelo início da guerra na Ucrânia no início de 2022. No final de 2021, antes do início da guerra na Ucrânia e da crise do custo de vida, a pobreza extrema), foi estimada em 67,9% da população moçambicana (cerca de 21 milhões de pessoas)[82]. Cerca de 3,3% da população de Moçambique foi classificada como extremamente pobre em 2022 devido aos elevados custos de alimentos, energia e transporte. Isto representa um aumento de 4,8% nas taxas de pobreza extrema em Moçambique durante este período, atingindo 71% no final de 2022[83].

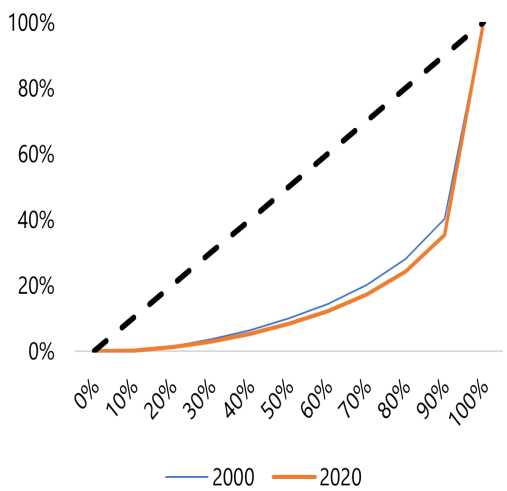
**d) Desigualdades sociais e territoriais de rendimento**

O quadro 5 apresenta a concentração do rendimento por decil da população. As principais observações são as seguintes: (1) em 2000, os 10% da população com maiores rendimentos, detinham 59,8% do rendimento nacional e, em 2020, aumentou para 64,6%; (2) os 10% de população com menor rendimento tornou-se mais pobre: passou a deter de 0,2% para 0,1% do rendimento nacional nos mesmos anos; (3) os 20% de pessoas com maior rendimento

[82] Menos de US$ 2,15/dia, como indicador actual de pobreza, estabelecido pelo Banco Mundial.
[83] Salome Ecker *et al.* (2023), the impact of the cost-of-living crisis on poverty in Mozambique and possible policy responses, United Nations Development Programme.

detinham, em 2000 e 2020, 72% e 75% do rendimento, respectivamente; 4) observa-se que em todos os decis, à excepção dos 10% de maior rendimento, diminuíram a proporção de detenção do rendimento nacional, isto é, somente 10% da população ficou relativamente mais "rica" e 90% ficou relativamente mais pobre. A curva de Lorenz revela um maior afastamento em relação à diagonal da curva de 2020, relativamente à de 2000, ou seja, a desigualdade aumentou [84].

Figura 1
Curva de Lorenz




Quadro 5
Distribuição do rendimento por decil

| População | 2000 | 2020 |
|---|---|---|
| 10% | 0,2% | 0,1% |
| 20% | 1,2% | 1,0% |
| 30% | 2,1% | 1,8% |
| 40% | 2,8% | 2,4% |
| 50% | 3,6% | 3,0% |
| 60% | 4,5% | 3,9% |
| 70% | 5,8% | 5,0% |
| 80% | 7,8% | 7,0% |
| 90% | 12,2% | 11,2% |
| 100% | 59,8% | 64,6% |

Fonte: Dadá (2024).

Segundo o Banco Mundial, em 2014, Moçambique ocupava o oitavo lugar no mundo com maiores desigualdades de rendimento, sendo a África do Sul o pior classificado[85]. A Hungria, Dinamarca e Japão eram os países menos desiguais. No Índice de Desigualdade do Género, em 2018, segundo Relatório de Desenvolvimento do PNUD de 2019, Moçambique ocupava o lugar 142º em 189 países avaliados. O país pior classificado foi o Iémen e a Suíça em primeiro lugar. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2021, Moçambique ocupava o lugar 184º em 191 países com um índice de desenvolvimento humano de 0,446. O país melhor classificado neste índice[86] foi a Suíça, com um índice de 0,962 e o pior foi o Sudão do Sul com 0,385.

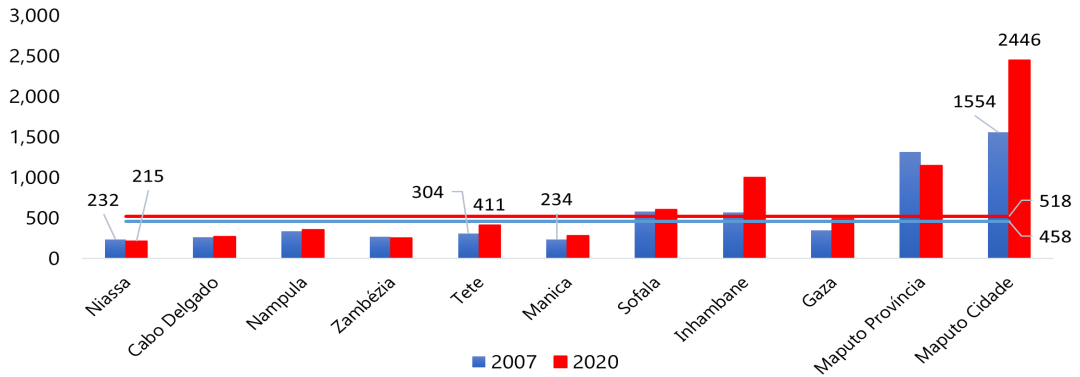
Embora o indicador PIB por habitante seja analiticamente limitado, o gráfico 14 faz uma representação da evolução entre 2007 e 2020, por província. Pode-se observar; (1) a confirmação da grande diferença entre cidade de Maputo (sobretudo) e a província de Maputo e as restan-

[84] Quanto mais afastadas estão as linhas das curvas da diagonal (a tracejado), mais desigual é a distribuição do rendimento entre a população. A diagonal representa uma distribuição totalmente igual entre a população de um determinado território.
[85] https://exame.com/mundo/quais-sao-os-paises-com-maior-desigualdade-social-do-mundo-veja-a-posicao-do-brasil-no-ranking/
[86] O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é composto pela expectativa de vida à nascença, nível da educação (média de anos de escolaridade completados e anos esperados de escolaridade ao entrar no sistema educacional, e indicadores de renda por habitante (PIB). Quanto mais perto for o IDH de 1, mais alto é o IDH.

tes províncias; (2) maiores incrementos na cidade de Maputo, Inhambane e Tete; (3) quatro províncias possuem PIB por habitante acima da média nacional; (4) valores muito baixos em todas as províncias, excepto Maputo cidade, províncias de Maputo e de Inhambane; (5) o incremento do PIB por habitante em 13 anos foi muito baixo o que revela um crescimento do PIB total pouco superior ao ritmo de crescimento demográfico.

Existe coincidência, em termos de análise qualitativa, entre os níveis do PIB por habitante e os da pobreza.

Gráfico 14
PIB por habitante em USD




Nota: a linha horizontal azul representa a média do PIB por habitante de 2007 e a vermelha refere-se a 2020.
Fonte: INE. Em Dadá (2024).

A pobreza em Moçambique afecta desproporcionalmente os jovens, as mulheres, os indivíduos com níveis educacionais mais baixos, os habitantes das zonas rurais e os trabalhadores do sector agrícola. Geograficamente, as províncias do Norte e Centro do país são as mais afectadas pela pobreza. Em contraste, a Província de Maputo e a Cidade de Maputo no Sul têm as menores taxas de pobreza, situando-se em 22,4% e 11,4%, respectivamente[87].

## 4. Ambiente

### a) A batalha em prol do meio ambiente

A necessidade da preservação ambiental em Moçambique é um fenómeno que entrou no domínio de política pública com o advento da indústria extractiva. Não admira, pois, que a primeira "Lei do Ambiente" tenha sido aprovada em 1997[88], quando o país se preparava para receber os primeiros grandes investimentos do sector mineral e energético.

A passagem das questões ambientais para a política coincide com o surgimento de movimentos cívicos de defesa do meio ambiente. A primeira organização da sociedade civil desse

[87] The World Bank, Poverty and Equity brief, Mozambique, October 2023, https://pip.worldbank.org/country-profiles/MOZ.
[88] Trata-se da Lei nr 20/97 de 1 de Outubro.

ramo surge um ano após a aprovação da primeira lei do ambiente – a Livaningo criada em 1998 e registada em 2001[89]. Dela nasceram as outras organizações como o Centro Terra Viva (CTV)[90], criado em 2002, e a Justiça Ambiental (JA!) fundada em 2004[91].

Os gráficos 15 e 16 revelam a incidência dos diferentes tipos de choque ocorridos entre 1981 e 2024. Destaca-se a maior frequência dos ciclones e cheias, geralmente acompanhados de chuvas e inundações, sobretudo ao longo da costa, onde este tipo de externalidades é mais impactante e onde se localizam alguns dos maiores centros populacionais, como Beira, Inhambane, Maputo, Quelimane (veja o número de pessoas afectadas).

Gráfico 15
Número de ocorrências

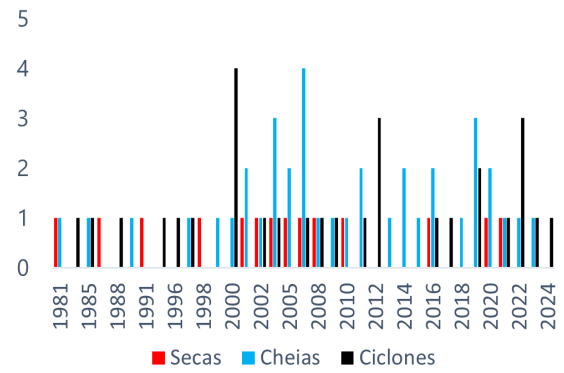
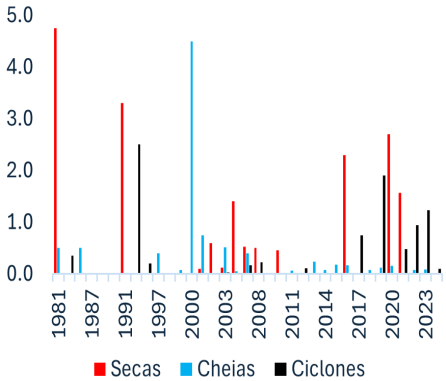



Gráfico 16
Pessoas afectadas (milhões)




Fonte: Mdata

Estes eventos obrigam a deslocações forçadas da população, criando instabilidade na vida de milhões de cidadãos, na produção e pobreza. Regra geral, estas migrações de curto prazo podem-se transformar em longo prazo, tendo como consequências, por exemplo, a procura de terras para habitação e actividades económicas, uma maior carga/pressão sobre outros recursos naturais (floresta, fauna, etc.) nos locais de destino. Podem acontecer conflitos com e entre os novos habitantes e os residentes hospedeiros nas zonas de reassentamento.

A curto prazo e a nível local, contribuem para as mudanças climáticas, os seguintes aspectos: (1) a desmatação acelerada resultante do consumo e para obtenção de rendimentos das famílias rurais (carvão, estacas, mel e outros produtos florestais) e para consumo (sobretudo

[89] Para mais detalhes ver em www.livaningo.org.
[90] O CTV é uma organização moçambicana não governamental, criada em 2002 com o intuito de promover e assegurar a participação da sociedade civil na educação e informação ambiental, bem como na adopção e aplicação de legislação sobre a mesma temática. Em termos interventivos sempre foi uma organização focada na investigação e advocacia ambiental, in www.ctv.org.mz.
[91] A JA! (Justiça Ambiental), no seu website informa que "a organização foi fundada em 2004 por um grupo de amigos com uma preocupação crescente sobre a maneira como o país estava se desenvolvendo na economia global sem muitas regras. A rapidez da entrada do investimento estrangeiro na nossa frágil democracia, caracterizada por uma sociedade civil relativamente fraca e um sistema jurídico praticamente inacessível, criava o risco de se perder muito da nossa beleza natural, que acreditamos pertencer às pessoas deste país e que não deve ser posta à venda aos grandes grupos empresariais."

para a construção da habitação, carvão, protecção de quintais e vedações diversas) e corte de árvores para fins comerciais, incluindo e em grande parte (mais de 90%) da exportação legal ou ilegal de madeira tem como destino a China[92]; (2) desmatação da costa (sobretudo de mangais) para produção de combustível, materiais de construção, produção de sal, exploração de areias costeiras, minerais, etc.; (3) urbanização ou ruralização urbana desordenada e sem infra-estruturas correspondentes ou sem manutenção das existentes, provocando disputas e negócios de terras, mau saneamento urbano, etc.; (4) pouca manutenção dos vales dos principais rios inundáveis (diques de defesa e drenagem dos leitos), bem como dos sistemas de regadio provocando a deterioração dos solos e redução do potencial produtivo; (5) prática de sistemas agro-florestais e pecuários agressivos ao ambiente, provocando perdas de biodiversidade e maior vulnerabilidade aos fenómenos climáticos globais e locais, a médio e longo prazos; e, (6) construção civil (habitação, estradas e pontes) vulneráveis aos ciclones e cheias.

Os choques climáticos acontecem com frequência, sendo limitadas as capacidades governamentais para acudir a situações traumáticas de emergência. A contribuição da cooperação internacional é, regra geral, igualmente limitada (embora mais importante que o contributo local) relativamente às necessidades alimentares, de alojamento, transporte e recuperação das vidas dos reassentados. O Estado possui recursos escassos e, regra geral, não são tomadas medidas de criação de maior resiliência local, como algumas das acima referidas.

Os choques ambientais e a reduzida criação de maior resiliência incrementam a instabilidade económica e social, revelam a ineficiência e incapacidade do Estado e não atingem, principalmente, os pequenos produtores e os pobres.

**b) Proteger o meio ambiente na era do extractivismo**

Na era do extractivismo em Moçambique, sobretudo nos locais de extracção de carvão mineral, a batalha em prol do meio ambiente trava-se contra as multinacionais que extraem e processam esse minério sem observância das regras de conservação, higiene e segurança.

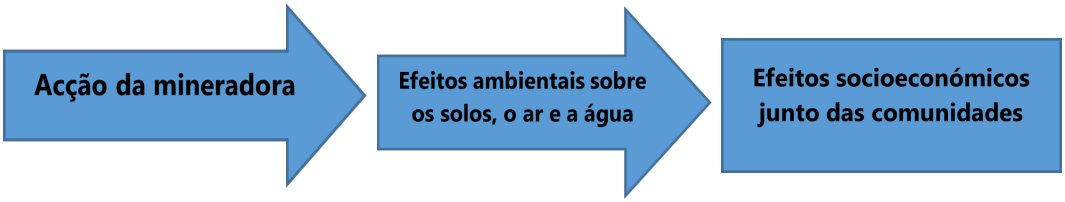
Sabendo que a mineração sempre produzirá externalidades negativas, o governo e o parlamento definiram regras, em regulamentos. a serem aplicadas pelas empresas. Uma das tarefas obrigatórias a realizar é a inspecção que é conduzida pelos Inspectores Gerais de Mineração (Inspecção Geral de Recursos Minerais e Energia) e pela Inspecção Geral do Ambiente (Inspecção Geral do Ambiente). Em 2004, o governo de Moçambique aprovou o Decreto nº 26/2004 que estabelece normas ambientais para as actividades de mineração. Dois anos depois, outro decreto foi aprovado – o Decreto nº 11 (Decreto, 2006) – estabelecendo que: "Fiscalização ambiental do licenciamento ambiental de qualquer actividade, para verificar sua conformidade com as normas de protecção ambiental; (1) supervisão das acções de auditoria e monitoramento ambiental, para confirmar se as recomendações para uma possível auditoria ambiental foram aceites ou para avaliar o estado do próprio meio ambiente onde essas acções não foram realizadas; (2) monitoria do cumprimento das medidas de mitigação propostas no âmbito do processo de avaliação de impacto ambiental, com vista a reduzir ou suprimir os efeitos negativos de qualquer actividade sobre o meio ambiente".

[92] https://www.cifor-icraf.org/knowledge/publication/4722/.

Entretanto, essas inspecções são problemáticas por três razões principais: (1) carência de três tipos de recursos: humanos em quantidade e qualidade, para a realização das inspecções; logísticos para a realização de tal inspecção; e financeiros, o que leva à dependência dos órgãos governamentais dos agentes privados a inspeccionar, criando-se situações de promiscuidade; (2) corrupção latente em diferentes níveis de poder, tendo considerando que os infractores são, muitas vezes, pessoas politica e financeiramente poderosas; (3) os baixos salários auferidos pelos agentes de fiscalização, além da ausência de diversos benefícios, o que em nada respalda o estrito cumprimento de suas respectivas atribuições.

Os maiores danos ambientais são criados pela extracção de carvão em Moatize. Num estudo de Selemane (2024) estão resumidos os efeitos ambientais sobre os solos, a água e o ar, bem como os efeitos socioeconómicos dessa actividade, conforme se apresenta abaixo:

Figura 2
Efeitos da mineração industrial




| | | |
|---|---|---|
| Escavação da mina para retirada de carvão do subsolo | Desmatamento e perda de biodiversidade<br><br>Perda de terras férteis<br><br>Erosão do solo | Escassez de terras aráveis e destruição da biodiversidade ao redor da aldeia |
| Explosão de pedras usando dinamite e explosivos | Barulho pesado<br><br>Estilhaços escapando colocam em risco a vida de moradores próximos às minas | Alto risco de doenças auditivas<br><br>Deslocamento de pessoas que buscam melhores áreas residenciais |
| Lavagem de carvão nos rios Zambeze e Revubué, os mesmos rios que as comunidades locais utilizam na sua vida quotidiana. | Contaminação de água, rios e pântanos<br><br>Mortalidade de peixes e fuga de animais selvagens | Escassez de água para uso diário pelos moradores locais<br><br>Escassez de alimentos |
| Transporte de carvão em caminhões abertos, sem protecção, do local da mineração até a estação ferroviária | Danificam as estradas, aumentando a erosão e poluindo as casas com pó de carvão | Alto risco de doenças respiratórias |

Fonte: Adaptado de Selemane (2024). The Political Economy of the Coal Industry in Mozambique. Unpublished PhD Thesis. Wits School of Governance.

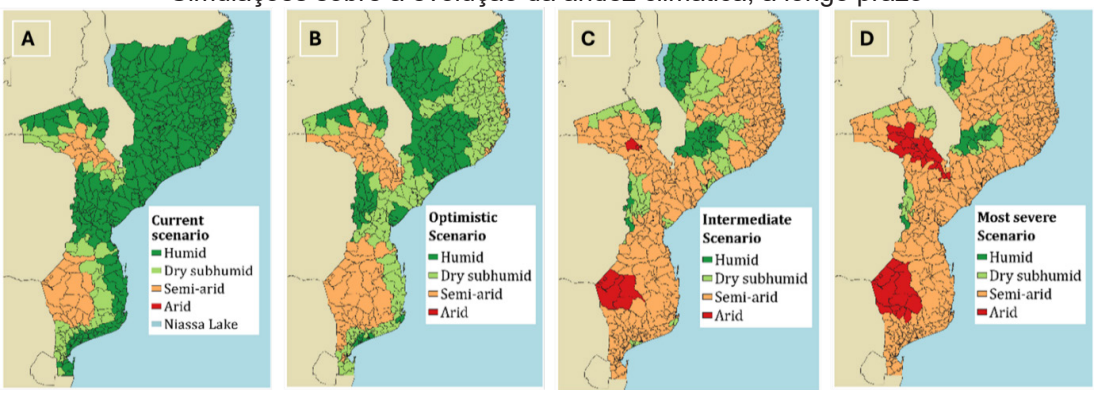
## c) Desertificação de vastas zonas

Devido **à** sua localização geográfica e aposta na economia baseada na extracção desenfreada de recursos naturais, como os minérios e as florestas, Moçambique é considerado um país de alto risco de mudanças climáticas. Em 2021, o Índice Global de Risco Climático identificou Moçambique como o país mais afectado pelas mudanças climáticas em 2019, com uma perda

do PIB de cerca de 12% e entre 600 e 900 mortes devido ao ciclone tropical Idai[93].
A figura 2 revela a situação e diferentes cenários do "avanço" das zonas áridas. Este fenómeno implica migrações, redução da actividade económica e dos rendimentos das famílias, dificuldades de mobilidade e menos serviços aos cidadãos. São, conforme já referido, um importante factor de possíveis conflitos nessas zonas e nos locais de destino das migrações. Não tem existido nenhuma acção para evitar o agravamento da aridez climática e para a minimização dos seus efeitos imediatos, como, por exemplo: plantio de árvores; construção de represas de água e de poços de água; incentivos para a localização de empresas para transformação de produtos locais (como, por exemplo, os relacionados com a produção pecuária, fauna), estímulos para técnicos trabalharem nessas áreas, entre outras.

Actualmente, estão abrangidas, principalmente a zona Sul do país junto às fronteiras com o Zimbabué e Africa do Sul e o Sul da província de Tete. Numa perspectiva de médio e longo prazos, a aridez climática vai agravar a partir das actuais zonas áridas. Pode-se chegar ao extremo de desertificação em grande parte da província do Niassa (junto ao lago com o mesmo nome), nas zonas de montanha do Norte de Tete junto à fronteira com o Malawi e Zâmbia e nas zonas da Alta Zambézia, junto ao Malawi. As consequências desta eventual evolução seriam desastrosas para Moçambique.

Figura 3
Simulações sobre a evolução da aridez climática, a longo prazo




Nota: as letras A, B, C e D, no canto superior esquerdo, representam os 4 cenários apresentados (actual, optimista, intermédio e mais severo, respectivamente).
Estudo com uma perspectiva de 2080.
Fonte: Abbas et al. (2023) disponível em https://link.springer.com/article/10.1007/s11027-023-10082-5, com base na tese de doutoramento da autora.

O Estado não tem tido competências de conhecimento e técnicas, recursos materiais e financeiros para aumentar a resiliência e executar medidas de antecipação e de redução dos efeitos negativos dos choques violentos. Por exemplo, num estudo de 2023, financiado pela Agência de Desenvolvimento dos EUA – USAID, conclui-se que "há falta de clareza sobre os papéis e as responsabilidades, entre os actores governamentais, no monitoramento, relatório, verificação e engajamento comunitário. Além disso, há escassez de pessoal treinado para medir e actualizar os inventários de emissões de gases de efeito estufa, e falta um sistema de gestão da informação com dados abrangentes de monitoramento de emissões e projectos[94]".

[93] Eckstein, David; Kunzel, Vera e Schafer, Laura. (2021). Global Climate Risk Index 2021 – Who Suffers Most from Extreme Weather Events? Weather Related Loss Events in 2019 and 2000-2019.
[94] Muhate, A. (2023) "Carbon Finance – Markets & Policy Enabling Environment Assessment" – USAID.

Os eventos realizados em reuniões internacionais e no país não têm tido correspondência com medidas concretas. A cooperação tem prometido mais que o efectivado. Os programas de educação e conscientização cívica, embora importantes, são insuficientes para introduzir alterações fundamentais nos comportamentos dos cidadãos.

Nesse âmbito, Moçambique pretende restaurar um milhão de hectares de florestas até 2030, através dos seus projectos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) (República de Moçambique, 2016). O REDD+ é um quadro voluntário de mitigação das mudanças climáticas desenvolvido sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). As receitas dos projectos REDD+ são partilhadas com as autoridades locais e com as comunidades. A USAID (2023) estima que os mercados de carbono poderiam criar meio milhão de empregos no desenvolvimento de projectos e no monitoramento de carbono em Moçambique, até 2030. No entanto, o desmatamento contínuo nas áreas de REDD+ e os atrasos na liberação de fundos para as comunidades locais destacam a necessidade de uma implementação mais eficaz.

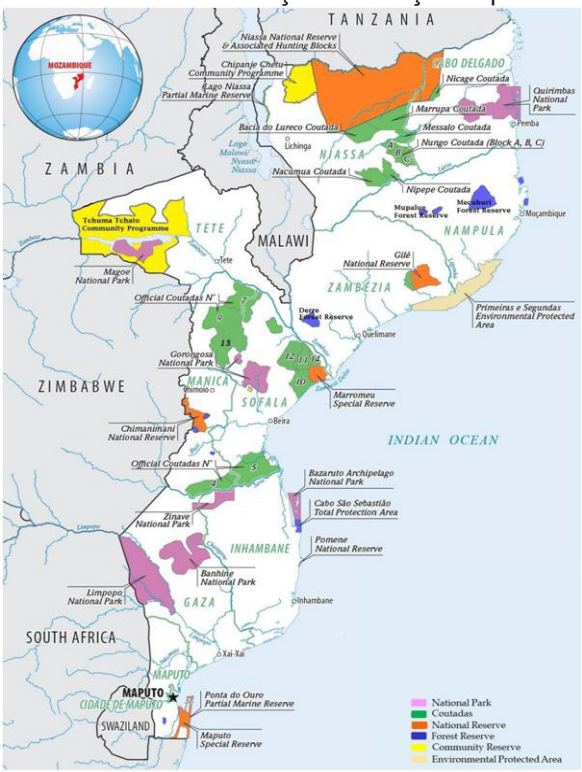
Para esse efeito, conforme documentado num estudo do Centro de Integridade Pública (CIP), para combater as mudanças climáticas e preservar as florestas naturais, Moçambique iniciou o Programa Integrado de Gestão da Paisagem da Zambézia (ZILMP), com o objectivo de reduzir o desmatamento em nove distritos, durante o período de 2018–2024, e gerar 50 milhões de dólares em receitas de créditos de carbono. No entanto, o progresso do programa tem sido limitado devido à lenta liberação de fundos e ao aumento do desmatamento[95].

**d) Zonas de conservação**

O Governo tem alargado as zonas protegidas, que representam 26% da superfície total do país. Aparentemente, as zonas protegidas têm objectivos positivos, como, por exemplo: (1) manter a biodiversidade e a protecção da floresta, dos ecossistemas e da vida selvagem; (2) aumentar a resiliência contra choques ambientais e geração de alguma fonte de rendimento de famílias vivendo nessas zonas. Na maioria dos casos e em grande medida, as organizações responsáveis pela gestão destas áreas recebem recursos financeiros e técnicos externos.

[95] CIP. (2024). Créditos de Carbono em Moçambique: Baixas Receitas, Desmatamento Crescente e Benefícios Limitados para as Comunidade. Maputo.

Figura 4
Áreas de conservação em Moçambique




Fonte: Biofund.

As reservas e áreas de conservação, por um lado, e o negócio de carbono associado, por outro lado, ganham espaço a nível internacional e em Moçambique. A questão principal é a redução dos gases com efeito estufa (captura do dióxido de carbono), presumindo-se que seja um dos principais factores do aquecimento global e das mudanças e choques climáticos[96].

Nos últimos anos, o "conservacionismo" e o negócio de carbono[97] não estão desligados. Segundo os discursos, o aumento das áreas florestais preservando a biodiversidade e a redução de dióxido de carbono permitem a um país ou empresa a venda de carbono (direitos de emissão)[98]. "Moçambique acaba de ganhar 50 milhões de USD em créditos de carbono, dinheiro que resulta do compromisso do Governo com a redução de emissões de gases por desmatamento. A primeira verificação do Programa de Gestão Integrada da Paisagem da Zambézia em Moçambique, no âmbito do Fundo de Carbono do "Forest Carbon Partnership"

[96] "Em 1997, os países reunidos na Cimeira do Clima e do Aquecimento Global, realizada em Kyoto, definiram o conceito de Crédito de Carbono com o objectivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa que estão associados a vários problemas ambientais e impactam nas mudanças climáticas".
https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/agronegocio/o-que-sao-e-como-funcionam-os-creditos-de-carbono/.

[97] Os créditos de carbono podem ser adquiridos por países ou por empresas que não têm condições ou têm dificuldade em reduzir o volume de emissão atribuído, devido a razões económicas (disponibilidade de tecnologia e adopção de fontes energéticas alternativas), mas que têm a opção de comprar os excedentes de direitos de emissão de países que não esgotaram a quota de emissão.
Embrapa, https://blogs.canalrural.com.br/embrapasoja/2022/02/21/creditos-de-carbono-um-negocio-lucrativo/.

[98] Cada país, segundo alguns critérios, designadamente o da população, possui uma "quota" de emissão. Caso emita menos, sobretudo devido ao nível de industrialização poluente e da emissão dos meios de transporte, esses países podem vender a quantidade de gases resultante da diferença entre a quota e a emissão que realiza.

(FCPF), foi recentemente concluída com a verificação de 2.040.904 reduções de emissões, resultantes de uma melhor gestão do desmatamento[99]".

O negócio do carbono é apresentado como novas condições de competitividade, redução dos efeitos climáticos, conservação da biodiversidade, promoção do desenvolvimento sustentável (por exemplo, o "desenvolvimento urbano inteligente" transmite uma "boa imagem de marca" para as empresas e os países, reduz da pobreza devido aos rendimentos obtidos, entre outros). Porém, estudos sobre as áreas de conservação em Moçambique[100] indicam que as populações que são deslocadas, reduzem o acesso aos recursos naturais e aprofundam as desigualdades sociais pré-existentes. Os fundos obtidos pela "venda" de carbono, quando beneficiam as populações, é em pequenos valores comparativamente ao recebido.

## 5. Conflitos armados e não armados

Moçambique esteve envolvido em guerras com dimensões regionais (civil, pós-eleições e em Cabo Delgado), somando cerca de 28 anos em quase 50 anos de independência. Estas guerras foram, simultaneamente, causas e efeitos das crises económicas.

No período entre finais do século XX e metade da segunda década deste século, decorreu o que se designa de "crescimento robusto", seguido de nova crise provocada pelas dívidas ocultas, choques climáticos, pandemia da COVID-19[101] e, de forma leve, pela guerra NATO (Ucrânia)-Rússia[102].

As sucessivas crises que Moçambique atravessou provocaram a destruição de infra-estruturas, a redução da capacidade produtiva, as migrações para locais de menor risco, a urbanização não programada e anárquica, a menor mobilidade de pessoas e de mercadorias devido à degradação das estradas e redução de meios de transporte. Os conflitos aumentaram a dependência económica externa, particularmente de capital, equipamentos e conhecimento, aumentando a dependência alimentar de bens essenciais da cesta básica, principalmente de consumo urbano. Houve milhões de deslocados no país e no estrangeiro, com fraco apoio humanitário. A guerra civil e a guerra em Cabo Delgado, em particular, tiveram profundos reflexos sobre a economia, a sociedade, as infra-estruturas e as instituições, além de efeitos psicológicos de longa duração e não mensuráveis.

O Estado e as suas forças de defesa e segurança não têm revelado capacidade para enfrentar o terrorismo em Cabo Delgado. Foi necessária a participação ("cooperação") de milhares de soldados e muito equipamento militar, apoio financeiro do estrangeiro. Estiveram ou estão presentes tropas do Ruanda, de países da África Austral (que se retiraram por alegadas razões financeiras) e de grupos armados, como foi o grupo Wagner da Rússia[103]. Especula-se que a presença ruandesa em Moçambique está relacionada com interesses geoestratégicos

[99] https://cartamz.com/index.php/economia-e-negocios/item/8613-creditos-de-carbono-mocambique-encaixa-50-milhoes-de-usd-com-programa-de-reducao-de-emissoes-de-carbono-tutelado-por-celso-correia

[100] Bruna, Natacha (2022). *Variações do extractivismo em Moçambique: um mundo inteligente ao clima e a emergência do extractivismo verde*. Observador Rural Nº 128. OMR. Maputo.

[101] Mussagy, Ibraimo Hassane Mosca João (2020). *Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique*. Observador Rural nº 96. OMR. Maputo.

[102] Mosca, João (2022). *Inflação 2022: "Ucrânia" e políticas internas contraproducentes.* Destaque Rural Nº 184. OMR. Maputo.

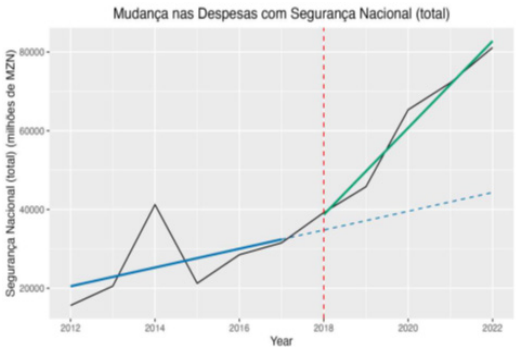
[103] Para uma breve leitura sobre a origem e actuação deste grupo paramilitar russo consulte, por exemplo, https://opeb.org/2023/07/11/o-motim-do-grupo-wagner-e-o-futuro-da-presenca-russa-na-africa/

do oceano Índico e das riquezas naturais na bacia do Rovuma e no interior do continente, sendo Moçambique uma das vias de acesso. A partir desta cooperação, surgiram acordos entre Moçambique e Ruanda para o repatriamento de opositores de Kagame, o que se tem verificado. Especula-se sobre o interesse triangular entre França-Ruanda e Moçambique em redor do gás e petróleo e sobre as relações entre Moçambique e França devido `à presença de ilhas francesas no Índico.

Os gastos do Estado direccionados para a defesa e segurança multiplicaram em detrimento dos sectores sociais, conforme revelam os gráficos 17 (Polícia da República de Moçambique – PRM) e o 18 (Segurança nacional - sobretudo o exército das Forças de Defesa e Segurança).

Gráfico 17

Gráfico 18




Fonte: CIP (2023)[104].

Os períodos de conflito provocam grande instabilidade social (deslocamentos forçados), crise económica, baixa de produção, abusos contra os direitos humanos, destruição de infra-estruturas, reforço dos aparelhos repressivos (militar, policial e de segurança), aumento dos gastos do Estado, restrições ou abusos dos direitos humanos e das liberdades dos cidadãos. As fragilidades dos aparelhos de defesa e segurança abriram espaço para a entrada de forças estrangeiras com implicações sobre a soberania do nacional. Relativamente à guerra em Cabo Delgado, confirmam-se os factores das guerras: (1) geopolítica do oceano Índico e do canal de Moçambique quanto ao domínio militar e securitário das rotas comerciais, tráfico de droga e pirataria marítima; (2) acesso a recursos naturais por parte de grandes potências e de multinacionais, não apenas, da bacia do Rovuma, mas também, dos países interiores, como o Zimbabué, Zâmbia e Congo[105].

A literatura e comentaristas afirmam ainda haver motivações religiosas: “Não obstante, a pertinência de outras teorias, é evidente que as motivações que suscitaram o conflito em Cabo Delgado são também (ou contêm elementos de) natureza religiosa e seguem uma ideologia e um modelo civilizacional próprio, inspirado nas interpretações mais radicais do Islamismo, nomeadamente nos termos do movimento salafita, procurando que a população adopte os seus

[104] O Centro de Integridade Pública (2023). *Revelando os Custos da Guerra em Cabo Delgado. Uma Análise Abrangente dos Impactos Fiscais e Desafios Multidimensionais.* CIP. Maputo.
[105] Moçambique é uma das vias para a extracção e escoamento de recursos naturais das zonas do interior do Sul de Africa. Porém, há outras alternativas potenciais, como o porto de Dar-es-Salam, Lobito e, mais recentemente, a hipótese do porto de Banana no Congo.

costumes e hábitos religiosos e também sociais, como defende Fernando Jorge Cardoso[106]". A mesma fonte afirma, ainda, que os "*mashababos*" estão relacionados com o grupo terrorista "Ansar-Al-Sunaa", que possui ligações com o autoproclamado Estado Islâmico[107].

A longa história de conflitos em Moçambique resulta, ainda, do facto de o país nunca ter percorrido o íngreme caminho da reconciliação nacional. No final de cada conflito armado foram celebrados acordos sem que fossem acompanhados pela necessária reconciliação nacional. Assim, a sociedade moçambicana vive num equívoco colectivo de várias dimensões, das quais podemos destacar quatro.

Primeira, a ideia de que a paz é simplesmente o calar das armas. Esta é uma ideia meio-verdadeira porque, na verdade, um ambiente de paz pressupõe ausência de guerra. Mas também existem contextos livres de guerra que, entretanto, não são ambientes de paz. O que significa que, nem sempre, a ausência de guerra representa paz. O caso moçambicano é disso um bom exemplo. Desde 1992 e até 2017 que o país não vive em guerra. Embora tenha havido o famigerado conflito armado entre 2012 e 2014 na zona centro do país (a chamada guerra de Muxungué), ocorreram as acções do terrorismo em Cabo Delgado e os ataques armados protagonizados pela extinta Junta Militar da Renamo, cujo comandante foi Mariano Nyongo foi morto.

Segunda, a ideia de que a paz é um assunto entre a Frelimo e a Renamo. Esta ideia foi continuamente alimentada, tanto pela Frelimo, como pela Renamo. O facto de os acordos que se seguiram ao Acordo Geral de Paz limitarem-se a acordos sobre o calar das armas e, portanto, acordos entre os dois ex-beligerantes, é revelador de quanto aquelas duas organizações partidárias se sentem, equivocadamente, donas dos destinos de Moçambique.

Terceira, a ideia de que o país tem de pagar pelas contradições e falsidades protagonizadas entre a Frelimo e Renamo. Derivando da segunda ideia, esta é uma ideia igual e completamente equivocada. O país tem dois partidos políticos com maior representatividade, que lutaram em forma de guerra armada; depois, trilham por outro tipo de guerras, mas isso não faz com que o resto dos moçambicanos tenha uma dívida com algum desses partidos políticos. Da mesma forma que os moçambicanos que se filiaram no Movimento Democrático de Moçambique (MDM) e noutros partidos, fizeram-no por sua escolha, sem que tal signifique serem menos moçambicanos do que os demais, muito menos, não merecedores de atenção, favores e benesses do que os demais.

Quarta, a ideia de que, sem guerra e com um entendimento entre a Frelimo e a Renamo, é possível a sociedade moçambicana ter paz, mesmo havendo: intolerância política; discriminação social, económica e tribal; perseguição religiosa; reprodução da riqueza no meio da miséria; hospitais sem medicamentos; escolas sem livros e funcionando debaixo de árvores; com graduados que não sabem ler nem escrever; com uma pequeníssima minoria que acede ao mercado de trabalho em detrimento de uma grande maioria que acaba no mercado informal, sem protecção social, sem poupanças, nem sonho para as suas vidas.

[106] EuroDefense Portugal. https://eurodefense.pt/conflito-em-cabo-delgado/.
[107] Ibidem.

No caso de Cabo Delgado, muitos investigadores referem ainda clivagens históricas de natureza étnica, sobretudo entre macondes e macuas, pessoas do Cento e do Sul (sobretudo com os changanes), que ganham novas dimensões, incluindo com alterações nas "hierarquias" étnicas[108] e seus relacionamentos com as instituições locais e, destas, com as suas elites posicionadas nos poderes centrais da Frelimo e do Estado. Estas clivagens fundamentam-se e reforçam-se no controlo de tráficos de recursos naturais (minérios, madeira, produtos marítimos, etc.), envolvendo redes e trânsito de tráfico com diversas relações com o exterior e diversos tipos de agentes económicos. Depois da independência, e mais recentemente, ocorrem fenómenos migratórios dos macondes para o Sul da província (zona tradicionalmente macua e muani); muitos são ex-guerrilheiros da Frelimo, a receber reformas e pensões, o que gera automaticamente diferenciações de rendimento.

No quadro 6 apresenta-se o inventário das infra-estruturas destruídas pelo terrorismo em Cabo Delgado, no sector da educação.

Quadro 6
Infra-estruturas de educação destruídas pelo terrorismo em Cabo Delgado 2017-2024
Fonte: Direcção Provincial de Educação de Cabo Delgado, 2024

| N° | Distrito | Escolas destridas/ afectadas | Salas destruídas | Bloco Adm. | Residência do Prof. | SDEJT |
|---|---|---|---|---|---|---|
| 01 | M. Praia | 24 | 167 | 24 | 0 | 1 |
| 02 | Macomia | 17 | 44 | 06 | 14 | 1 |
| 03 | Palma | 14 | 50 | 05 | 02 | 1 |
| 04 | Nangade | 05 | 24 | 02 | 0 | 0 |
| 05 | Quissanga | 20 | 45 | 06 | 0 | 1 |
| 06 | Muidumbe | 18 | 33 | 04 | 01 | 1 |
| 07 | Mueda | 04 | 08 | 02 | 04 | 0 |
| 08 | Ibo | 01 | 04 | 02 | 02 | 0 |
| 09 | Ancuabe | 03 | 04 | 02 | 0 | 0 |
| 10 | Namuno | 01 | 03 | 0 | 0 | 0 |
| 11 | Chiure | 63 | 15 | 05 | 09 | 0 |
| 12 | Metuge | 01 | 0 | 01 | 0 | 0 |
| **TOTAL** | **171** | **397** | **59** | **32** | **05** | |

Uma consequência directa do terrorismo em Cabo Delgado tem sido a deslocação da população, incluindo de alunos e professores. Os quadros abaixo apresentam a situação dos professores e alunos deslocados devido a esse conflito.

[108] As fricções étnicas entre macondes e macuas é secular, remontando ao tráfico de escravos, ao comércio e rotas árabes e às diferentes alianças dos poderes locais com o colonialismo português. Na guerra de libertação nacional, a Frelimo teve grandes dificuldades em entrar em "terras macuas". Vide Cahen, Michel (2006). *Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico –o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular*. Africana Studia. Porto, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Africanos.

Quadro 7

Professores deslocados devido ao terrorismo em Cabo Delgado 2021-2023

| Nº | Distrito de acolhimento | Professores deslocados | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ano: 2021 | | Ano: 2022 | | Ano: 2023 | |
| | | M | HM | M | HM | M | HM |
| 01 | Ancuabe | 73 | 172 | 03 | 11 | 1 | 26 |
| 02 | Balama | 21 | 83 | 06 | 53 | 5 | 49 |
| 03 | Montepuez | 79 | 192 | 87 | 223 | 25 | 54 |
| 04 | Namuno | 11 | 42 | 02 | 21 | 0 | 0 |
| 05 | Chiure | 38 | 89 | 105 | 406 | 2 | 15 |
| 06 | Mueda | 28 | 98 | 11 | 41 | 0 | 11 |
| 07 | Meluco | 01 | 05 | 39 | 101 | 58 | 152 |
| 08 | Mecufi | 0 | 03 | 0 | 03 | 1 | 3 |
| 09 | Metuge | 35 | 43 | 03 | 11 | 1 | 3 |
| 10 | Nangade-Sede | 02 | 12 | 03 | 06 | 0 | 0 |
| 11 | Pemba | 339 | 997 | 132 | 388 | 49 | 144 |
| **TOTAL** | **627** | **1736** | **391** | **1264** | **142** | **457** | |

Fonte: Direcção Provincial de Educação de Cabo Delgado, 2024

Quadro 8

Alunos deslocados pelo terrorismo em Cabo Delgado 2021-2023

| Nº | Distrito de acolhimento | Alunos deslocados | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | Ano: 2021 | | Ano: 2022 | | Ano: 2023 | |
| | | M | HM | M | HM | M | HM |
| 01 | Ancuabe | 2.016 | 4.092 | 4.316 | 9002 | 913 | 1961 |
| 02 | Balama | 389 | 912 | 519 | 1403 | 740 | 1524 |
| 03 | Montepuez | 3.565 | 7.475 | 3.718 | 7966 | 3213 | 6407 |
| 04 | Namuno | 198 | 403 | 233 | 558 | 351 | 819 |
| 05 | Chiure | 1.595 | 3.790 | 2.340 | 4.882 | 2 | 15 |
| 06 | Mueda | 2.320 | 4.672 | 4.341 | 8.795 | 816 | 1661 |
| 07 | Meluco | 249 | 537 | 472 | 823 | 180 | 1487 |
| 08 | Ibo | 483 | 1.011 | 906 | 1.724 | 750 | 1507 |
| 09 | Mecufi | 85 | 172 | 330 | 631 | 347 | 623 |
| 10 | Metuge | 2.643 | 5.287 | 458 | 8.664 | 2.271 | 4.577 |
| 11 | Nangade-Sede | 130 | 286 | 289 | 590 | 1.306 | 2.669 |
| 12 | Pemba | 6.763 | 13.746 | 3.838 | 7.313 | 5.018 | 9.448 |
| 13 | Outras Prov. | 298 | 579 | - | - | - | - |
| **TOTAL** | **20.734** | **42.962** | **21.760** | **52.351** | **20.363** | **41.727** | |

Fonte: Direcção Provincial de Educação de Cabo Delgado, 2024

Maputo tem sido palco de confrontos sociais de protestos de rua motivados pelo custo de vida, pobreza, diferenças de rendimento – manifestações exteriores de riqueza, greves de profissões liberais (pessoal de saúde e docentes do ensino secundário). Os protestos de rua têm sido respondidos com actuações de violência e repressão desproporcionais das forças policiais: gás lacrimogénio, balas de borracha e de balas reais, com algumas mortes dos manifestantes. As ameaças, detenção, aliciamento com oferta de benesses são muito usados. Em casos extremos, o assassinato político continua sendo praticado[109].

As causas/factores dos conflitos são múltiplos e reforçam-se mutuamente, assumindo importância diferenciada conforme a natureza de cada conflito e sua evolução. "Esta realidade encontra, nas fragilidades do Estado e das instituições, espaços que facilitam alianças entre o capital externo e as elites locais, onde a corrupção é endémica e os interesses do país são secundarizados. O Estado frágil e, em certas zonas, com algumas características de Estado falhado, o acesso e a qualidade dos serviços básicos aos cidadãos, questões laborais e crises pós-eleitorais, só não geram maiores conflitualidades, devido às fraquezas da sociedade civil e à baixa consciência de cidadania da maioria dos moçambicanos. A cooperação para o desenvolvimento e a ajuda humanitária têm sido "almofadas" nas situações em que a população vive em contextos de conflitos armados, de choques climáticos e de insegurança alimentar.

## 6. Serviços de saúde e de educação

Com a proclamação da independência nacional em 1975, os serviços de saúde e educação foram nacionalizados, tornando a sua prestação gratuita, universal e centralmente planificada, tal como era o resto de toda a administração pública. A prática de medicina privada foi abolida a 24 de Julho de 1975. Conforme testemunha o ex-ministro da Saúde, Ivo Garrido, a par da abolição de todas as formas de medicina privada, iniciou-se o processo de criação e estruturação do sector público de saúde, ao qual se chamou Serviço Nacional de Saúde. Foram dados passos significativos no sentido da eliminação do carácter fragmentado e racista dos serviços de saúde[110]. Passados 50 anos da independência nacional, o Sistema Nacional de Saúde não tem prescrições racistas, mas é bastante excludente no sentido em que diminuiu a qualidade dos serviços prestados– o sector público ressente-se de todo o tipo de insuficiências (recursos humanos, financiamento, medicamentos, artigos e equipamentos médicos, etc.), enquanto o sector privado cresce continuamente com diferentes categorias, desde clínicas luxuosas a farmácias e centros de saúde privados.

### a) Saúde: da "saúde para o povo" para um sistema de saúde somente para alguns

Conforme documentado por Bernhard Weimer, com a proclamação da independência nacional em 1975, a decisão de corrigir, não só, a economia, a sua estrutura, e o modelo de acumulação e distribuição do Estado colonial, mas também, desmantelar e substituir a administração estatal, para esse fim, teve as seguintes três implicações:

"Em primeiro lugar, foi considerado um sector prioritário, com serviços de saúde gratuitos para todos os cidadãos; em segundo lugar, tentou-se diminuir o grande hiato na cobertura dos serviços, acesso à saúde, etc., entre o Moçambique urbano e o Moçambique rural; e, em terceiro lugar, reuniram-se todos os prestadores de serviços de saúde (hospitais públicos e

[109] Veja Mosca, João (2023). *ADN Frelimo: poder e negócios*, Centro de Integridade Pública. Maputo.
[110] Garrido, Ivo. (2020). Saúde, desenvolvimento e factores institucionais O caso de Moçambique, In Crescimento Inclusivo em Moçambique – Reforçando a Investigação e as Capacidades. UNU-WIDER.

das missões, e centros de saúde de grandes empresas), numa estrutura nacional única, a do Estado, num sistema de saúde unitário e altamente centralizado, o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Não apenas em Moçambique, mas também em outros países do mundo comunista e socialista, 'procurava-se conseguir o acesso universal e gratuito aos serviços básicos de saúde, centralmente planeados segundo normas estritas, com o objectivo de prestar serviços de qualidade uniforme em todas as partes do país[111]".

A saúde teve avanços quantitativos e qualitativos significativos, tendo a esperança de vida, um dos seus principais indicadores, atingido os 63 anos, em 2022,, embora, segundo o IDH de 2018, Moçambique ocupasse o lugar 180º em 189 países. Em 2017, a esperança de vida ao nascer era de 53,7 anos, sendo 51,0 anos para os homens e 56,5 anos para as mulheres. Por área de residência, no mesmo ano, a esperança de vida ao nascer era maior na área urbana (56,6 anos) que na rural (52,3%)[112]. "A taxa de mortalidade infantil decresceu de 93,6, em 2007, para 70,9 óbitos em cada 1.000 nascidos vivos em 2017, sendo maior no sexo masculino (73,1 óbitos/1.000 nascidos vivos). Por área de residência, a mortalidade infantil era mais elevada no meio rural (75,0 óbitos em cada 1000 nascidos vivos) que no meio urbano (62,8 óbitos em cada 1.000 nascidos vivos)"[113]. Moçambique tem uma mortalidade infantil de aproximadamente 64,7/ 1.000 nascidos vivos, encontrando-se na posição 181ª entre 188 países do mundo. A taxa de mortalidade materna era de aproximadamente 289/100.000 mulheres grávidas, ocupando a posição 143ª entre 188 países do mundo, (CIA World 2020).

Segundo o Anuário Estatístico da Saúde de 2022, o rácio nacional de recursos humanos do regime especial [114]por 100.000 habitantes, em 2022, foi de: ESMI (Enf. Saúde Materno Infantil) – 62,7; Enfermeiros – 29,2; Técnicos de Saúde – 130,3; Médicos – 5,9. Dados divulgados recentemente apontam para um rácio médico/100.000 habitantes de 8,4 (Associação de Médicos de Moçambique - AMM, 2023 e OMS Moçambique[115]). A Organização Mundial da Saúde (OMS) estima que valores inferiores a 230 trabalhadores da saúde (médicos, enfermeiros e parteiras, no total) por 100.000 habitantes são insuficientes para garantir a cobertura das necessidades de cuidados de saúde primários[116].

Há factores estruturais e gerais da sociedade que afectam a efectividade dos serviços de saúde, sendo os principais, os seguintes: (1) pobreza da população, o que se reflecte nas dificuldades de aquisição de medicamentos, consultas, mobilidade entre a residência e o centro de saúde mais próximo; (2) crescimento rápido da população, afectando os indicadores por habitante e a capacidade do sistema de saúde para responder ao incremento demográfico; (3) infra-estruturas urbanas degradadas (drenagem de "águas negras", saneamento, comportamento de cidadania, etc.); (4) conflitos violentos e número de deslocados de guerra e dos choques climáticos; (5) défices de funcionamento dos centros de saúde (pessoal médico, disponibilidade e preços dos medicamentos e exames médicos, escassez de meios de diagnóstico, logística deficiente em equipamentos e material sanitário e orçamento/disponibilidade de fundos); (6) infra-estruturas hospitalares degradas; (7) clima de insatisfação do pessoal

[111] Weimer, Bernhard (2012). Saúde para o povo? Para um entendimento da economia política e das dinâmicas da descentralização no sector da saúde em Moçambique. In, Moçambique: Descentralizar o Centralismo? IESE. Maputo.
[112] INE (2017). *IV Recenseamento Geral da População e Habitação. indicadores sociodemográficos. Moçambique* INE, 2017. Maputo.
[113] Idem.
[114] O regime especial inclui várias formas de prestação de serviços dos trabalhadores do Estado. Veja a Lei n.º 10/2017.
[115] VII Conferência do Observatório de Recursos Humanos para Saúde: Análise da força de trabalho para a Saúde Materna, Neonatal, Infantil, Adolescente e Nutrição em Moçambique em 2018. OMS Moçambique.
[116] OMS - AFRO 2016.

de saúde, alegando falta de condições de trabalho, processos das carreiras profissionais e salários, reflectido em constantes manifestação e ameaças de greve; e, (8) gestão deficiente das instituições de saúde.
Além dos factores referidos no parágrafo anterior, há condições para o surgimento de situações epidemiológicas com acentuada incidência, como, por exemplo a malária, tuberculoso HIV/SIDA, sarampo, cólera, entre outras. Dados da saúde indicam o agravamento do número de casos, derivado, principalmente, dos seguintes aspectos: aumento da pobreza, subnutrição das crianças; má nutrição da progenitora, falta de água potável, entre outros.

Para compensar as deficiências do sistema público de saúde, emergiu, sobretudo nas cidades, em particular na capital, o sector privado (hospitais, clínicas e meios de diagnóstico). Estes serviços apenas são acessíveis à população de rendimento médio e alto. A medicina privada absorve recursos públicos (por exemplo, pessoal de saúde trabalha no sector privado após os horários no sector público). As elites possuem, por meios próprios ou com suporte do Estado (através da junta médica), assistência médica e medicamentosa fora do país, em muitos casos com permanências prolongadas no exterior.

O mercado de medicamentos é dominado por lóbis envolvendo empresários e políticos que importam e distribuem, levando a que os preços ao público no país sejam entre 2 e 3 vezes superiores aos praticados na África do Sul e entre três e quatro vezes os preços em Portugal. O controlo de qualidade possui falhas. Muitos dos medicamentos não existem nas farmácias hospitalares, nem nas farmácias do Estado. Em contrapartida, vende-se medicamentos sem prescrição médica nos mercados informais. Muitas análises clínicas são realizadas na África do Sul. Existe um amplo mercado informal de medicamentos sem certificação de qualidade e controlo das importações.

O orçamento do Estado dedicado ao sector de saúde e o seu peso relativo no total do Orçamento Geral do Estado reflecte alguma não-priorização do sector (9,6% em 2016 e 9,0% em 2021), e inferior ao compromisso de Abuja (15%); pode-se observar, no quadro 6, que o investimento público na saúde relativamente ao total do investimento do Estado é igualmente baixo; o peso das despesas de funcionamento no total orçado para o sector é elevado.

Quadro 9
Informações sobre o orçamento do Estado dedicado à saúde
(orçamento executado, em percentagem)

| | 2016 | 2021 |
|---|---|---|
| Despesas OE Saúde / Despesas Totais OE | 9,6 | 9,0 |
| Despesas Funcionamento na Saúde/ Despesas Totais na Saúde | 63,4 | 82,4 |
| Investimento na Saúde/ Total Investimento Público | 15,8 | 8,8 |

Fonte: MEF-OGE 2015-2022.

A concentração das despesas nos órgãos centrais da saúde decresceu, entre 2018 e 2022, de 64% para 58%, sendo esta descentralização, sobretudo, em gastos administrativos (79% e 93%, respectivamente, em 2018 e 2022). Existe uma tendência de aumento da dependência externa para o financiamento da despesa de investimento no sector de saúde, que passou de 63%, em 2018, para 85%, em 2022, do total investido no sector. O financiamento interno diminuiu de 37% para 15%. Os financiamentos são, sobretudo, provenientes da cooperação externa, de organizações internacionais, países doadores e organizações internacionais da

sociedade civil, e destinam-se a projectos específicos, como os relacionados com o HIV/SIDA, malária, cólera, entre outras, cuja gestão, em muitos casos, é das próprias organizações/ projectos e, portanto, *off the budget*. Este aspecto influencia e nem sempre coincide com as prioridades das políticas de saúde, incluindo contractos de muitos recursos humanos nacionais de saúde com melhores salários.

**b) De uma educação para todos para uma educação que pouco ensina**

Tal como os serviços de saúde, os serviços de educação foram nacionalizados pelo Governo a 24 de Julho de 1975. A nacionalização do ensino foi feita tendo em vista três objectivos: primeiro, universalizar o acesso ao ensino; segundo, promover a identidade nacional; e, terceiro, reduzir as desigualdades.

O sistema de educação está sob a tutela de três ministérios e uma Secretaria do Estado: Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH); Ministério da Ciência, Ensino Superior e Tecnologia (MCEST); Ministério do Género, Criança e Acção Social (MGCAS) e Secretaria do Estado do Ensino Técnico Profissional. O sistema de educação é muito centralizado a nível nacional. Infantários, escolas primárias e secundárias, instituições de formação técnica, instituições de ensino superior e outras unidades de prestação de serviços, reportam a quatro entidades a nível central e entidades correspondentes a nível local. A maioria destas instituições de supervisão de implementação têm uma autonomia financeira e operacional restrita e actuam como "unidades beneficiárias" desconcentradas, recebendo transferências de fundos para executar determinadas despesas pré-aprovadas/orçamentadas.

De acordo com um estudo do Banco Mundial, o modelo de governação descentralizada adoptado na revisão constitucional de 2018 ainda não foi totalmente implementado e subsistem ambiguidades e sobreposição de funções. A sobreposição de funções e responsabilidades entre as instituições a nível provincial também fragiliza o plano sectorial e a elaboração e execução do orçamento (discutido mais adiante).[117]. A título de exemplo, as Direcções Provinciais de Educação (DPE) e os Serviços Provinciais de Assuntos Sociais (SPAS) têm a responsabilidade de assegurar serviços educativos de qualidade, promover a educação inclusiva, aplicar normas organizativas e operacionais à educação de adultos, construir escolas e assegurar a saúde, higiene e nutrição dos alunos.

A reforma constitucional de 2018 levou a um aumento e criou instituições sobrepostas resultando num emaranhado que gera ineficiência na gestão de serviços de saúde e de educação. No caso da educação, a estrutura de governação do sector passou a ser conforme ilustra a figura abaixo:

[117] Banco Mundial (2022). *Análise da Despesa Pública Moçambique – Reequilibrando a Despesa Pública*. Maputo.

Figura 5
Estrutura de governação do sector da educação

Fonte: Banco Mundial (2022). Pág. 95. Análise da Despesa Pública Moçambique – Reequilibrando a Despesa Pública. Maputo.

Do gráfico 19 pode-se deduzir: (1) em 2014/2015, 63,5% das pessoas do sexo feminino não tinham qualquer educação escolar ou não tinham terminado o nível de escola primária, sendo a percentagem para o sexo masculino de 48,1%, podendo este nível ser considerado de analfabetismo funcional; (2) as percentagens dos restantes níveis educacionais revelam uma maior escolaridade das pessoas do século masculino.

Segundo os dados dos inquéritos aos agregados familiares, no gráfico 20 apresenta-se a evolução de escolaridade média nos anos 1992, 2000, 2010 e 2019. O gráfico revela: (1) aumentos pouco significativos da percentagem de anos de escolaridade em todas as províncias, o que significa que a educação conseguiu absorver parcialmente o crescimento demográfico, o que não é suficiente considerando a situação deficiente de partida; (2) maior escolaridade, em particular na cidade de Maputo, e nas províncias de Maputo, Sofala e Manica; (3) incremento das diferenças de escolaridade entre as províncias, privilegiando as que, à partida, possuíam uma população mais escolarizada.

O INE reporta ainda que, em 2017, apenas 18% da juventude moçambicana tinha um nível de escolaridade acima do nível primário e apenas 1,5% tinha o nível superior. “Esta percentagem (com ensino superior), aumentou de 0,1% em 1997 para 1,5% em 2007 e manteve-se em 2017” O INE sublinha que a percentagem de jovens com o nível primário aumentou de 47%, em 1997, para 48%, em 2007 e para 57%, em 2017.

Distribuindo os números pelas 11 províncias do país, o INE revela que o analfabetismo entre os jovens é maior nas províncias de centro e norte que nas províncias do sul. Por exemplo, na cidade e província de Maputo, a taxa de analfabetismo é de 3,1% e 6,1%, respectivamente, enquanto na província de Cabo Delgado é de 45,5% e na do Niassa é de 44,8%[118]". Assim, como referido, estes aumentos são pouco significativos considerando a situação de partida.

O aumento percentual dos níveis de escolarização a nível nacional e por província são os seguintes.

Gráfico 19
Nível de escolaridade por nível e por género
(IOF 2014/15)

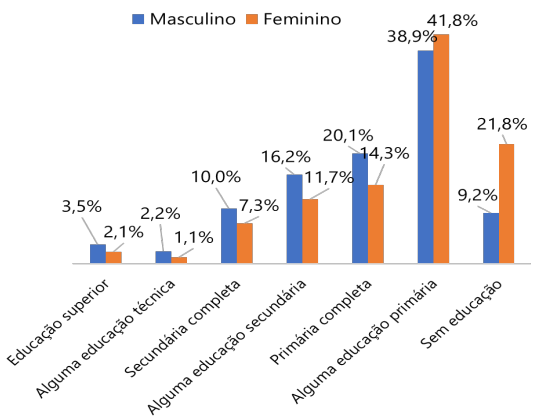
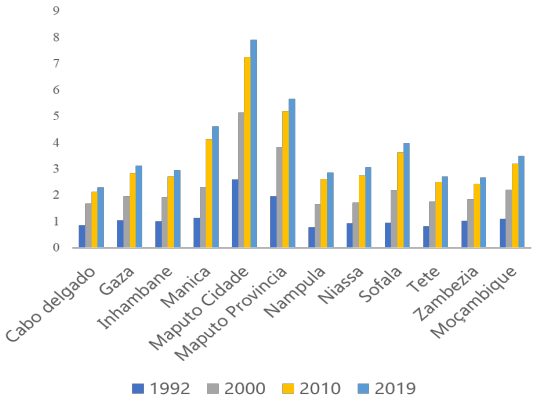



Gráfico 20
Média de anos de escolaridade
em Moçambique




Nota: no gráfico 19, as linhas horizontais representam as médias anuais de escolaridade a nível nacional de 1992 a 2019.
Fonte: Dadá (2024).

O quadro 10 apresenta a evolução do analfabetismo ("não sabe ler nem escrever") da população com 15 e mais anos de idade relativamente à população total. Pode-se verificar que o analfabetismo tem regredido significativamente, tanto no número de analfabetos, como em percentagem em relação à população total.

[118] https://cartamz.com, de 21 de Agosto de 2024.

Quadro 10
Evolução da população com base em 1997 e relação entre analfabetismo e população

| | Unidade | 1997 | 2007 | 2017 |
|---|---|---|---|---|
| População total | Milhões | 16,7 | 21,3 | 28,6 |
| População total com 15 ou mais anos de idade | Milhares | 921,7 | 1.166,9 | 1.418,8 |
| Total de analfabetos (não sabe ler nem escrever) | Milhares | 575,9 | 593,9 | 551,6 |
| Taxa de crescimento da população total (base 1997) | % | - | 26,7 | 53,4 |
| Analfabetos/total população com 15 e mais anos | % | 62,5 | 50,9 | 38,9 |
| Analfabetos/população total | % | 34,5 | 27,9 | 19,3 |
| Taxa de crescimento de analfabetos | % | | - 11,6 | - 12,0 |

Fonte: INE, Censos 1997, 2007 e 2017[119].

A Universidade Eduardo Mondlane (UEM) foi criada a partir da Universidade de Loureço Marques (ULM), criada em1968, que, por sua vez, substituiu a os Estudos Gerais Universitários de Moçambique (criado em 1962). Em 1985 foi criado o Instituto Superior Pedagógico que, em 1995, assumiu o nome de Universidade Pedagógica (UP). Em 1986 foi criado o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI). Em 1995, foi criada a primeira universidade privada que iniciou as suas actividades em 1996.

O Ensino Superior tem-se desenvolvido rapidamente em termos numéricos. Desde 1997, o número de estudantes cresceu cerca de 20 vezes e a maior parte deste crescimento realizou-se nas áreas urbanas, com uma maior desconcentração espacial em relação à cidade e província de Maputo e uma maior presença de estudantes do sexo feminino. Na década de 2000 a 2009 aconteceu o "boom da criação das IES, onde se verificou que das 49 IES (54%) então existentes, foram criadas nesse período. Nos anos (2010-2015), somou-se a criação de treze (13) instituições, o que corresponde a 26% do total. (…). Em 2016, 47% do total das IES, encontram-se sedeadas na cidade de Maputo, 22% estão na Província de Maputo; 12% na Beira, 7% em Tete, Manica e Nampula com apenas 4% cada, Gaza e Inhambane 2%, e Cabo Delgado e Niassa, não têm sede de alguma IES (embora existam pólos universitários sediados em outras partes do país). Em 2022 existiam 56 Instituições de Ensino Superior (IES), sendo 34 do sector privado"[120].

O número total de estudantes matriculados atingiu, em 2022, cerca de 253.300 (sendo 118.456 mulheres) e, em 2022, cerca de 4 vezes mais matriculados que em 2007[121].

O aumento quantitativo do ensino superior não foi acompanhado por aumento de qualidade, o que se manifesta nos seguintes aspectos, entre outros: (1) a maioria das IES dedica-se exclusivamente ao ensino e poucas possuem actividades de investigação, pouca ou nenhuma realiza acções de extensão universitária (difusão de resultados de pesquisa junto do tecido empresarial e centros de decisão política) e possui fracas relações com a sociedade; (2) uma parte significativa do corpo docente não possui qualificações exigidas para o desempenho de funções de docência e investigação (PhD); (3) os processos de admissão à universidade são

[119] INE (2023). *Educação em Moçambique*. INE, Maputo.
[120] Terenciano, Fidel e Natha, Miguel (2016). *Ensino Superior em Moçambique: Evolução e Indicadores da Avaliação da Qualidade*. Revista Electrónica de investigação e Desenvolvimento. Vol. 1 | Nº.7. Universidade Católica de Moçambique
[121] MCTES – *Estatísticas e Indicadores do Ensino Superior 2022*.

pouco exigentes ou inexistentes; e, (4) a internacionalização das IES é baixa, medida pelo nível de intercâmbio de docentes e estudantes em projectos conjuntos, entre outras actividades. Existe uma baixa percepção da eficiência das IES, em termos de qualidade dos produtos, graduados e resultados de investigação, qualidade dos graduados para as exigências dos empregadores[122].

Pelas razões expostas, grande parte dos filhos das elites políticas e empresariais estudam noutros países, sobretudo a partir do nível de licenciatura e pós-graduação.

As universidades moçambicanas estão mal classificadas nos *rankings* mundiais. Segundo a *edurank*, a UEM foi classificada, em 2024, no lugar 2.076º em 14.131 instituições avaliadas no mundo e no lugar 32º em África. Existem várias avaliações, em que surge a Universidade Eduardo Mondlane mas todas estas avaliações devem ser consideradas com cautela, consi derando as diferentes metodologias utilizadas.[123]

O quadro 11 apresenta a evolução do número de estudantes por origem de residência e a concentração provincial e por género. Constata-se: (1) o rápido crescimento do número de estudantes, com incidência na cidade e província de Maputo; (2) um importante aumento da presença de estudantes residentes no meio rural, mas, em termos absolutos, o crescimento é maior dos residentes urbanos; (3) um grande crescimento do número e da percentagem de estuantes do sexo feminino.

Quadro 11
Número de estudantes universitários
por província origem de residência (urbano/rural) e por sexo

| | 1997 | 2007 | 2017 |
|---|---|---|---|
| **Total** | **7.110** | **57.740** | **136.396** |
| Cidade de Maputo | 5.440 | 25.720 | 32.691 |
| Província de Maputo | 800 | 9.870 | 28421 |
| Subtotal Cidade + província de Maputo | 6.240 | 35.590 | 61.112 |
| Percentagem Cidade + província de Maputo no total | 87,8% | 61,6% | 44,8% |
| Residência rural | 70 | 2.170 | 15.009 |
| Residência urbana | 7.040 | 55.570 | 121.395 |
| Percentagem estudantes com residência urbana | 99,0% | 96,2% | 89,0% |
| Estudante do sexo masculino | 5.120 | 35.000 | 74.860 |
| Estudantes do sexo feminino | 1.190 | 22.740 | 61.549 |
| Percentagem estudantes sexo feminino | 16,7% | 39,4% | 45,1% |

Fonte: INE, Censos 1997, 2007 e 2017[124].

[122] Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. MEDH (2012). *Plano Estratégico do Ensino Superior*. MEDH. Maputo.

[123] No *site* da Universidade de Guru constam as últimas actualizações de classificação para a Universidade Eduardo Mondlane, classificada no lugar 1201º. Em 2024 na actualização de Scimago Institutions Rankings, a UEM alcança o lugar 2796. Em Dezembro 2023, a Urap anunciou os últimos resultados em World Ranking - University Ranking by Academic Performance, colocando a UEM na posição 1927º. Em Outubro 2023, na Publicação de Global Ranking of Academic Subjects (GRAS) - ShanghaiRanking (Textile Science and Engineering), Moçambique surge na posição 201º. Em Outubro 2023, a THE Times Higher Education, UK, anunciou os últimos resultados em The World University Rankings por assuntos (áreas) (Business and Economics), com a UEM na posição 601º. https://www.universityguru.com/pt/universidade/eduardo-mondlane-university-maputo, em Março

[124] Ibidem.

Existe um desequilíbrio entre o número de estudantes no ensino médio e no superior: Existem 233 institutos e escolas técnicas. Em 2017, estavam matriculados na educação profissional 22.740 alunos, muito menos que os do ensino superior[125]. Este desequilíbrio é fundamentado na existência de maiores expectativas de emprego, nível salarial e aspectos sociais (prestígio) dos graduados pelo ensino superior. Como resultado, existem poucos técnicos médios em determinadas áreas de actividade (por exemplo, no sector agrário) e em profissões de base (electricistas, mecânicos, serralheiros, operadores de máquinas, pedreiros, carpinteiros pintores, etc.), emergindo pessoas que realizam essas tarefas com base na experiência prática, obtida informalmente. Em síntese, existe uma "inversão" da pirâmide de técnicos. Por outro lado, há um grande desequilíbrio entre estudantes nas áreas técnicas e os nas ciências sociais e humanas; em 2010, 82,7% das matrículas no ensino superior era nas ciências sociais. Quanto ao género, em 1997, a presença feminina era de 16,7%, em 2007, passou para 39,4% e em 2017 para 45,1%[126]; esta tendência manteve-se (veja quadro acima), também reflectido nas percentagens de bolsas atribuídas.

"Na última década, em termos percentuais, o crescimento das despesas do Governo superou o crescimento das despesas com a educação. Com efeito, entre 2008 e 2014, o peso do Sector da Educação no total da despesa do Governo foi em 2008 e 2014 de 21,7 e 16,4% respectivamente; mais tarde, em 2015 e 2016, o peso do sector aumentou para 20,9 e 21,3 por cento, respectivamente; reduziu para 17,7 por cento em 2017 e 18,3 por cento em 2018. Por último, a educação tem orçamentado 16,6 por cento em 2019"[127].

Relativamente ao PIB, "o orçamento do sector da Educação representa 5,9 por cento do PIB em 2018; entre 2008 e 2015, o crescimento real da despesa da educação ultrapassou o crescimento real do PIB, mas desde 2015, o crescimento real do PIB superou o crescimento real da despesa do sector. Entre 2008 e 2018, a despesa em educação em Moçambique teve um peso médio de 19,1 por cento na despesa total do Governo (ou 22,6 por cento do peso da despesa do Governo menos operações financeiras)"[128].

### c) A saúde e a educação, 50 anos depois da independência

Os serviços de saúde realizaram importantes avanços reflectidos na vida das pessoas. Porém, os factores fundamentais que têm impedido maior impacto dos esforços, são os seguintes: (1) crescimento demográfico e migrações; (2) pobreza; (3) emergência de situações epidemiológicas derivadas de mudanças climáticas, reassentamentos, condições de salubridade e saneamento (principalmente nas cidades); (4) insuficiente investimento e despesas correntes do orçamento público, com reflexos na alocação sectorial dos recursos; (5) gestão deficiente das instituições de saúde; (6) permanece a baixa cobertura sanitária no território; (7) pessoal de saúde muito concentrado nos hospitais centrais e provinciais e trabalho fora do SNS (organizações da sociedade civil com programas de saúde); e, (8) instituições frágeis e centralização das capacidades da prestação de serviços e dos trabalhadores de saúde.

[125] MINEDH. (2019). Análise do Sector de Educação (ESA) Relatório Final. Julho de 2019. Maputo: MINEDH.
[126] MINED (2012). Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES) 2012-2020.
[127] Segundo o compromisso de Dakar, os países membro da União Africana, deveriam dedicar 20% do total das despesas do orçamento público à educação. A SADC estipulou o objectivo em 22%.
[128] UNICEF (2019). Informe orçamental: educação. Moçambique 2019. https://www.unicef.org/mozambique/relatorios/informes-orçamentais

Na educação primária, pode-se salientar os seguintes aspectos principais: (1) uma importante redução da percentagem de analfabetos, embora, em termos quantitativos, o número de pessoas analfabetas não tenha sofrido um decréscimo significativo (podendo-se considerar de manutenção do número de analfabetos). (2) a escassez de salas de aulas no ensino primário é crescente, havendo muitas turmas a serem leccionadas ao ar livre (nas chamadas salas-sombra, salas-mangueira, etc.), e de outras infra-estruturas (casas de banho, abastecimento de água e de energia, pátios, ginásios, etc.; (3) qualidade deficiente do ensino, em geral, e do ensino primário, em particular, avaliando-se pelas competências dos docentes[129] (4) permanentes deficiências na disponibilidade de livros, manuais e outros materiais escolares. No ensino superior, destaca-se: (1) um grande incremento de IES não compensado pela qualidade[130], medida pela formação académica dos docente (a maioria são licenciados e mestres); (2) infra-estruturas pedagógicas deficientes e inadequadas (bibliotecas, salas de informática, internet nos espaços da universidades, laboratórios, agravando a qualidade do ensino; (3) pouca investigação e internacionalização (na maioria das universidades não existe); (4) fracas ligações com a sociedade e, em particular, com o tecido produtivo.

No conjunto dos sistemas de saúde e de educação, o aumento da quantidade de infra-estruturas (centros de saúde, hospitais de diferentes níveis/escalões, escolas e matrículas) é insuficiente, quando comparado com outros países de rendimento baixo e na África Subsaariana. Assistiu-se a uma crescente participação do sexo feminino em todo o sistema de educação e alguma desconcentração do ensino superior para fora da cidade e província de Maputo. O incremento quantitativo traduziu-se em redução da qualidade do ensino e da prestação destes serviços (por exemplo, considerando a qualificação dos docentes e pessoal de saúde), a construção e manutenção de infra-estruturas pedagógicas, a internacionalização, a escassez da investigação nas instituições de ensino superior e das ligações investigação e ensino com a sociedade e o tecido empresarial. Salienta-se, ainda, existirem desequilíbrios no sistema de educação, ressaltando-se a inversão na formação do ensino técnico-profissional e do ensino superior e, neste último, a primazia de matrículas nas áreas das ciências sociais. Os habitantes da cidade de Maputo e da província de Maputo têm acessibilidades muito superiores às dos residentes no resto do país. Não obstante os indicadores percentuais, é preocupante que os aumentos do número de estudantes seja inferior ao crescimento populacional nas idades correspondentes aos níveis de ensino, aliados à importante redução da qualidade. O pequeno número de graduados aos diversos níveis tem dificuldade de emprego refugiando-se em actividades informais, desemprego ou realização de funções não concordantes com a formação obtida.

[129] Segundo um inquérito do Banco Mundial, “os alunos recebem apenas uma média de uma hora e 41 minutos de ensino diariamente, e em 190 dias de aulas frequentaram somente 74. Foram realizados testes de língua, de matemática e de pedagogia e a pontuação média dos professores moçambicanos foi de 29%, o pior desempenho em comparação com 7 países africanos avaliados. No teste de língua, os docentes moçambicanos identificaram apenas dois em 20 erros; no de matemática, apenas 65% conseguiram subtrair 86-55. Os estudantes tiveram também a pior pontuação nos testes, com uma média de 24% contra os 53% dos outros Estados”. https://www.dw.com/pt, de13/04/2015, LUSA, Joana Rodrigues.

[130] Veja alguns dos rankings de universidades.

## 7. Relações crescimento económico, estabilidade política, influxos de capital e clima

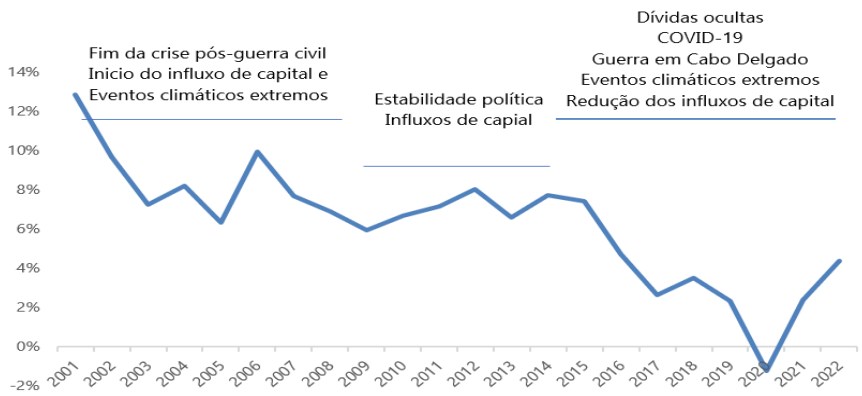
O gráfico 21 pretende revelar a relação entre crescimento económico e conflitos armados, influxo de capital (IDE, empréstimos, cooperação e ajuda) e eventos climáticos extremos. Esta constatação certifica o risco de conflitos e o elevado nível de vulnerabilidade da economia[131] a crises externas e a choques climáticos.
Ressalta-se, a partir de 2014/2015, os fortes efeitos das dívidas ocultas[132] e da COVID-19, que coincidiram com a guerra em Cabo Delgado e a incidência de vários e fortes choques climáticos.

O gráfico 21 revela períodos curtos de crescimento, incluindo de decrescimento (crise), coincidindo, sobretudo, com as guerras (civil e Cabo Delgado), redução do volume de influxos de capital (IDE e cooperação, principalmente depois da crise das dívidas ocultas), choques climáticos extremos e a pandemia da COVID-19. Em sentido positivo, o crescimento económico ocorreu em períodos de relativa estabilidade política, aumento dos influxos de capital e em que os choques climáticos ocorreram mas com menor violência.

A maior crise, e de período prolongado, teve início em 2013/2014, período em que coincidiram os efeitos das dívidas ocultas (aumento da dívida externa e interna, redução dos influxos de capital - IDE, crise nas contas públicas e da balança comercial, inflação elevada), a COVID-19 e com o início da guerra em Cabo Delgado.

Moçambique, como Estado frágil, teve, e tem, poucas alternativas e capacidades de resistência a estes choques, tanto militares, como financeiros, técnicos e institucionais, tornando-se, nos momentos de crise, mais dependente do exterior. Pode-se afirmar que uma das principais características da evolução da economia é o seu percurso para mais subdesenvolvimento[133].

Gráfico 21
Taxa de Crescimento económico e,
estabilidade política, influxos de capital, eventos climáticos.




Fonte: Elaborado por Yara Nova, OMR, com base em Banco Mundial, 2024.

[131] Veja mais abaixo, na secção dependência económica.
[132] Centro de Integridade Pública (2021). Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique. CIP. Maputo.
[133] Mosca, João (2024). Moçambique mais subdesenvolvido. Um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. Observador Rural Nº 144. OMR. Maputo.

## 8. Relações económicas externas

As relações políticas, económicas, diplomáticas e geoestratégicas são importantes para qualquer país, região ou continente. No caso de Moçambique, a importância advém, principalmente, dos seguintes aspectos: (1) capacidade da economia em assegurar um desenvolvimento tão endógeno quanto possível de forma a ter uma menor dependência de recursos externos; (2) políticas públicas e ambiente de negócios que impulsionem o desenvolvimento económico e empresarial; (3) possuir conhecimento e domínio tecnológico; (4) paz e estabilidade social; (5) existência de recursos naturais abundantes e estratégicos no país ou nos países vizinhos no *hinterland*.

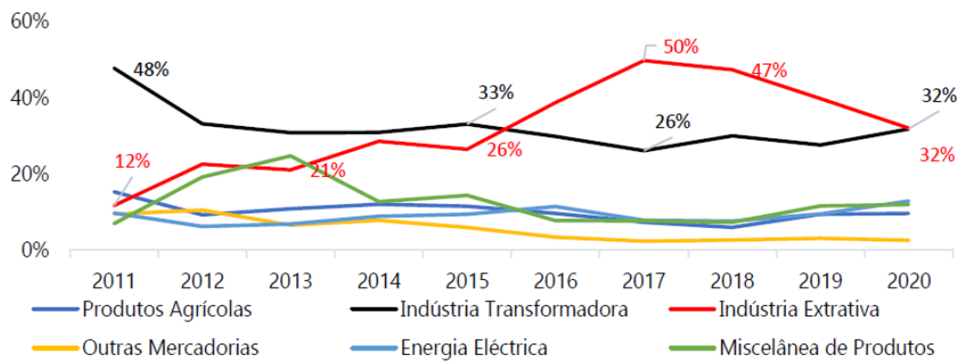
Por estas razões. Moçambique é um país dependente, com políticas públicas e modelos de desenvolvimento desajustados e instáveis, carente de recursos, com pouco conhecimento científico e técnico e necessitado de apoio militar para assegurar a integridade territorial, a segurança dos cidadãos e a estabilidade social, e a exploração de importantes recursos naturais. A sua posição geográfica acrescenta importância geoestratégica e de confronto entre as grandes potências, sobretudo os EUA, Europa (em particular a França), China, Índia e alguns países árabes.

A presente secção concentra-se nas relações económicas externas, fazendo uma breve análise descritiva de algumas das variáveis do sector externo.

### a) Relações económicas

Apresenta-se, nos gráficos 22, 23 e 24, alguns dados da balança comercial.

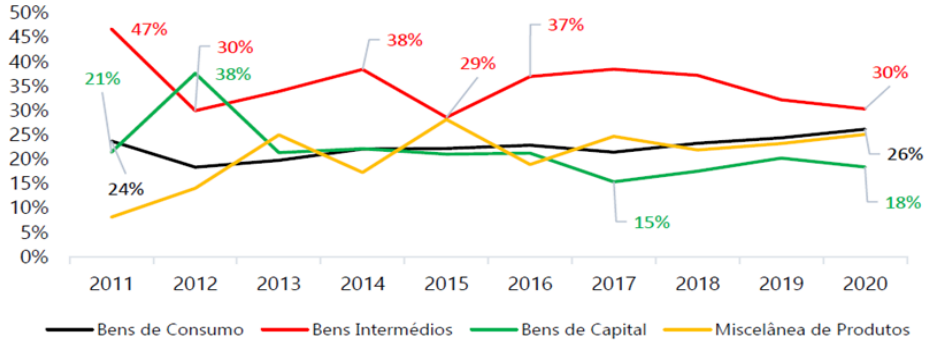
Gráfico 22
Composição das exportações totais (2011-2020)




Nota: fazem parte de ´Outras Mercadorias´, produtos como: madeira (toro e serrada), camarão, bens de capital, reexportação e bunkers.
Fonte: BdeM.

Gráfico 23

Composição das importações totais (2011-2020)

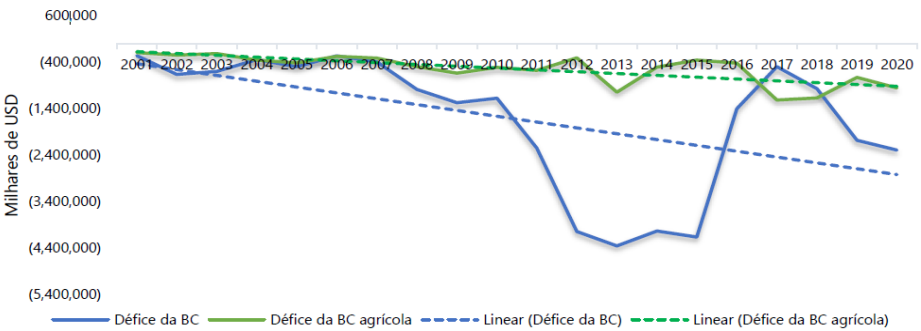



Nota: Bens de consumo (alimentares, automóveis, calçado, medicamentos, mobiliário, entre outros), Bens intermédios (combustíveis, energia eléctrica, alumina, material de construção (excluindo cimento), adubos e fertilizantes, alcatrão, cimento, entre outros). Bens de capital (maquinaria, tractores e semi-reboques).

Fonte: Banco de Moçambique.

Gráfico 24

Evolução do défice da balança comercial, agrícola e alimentar, em USD




Nota: os valores do défice da BC agrícola incluem bens alimentares.

Fonte: Banco de Moçambique para o défice comercial e FAO para os outros indicadores.

Dos gráficos acima, pode-se concluir que: (1) a indústria extractiva mais a indústria transformadora (MOZAL) representam, desde 2015/2016, em média, mais de 60% das exportações; (2) os restantes grupos de produtos contribuem em menos de 20% para as exportações; (3) os bens de consumo e bens intermédios totalizam mais de 50% das importações; (4) os bens de capital ganharam expressão nos períodos em que se verificaram importações de equipamento e meios de transportes relacionados com os grandes investimentos em recursos naturais.

As variações verificadas reflectem, principalmente, alterações de preço no mercado internacional de alguns produtos de exportação e dos bens intermédios, relacionados com os investimentos em recursos naturais; os défices da balança comercial total e da balança agrícola, que inclui bens alimentares, possuem uma tendência consistentemente de agravamento e com variações de grande amplitude; e, a balança comercial representa, em grande medida, a estrutura económica de Moçambique: exportação de bens primários (crescente peso da indústria extractiva e transformadora (MOZAL) e de *commodities*, desindustrialização, secundarização da agricultura e aumento da dependência de bens alimentares importados.

A taxa de cobertura da balança de pagamentos, no período de 2015 a 2021, situou-se entre 45%, em 2015, e 90%, em 2017 (Banco de Moçambique). Em todo o período, a taxa de cobertura foi, em média, de 69%, o que reflecte os níveis de produção interna, da demanda externa e dos preços dos principais produtos exportados e importados[134]. A taxa de abertura de Moçambique, entre 2015 e 2021, tem variado entre 68% (em 2016) e 85% (2021), e uma média do período de 74%, sendo a moda estatística (valor mais frequente) de cerca de 70%. Este indicador revela, principalmente, que: (1) o valor das exportações não cobre, em grande medida, o das importações, gerando défice das balanças comercial e de capital; (2) elevada abertura da economia ao exterior (percentagem das importações mais as exportações sobre o PIB) e consequentes riscos de vulnerabilidade económica; e, (3) variabilidade dos valores, tanto das importações, como das exportações.

A dívida externa de Moçambique cresceu sistematicamente depois do fim da guerra civil, tendo o país sido classificado, pelo Clube de Paris, como altamente endividado. Desde 2000[135], Moçambique beneficiou, em vários momentos, de perdão da dívida de vários países e organizações, nomeadamente de credores, como Alemanha, Áustria, China, Espanha, França, Itália, Portugal, Reino Unido, Suécia e Rússia, para além de países americanos e africanos. Depois da COVID-19, em 2019, Moçambique apelou à prorrogação (adiamento) dos pagamentos das dívidas aos credores. Para compensar a redução dos donativos e créditos externos, o Estado aumentou rapidamente a divida de fontes internas, para além de continuar a não pagar aos fornecedores de bens e serviços e de não reembolsar o IVA às empresas.

O país mais "aberto" é Hong Kong, com 376,8% do seu comércio externo sobre o PIB e o Sudão é o país com menor. Segundo o Globalization index (0-100), 2021, Moçambique possui um índice global de globalização de 51, ocupando o lugar 136º em 188 países. A Suíça é o país mais globalizado com 91 pontos, sendo a Somália o menos globalizado (lugar 188º), com 30 pontos[136].

**b) Investimento directo estrangeiro e cooperação**

Constantino Marrengula (2024)[137], faz um resumo do seguinte modo: "…os fluxos de investimento directo estrangeiro aumentaram de forma significativa, o que sustentou o aumento do Produto Interno Bruto, das exportações e das receitas fiscais. Estas melhorias não foram, no entanto, suficientes para estimular a redução das taxas de desemprego e do número de pessoas em situação de pobreza absoluta. Mais de 70% do IDE acumulado no período de 2002-2022 foi para os grandes projectos do sector extractivo, financiado, maioritariamente, por suprimentos e créditos comerciais. Este fenómeno, em parte, estruturou um padrão de repartição de rendimentos dominado em mais de 63% pelos rendimentos de capital, amortizações, juros, rendas e lucros.

[134] A taxa de cobertura representa a proporção em que o valor das exportações cobre os valores o das importações. A taxa de abertura mede a proporção do somatório do comércio das exportações e importações sobre o PIB.
[135] "Em Setembro de 2001 o País atingiu o ponto de conclusão no âmbito do HIPC reforçado e os credores comprometeram-se em perdoar USD 600 milhões do stock nominal da dívida, equivalente a USD 306 milhões em termos de valor presente líquido". Grupo Moçambicano da Dívida (2006). *Dívida Externa e Interna de Moçambique: Evolução, Desafios e Necessidade de uma Estratégia Consistente e Inclusiva.* Maputo.
[136] https://pt.theglobaleconomy.com/rankings/kof_overall_glob/.
[137] Constantino Pedro Marrengula (2024). Resumo da apresentação sobre o tema *Dinâmicas de Investimento Directo Estrangeiro, Repartição de Rendimentos e Pobreza em Moçambique*. Conferência Anual do OMR. Publicação em Destaque Rural Nº 287. OMR. Maputo.

A remuneração dos empregados flutuou em volta de 25%, contra cerca de 52% na África do Sul. Em termos absolutos, a remuneração dos empregados cresceu com o crescimento do PIB, sugerindo algum aumento relativo de salários e empregos no núcleo extractivo da economia e no sector financeiro. Isto não foi, no entanto, suficiente para amortecer os efeitos do agravamento das taxas de desemprego e subemprego, resultantes do fraco crescimento dos outros sectores da economia e do empobrecimento fiscal. O crescimento das receitas fiscais provenientes da indústria extractiva, num quadro de défice orçamental crónico, não gerou maior disponibilidade de recursos para o investimento público, para políticas activas e consequentes de geração de empregos e protecção dos mais desfavorecidos.

Os salários mínimos relativos dos sectores que empregam mais força de trabalho, de entre os quais a agricultura e o sector público, degradaram-se, num contexto em que a política fiscal força as famílias pobres a serem pagadoras líquidas de impostos e não beneficiárias, como seria de desejar. De acordo com o Banco Mundial (2023), baseado nos resultados dos Inquéritos aos Agregados Familiares (IOF) de 2020, os impostos, incluindo as transferências realizadas para as famílias pobres, levaram ao aumento, em termos líquidos, do índice de incidência da pobreza em 3,5 pontos percentuais. O mesmo valor foi encontrado na análise de incidência fiscal feita com base nos dados do IOF de 2015[138]".

"Durante o período 2015-2022, o volume de transferências líquidas para o resto do mundo cresceu a uma taxa média de 38%, contra uma taxa de crescimento económico de 3% e das exportações em 13%. A manutenção deste nível de transferências líquidas de rendimentos para o exterior, foi possível com maiores injecções de fundos de assistência ao desenvolvimento e de mais empréstimos".

Em resumo, pode-se deduzir que o IDE não tem tido repercussões significativas e positivas quanto o expectável ou tem tido efeitos assimétricos em relação aos benefícios dos empregos (medidos pela relação entre a remuneração do capital e do trabalho e sobre o volume do emprego directo criado, sobre a pobreza (salários mínimos, transferências, beneficiários do Serviço de Segurança Social e redução da pensão mínima), sobre as receitas fiscais (10,6% da receita fiscal total e 2,58% do PIB de 2022) e sobre as elevadas transferências líquidas para o exterior.

Para além destes efeitos limitados em termos económicos, o IDE produz efeitos e externalidades negativas, já brevemente referidas, nomeadamente: migrações para as zonas do IDE na expectativa de mais e melhores empregos e de oportunidades de negócio e de melhores condições de vida; deslocação das pessoas (reassentamentos), com consequências sobre a produção (quantidade da terra e suas aptidões produtivas); contaminação do ar, terra e água, e surgimento de doenças profissionais/laborais; aumento da distância entre os locais de reassentamento e os serviços públicos; conflitos de várias naturezas entre as populações "tradicionalmente" residentes e as reassentadas; conflitos na ocupação da terra e uso de recursos naturais (florestas, água, entre outras).

[138] Constantino Pedro Marrengula (2024). Ibidem. Resumo da apresentação sobre o tema *Dinâmicas de Investimento Directo Estrangeiro, Repartição de Rendimentos e Pobreza em Moçambique*. na Conferência Anual do OMR. Publicação em Destaque Rural Nº 287. OMR. Maputo.

**c) Cooperação**

A cooperação tem várias interpretações e objectivos. Pode-se considerar a cooperação como parte integrante das relações externas, onde os interesses múltiplos de natureza política/diplomática, de concertação de posicionamentos nos fora internacionais, de concessão de facilidades no âmbito das geoestratégias de controlo de rotas de navegação comercial e tráficos de droga e da pirataria marítima, de acesso a recursos naturais na costa e de penetração para o interior dos continentes, sobretudo para o trânsito de bens e serviços, particularmente de petróleo, gás e *commodities*.

A cooperação pode ainda ocorrer como contrapartida aos efeitos negativos do IDE, como, por exemplo, cooperação nas áreas de serviços aos cidadãos negativamente afectados, projectos agrícolas para suprir os défices alimentares e a pobreza como factores de conflito. Tem havido muitos estudos em redor destas problemáticas nas zonas de implantação de grandes investimentos[139].

Os estudos sobre Moçambique são unânimes em referir os efeitos sobre a pobreza, as condições de vida nos reassentamentos, em promessas não cumpridas de indeminizações, emprego e redistribuição de terras, e em violências praticadas pela polícia, exército e seguranças privadas contra os manifestantes, exploração informal ("garimpeiros") e traficantes. Estas acções e os discursos são, geralmente, em defesa dos investidores, acompanhados de discursos justificativos do uso das forças repressoras.

Os grandes investimentos possuem, por outro lado, condições excepcionais, como, por exemplo, benefícios fiscais, ausência de auditorias financeiras, facilidades de exportação e falta de controlo do Estado sobre as quantidades, qualidade e preços dos bens exportados ou importados, controlo aduaneiro das importações e exportações, trânsito transfronteiriço de técnicos, entre outras condições especiais comparativamente ao capital nacional. Alguns destes aspectos são compensados ou incluídos como custos operacionais das empresas com reflexos nos impostos e em benefícios referidos.

Por outro lado, as empresas de capital estrangeiro realizam actividades no âmbito do que se designa por responsabilidade social que pode manifestar-se de diferentes formas, como, por exemplo: apoio às populações circunvizinhas na produção agrícola e obtenção de rendimento gerado por diferentes actividades de auto-emprego e economias informais; distribuição de sementes e utensílios de trabalho; assistência sanitária; construção de postos de saúde e de escolas, entre outras actividades, beneficiando os reassentados ou população circundante aos espaços onde se implantam as empresas.

Grande parte das empresas de IDE realiza acções de formação ou concede bolsas de estudos para a formação de trabalhadores e técnicos com alguma especialização, em Moçambique ou no exterior, e oferece salários superiores aos do mercado. A intenção final é evitar a importação de trabalhadores estrangeiros, cujos custos seriam superiores. Igualmente, coloca, em postos de chefia e direcção, moçambicanos com relações ou pertencentes às elites locais, como forma de apoio/cobertura política, sendo, ou não, o "representante" de membros seniores do partido no poder ou do Governo.

[139] Destacam-se, entre outros, os casos do carvão em Tete, do gás em Afungi Empresa Total Moçambique, de florestas de várias multinacionais (por exemplo, a Portucel Moçambique nas províncias de Manica e Zambézia), de areias pesadas nas províncias de Nampula e da Zambézia (Moma e Pebane) e em Chibuto), de rubis em Montepuez.

As acções de responsabilidade social podem ser interpretadas como tendo por objectivo evitar situações de extrema pobreza, reduzir conflitualidades sociais e laborais, "moçambicanizar" a empresa, entre outros aspectos.

As grandes empresas, como no caso do gás em Cabo Delgado, dos rubis em Montepuez na mesma província, no transporte do carvão de Tete, possuem elevados custos em defesa das suas instalações e técnicos, dos agrupamentos populacionais nos "acampamentos" dos seus trabalhadores, nas vias de comunicação e bases logísticas, incluindo com relações e apoios estreitos com as forças de defesa e segurança e exércitos estrangeiros (caso do gás em Cabo Delgado). Em resumo, as multinacionais tudo fazem para extrair os recursos em condições de competitividade com custos baixos (salários baixos, formação de técnicos nacionais, condições fiscais, incluindo na importação de equipamentos e outra logística necessária, terra a custo quase zero, programas de responsabilidade social, etc.) e ter boas relações com a governação.

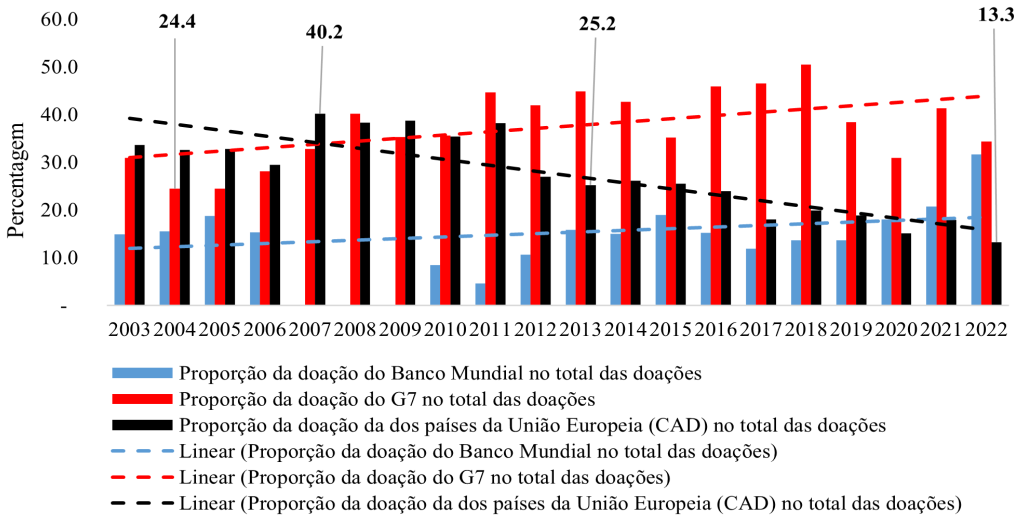
Outras acções são também incluídas em programas de cooperação de organizações internacionais, como os programas de apoio humanitário aos reassentados (alojamento, alimentos, medicamentos, etc.), apoio e cooperação militar.

O exposto procura alicerçar a tese de que os interesses geoestratégicos e económicos estão funcionalmente articulados com a cooperação política, humanitária, entre outras, entre Estados (de forma bilateral ou multilateral) e destes com organizações internacionais no âmbito da ONU, instituições financeiras internacionais, organizações regionais (União Europeia, União Africana, SADC, etc.), organizações da sociedade civil e outras.

Os gráficos 26 e 27 representam as doações dos principais doadores de Moçambique. O Banco Mundial, os Estados Unidos da América e os países europeus, aglutinam um conjunto de factores que justificam esta preponderância nas doações, como parte da cooperação, como são os seguintes: geoestratégia, interesses económicos e manutenção do poder da Frelimo (considerando a inexistência de alternativas de governação). O governo moçambicano, perante a situação de crise económica, militar e social e a continuidade dos factores múltiplos de conflito, não possui alternativa a uma diplomacia "flexível", tolerante e de concessão de condições excepcionais ao IDE. Estas condições são concedidas como consequência de o Estado não assegurar as condições competitivas e ambiente político e social às empresas, o que, considerando a amplitude e duração das concessões ao IDE, termina por reforçar a fragilidade do Estado[140].

[140] "Estado falido, estado falhado ou estado fracassado são termos políticos que designam um país no qual o governo é ineficaz e não mantém de facto o controle sobre o território, o que resultaria em altas taxas de criminalidade, corrupção extrema, um extenso mercado informal, poder judiciário ineficaz, interferência militar na política, além da presença de grupos armados paramilitares ou organizações terroristas controlando de facto parte ou todo o território (…). O Índice de Estados Frágeis, preparado anualmente pelo Fundo pela Paz, e publicado pela revista Foreign Policy, classifica os Estados em quatro categorias, que sofrem variações entre elas. Três grupos sociais são apontados: sociais, económicos e políticos, abrangendo doze indicadores: (1) instalação de pressões democráticas; (2) movimento massivo de refugiados ou de pessoas deslocadas internamente; (3) busca de vingança por grupos de reclamação; (4) combate humano crónico e sustentado; (5) desenvolvimento económico desigual; (6) pobreza e declínio severo e acentuado da economia; (7) legitimidade do Estado; (8) deterioração progressiva dos serviços públicos; (9) violação dos Direitos Humanos e Estado de Direito; (10) aparato de Seguridade; (11) aumento de elites faccionadas; (12) intervenção de actores externos". https://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_falido#Cr%C3%ADticas.
O conceito e as formas de cálculo dos indicadores (parâmetros), assim como a ponderação entre os indicadores, são objecto das críticas a este conceito.

Gráfico 25
Proporção das doações do Banco Mundial, G7[141] e União Europeia no total dos donativos para Moçambique

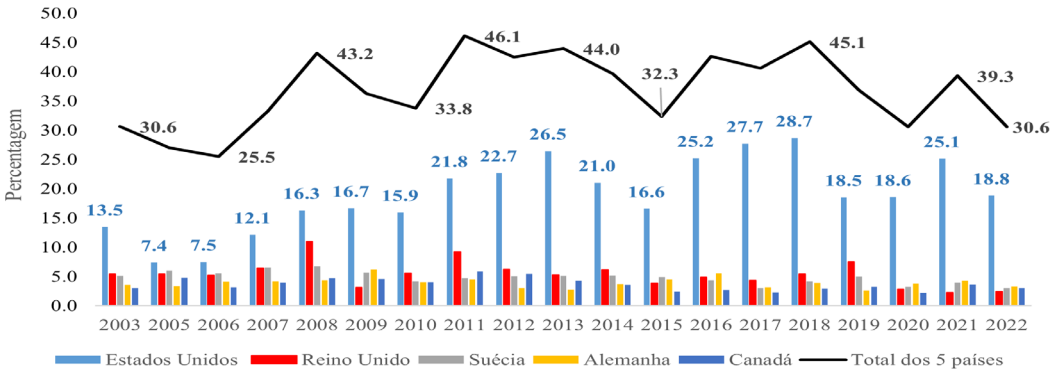



Fonte: https://www.oecd.org/countries/[142].

Os países do G7 tiveram sempre a mais elevada contribuição anual e com tendência crescente entre 2003 e 2022, com picos na primeira metade da segunda década. O G7, no período da crise da dívida (excepto em 2015), aumentou a sua quota de participação nas doações. Os países da União Europeia e também membros do CAD têm tido uma participação percentual decrescente acentuada. O Banco Mundial tem tido uma participação percentual variável no tempo, com diminuição depois de 2016, período em que se iniciaram retiradas ou reduções das doações de alguns países por razões derivadas das dívidas ocultas e corrupção ascendente na governação. Depois de 2017, o aumento das doações do Banco Mundial, suprir parcialmente a redução dos influxos de capital de outras fontes.

[141] O G7 é composto pelos seguintes países: Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido.
[142] Veja uma síntese em Mosca, João (2024). Capital, cooperação e subdesenvolvimento. Destaque Rural Nº 275. OMR. Maputo.

Gráfico 26
Proporção das doações dos cinco principais países membros do CAD sobre o total de donativos recebidos por Moçambique

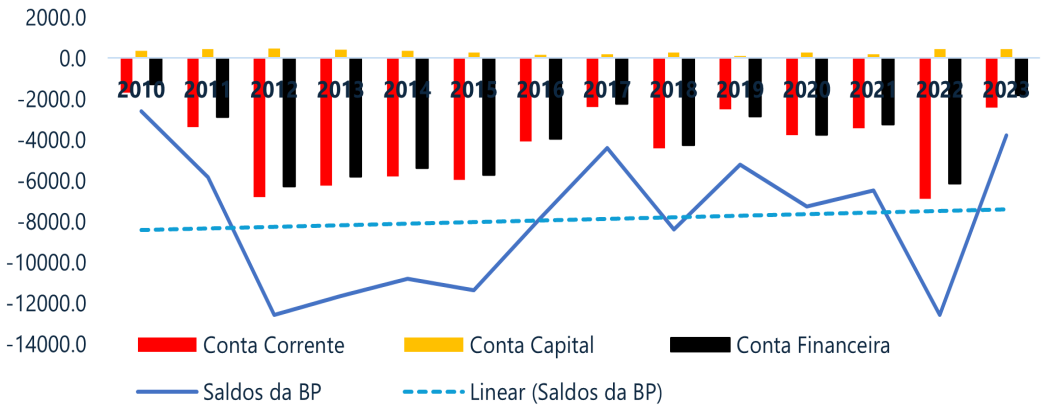



Fonte: https://www.oecd.org/countries/. Em Mosca (2024)[143].

Aas contribuições anuais dos EUA na primeira década do presente século, o maior doador individual, variou, entre cerca de 7,4% e 15,9% do total do valor doado por doadores unilaterais. Na maioria dos anos da segunda década, os EUA mantiveram-se como o principal doador, com uma média de 23%, variando entre 16,6%, em 2015, e 28,7%, em 2018.

O gráfico 28 apresenta os fluxos das contas corrente, de capital e financeira (onde o sinal negativo significa entradas no país). Verifica-se o insignificante valor da conta capital e um saldo persistente negativo da balança de pagamento, embora com uma ligeira tendência decrescente. Estes dados podem ser justificados pelo facto de a entrada de recursos por via do IDE registar somente o capital destinado a pagar os custos internos.

Gráfico 27
Saldos das contas da Balança de Pagamentos entre 2010 e 2023 (em milhões USD)[144]




Fonte: Banco de Moçambique.

[143] Ibidem.

Para finalizar, “Moçambique foi colocado na lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI), em Outubro de 2022, devido a deficiências estratégicas que o país apresenta no combate ao branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa[145]. Vários são os factores que contribuem para a fuga de capitais (saída ilícita), como, por exemplo: corrupção; pagamento de resgate e de taxa de ´´ libertação´ de empresários raptados; diversas formas de obtenção de recursos e de financiamento da guerra em Cabo Delgado; instabilidade política, riscos económicos para o investimento e fugas por múltiplas vias, sobrefacturação das importações, subfacturação das exportações[146].

A realidade de Moçambique não é diferente da existente em África. Pelo menos, 50 mil milhões de dólares saem de África todos os anos em fluxos ilícitos de capitais, mais do dobro do que o continente recebe em ajuda para o desenvolvimento, revela um relatório da OCDE[145].

**d) Dependência externa**

O OMR desenvolveu um Índice de Dependência Externa e testou a sua aplicação ao caso da economia de Moçambique[148]. Segundo os autores uma economia é considerada como não-dependente se, na avaliação segundo a metodologia proposta no trabalho referido, obtiver menos de 30 pontos, moderadamente dependente entre 30 e 50 pontos, dependente entre 50 e 70 pontos e muito dependente com mais de 70 pontos.

Apresenta-se no quadro 12 alguns dos indicadores utilizados do cálculo do Índice de Dependência Externa de Moçambique, segundo Mosca et al[149], onde se pode observar um agravamento das variáveis utilizadas para o cálculo do nível de dependência. A variável com evolução positiva é a dos termos de troca, o que significa que o preço médio das exportações multiplicado pelos volumes é superior ao mesmo cálculo relativamente às importações.

[144] O Banco de Moçambique define como conta financeira como a que inclui as operações de investimento directo no exterior e em Moçambique, o investimento, em carteira e outro, subdividido em activos (créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, e outros activos) e passivos (créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, e outros passivos). É divulgada informação para os vários sectores institucionais, nomeadamente, as autoridades monetárias, administração central (inclui a Administração Local, Regional e Segurança Social), bancos comerciais e outros sectores (empresas não privadas, particulares). Na realidade, no caso de Moçambique, a conta de capitais é apresentada pelo Banco de Moçambique com um valor negativo na base de dados, mas, no seu relatório dos anos respectivos, apresenta como positivo. O autor optou pelo sinal que aparece na base de dados (o que é discutível).

[145] Nhamirre, Borges e Fael, Baltazar (2023). Análise crítica dos progressos de Moçambique para sair da Lista Cinzenta. Série Corrupção. Centro de Integridade Pública. Maputo.

[146] Pode incluir tráfico de droga, resgates de raptados, saída ilegal de recursos naturais (madeira, marfim, ouro, pedras preciosas, etc.), sub e sobrefacturação nas transacções de comércio externo, entre outras modalidades.

[147] Fonte: Diário de Notícias de 20 de Fevereiro de 2018. World Compliance Association.
A Procuradoria da cidade de Maputo mandou encerrar parques de vendas de carros usados. Está subjacente a utilização de dinheiros cujos fins irão ser averiguados, incluindo o tráfico de divisas. Os trabalhos das autoridades moçambicanas estão inseridos nas operações de combate ao crime organizado e transnacional denominado Stop Branqueamento de Capitais (Stop BC). https://mznews.co.mz/branqueamento-de-capitais-apreendidas-mais-de-600-viaturas-em-24-parques-de-viatura-encerrados/.

[148] Mosca, João, Nova, Yara e Aiuba, Rabia (2024). Bases para a elaboração de um Índice de Dependência Externa. Exemplo de Moçambique. Observador Rural Nº 142. OMR.

[149] Ibidem.

Quadro 12
Alguns dos indicadores utilizados nos cálculos do Índice de Dependência Externa de Moçambique

| | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IDE/Investimento total | 82 | 52 | 25 | 73 | 65 | 92 | 65 |
| Stock da dívida externa total / PIB | 50,7 | 72,3 | 71,8 | 66,0 | 64,0 | 72,3 | 65,9 |
| Termos de troca do comércio externo | 100 | 100,6 | 112,4 | 114,8 | 106,9 | 99,4 | 128,8 |
| Taxa de cobertura da balança de pagamento | 45,05 | 70,32 | 90,47 | 79,40 | 69,14 | 61,00 | 71,26 |
| Défice público/ total das despesas públicas | -29 | -28 | -32 | -26 | -21 | -19 | -16 |
| Importações dos 5 principais produtos alimentares / Necessidades alimentares | 43,5 | 35,0 | 42,0 | 34,7 | 49,0 | 55,9 | 66,6 |
| Fitch rating (1) | B | RD | RD | RD | CCC | CCC | CCC |
| Índice de Fragilidade do Estado | 86,9 | 87,8 | 89 | 88,7 | 88,7 | 91,7 | 93,9 |

Nota: Acerca dos dados da Fitch, fragilidade do Estado, veja Mosca, Nova e Rabia (2024). Ibidem.
Fonte: Mosca, Nova e Rabia (2024). Ibidem.

O mesmo estudo do Observatório do Meio Rural classifica Moçambique como estruturalmente dependente. No entanto, em consequência de crises económicas externas e internas, situações de conflito militar, choques climáticos, pandemias, etc., e o seus efeitos sobre a economia e a sociedade, com reflexos nas relações económicas externas que se traduzem em aumentos da dependência (ajudas humanitárias, donativos, redução do investimento directo estrangeiro e das exportações, ajuda e empréstimos à economia e ao Estado), pode-se considerar que Moçambique é um país em risco permanente de, conjunturalmente, ser muito dependente.

No quadro 13 apresenta-se os resultados do Índice de Dependência Externa (IDEx) calculado segundo a metodologia adoptada.

Quadro 13
IDEx, Moçambique

| IDEX | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TOTAL | 50,0 | 57,5 | 52,5 | 55,0 | 47,5 | 57,5 | 55,0 |
| **Classificação** | **Dependente** | | | | **Moderadamente dependente** | **Dependente** | |

Fonte: Mosca, João; Nova, Yara e Aiuba, Rabia (2024).

Como referido na presente secção (relações económicas externas), a dependência externa surgiu há muitos séculos, sobretudo depois da revolução industrial e, no caso de Moçambique, principalmente depois da colonização efectiva (após meados do século XIX) da colonização.

**e) Resumo**

Focalizando-se na economia, as relações externas, têm-se caracterizado pela influência no desenvolvimento e configuração da estrutura económica, o que se reflecte na balança dos influxos de capital (conta capital da balança de pagamentos - investimentos, lucros, empréstimos, transferências, cooperação, ajudas, etc.) e no OGE (receitas), na segurança alimentar, na preponderância de multinacionais em sectores da indústria extractiva, na indústria transformadora (MOZAL), na produção agrícola de commodities, no investimento e gestão de infra-estruturas (portos e caminhos-de-ferro), etc.., e, ainda, na ajuda em situações de crises humanitárias e em programas específicos, com incidência nas áreas da saúde, educação e agricultura. Particularmente depois de 2018/2019, a defesa e segurança contou com a "cooperação" externa com a presença de forças militares na província de Cabo Delgado.

As relações económicas internacionais foram caracterizadas por influências externas, sobretudo do FMI, através de projectos e financiamentos diversos, em questões de política económica e políticas públicas, na definição da priorização de sectores económicos e sociais e de territórios, entre outros aspectos de natureza política. Os relatórios e pareceres das IBW, particularmente do FMI, são muito influentes junto de organizações internacionais, de bancos regionais e dos países com maior presença na cooperação em Moçambique.

Embora a economia de Moçambique seja estruturalmente dependente, a história indica que o país está em permanente risco de ser muito dependente. A estrutura da economia foi sendo configurada ao longo de séculos, desde a influência comercial, religiosa e administrativa árabe (os califados), particularmente na costa a Norte de Quelimane, passando pelo processo de delimitação das fronteiras que culminou na Conferência de Berlim (1895) e posteriores ajustamentos, à implantação dos prazos da coroa e das companhias majestáticas, à influência dos países vizinhos no que respeita aos fluxos migratórios (suporte da acumulação primitiva nos sectores mineiro e agrícola na África do Sul e Rodésia, ao desenvolvimento dos corredores de transporte entre a costa e o hinterland,), ao surgimento e crescimento urbano. Pode-se depreender que a configuração da estrutura económica esteve intimamente relacionada com interesses de países e de multinacionais, sobretudo de Portugal e da África do Sul no período antes da independência.

É a partir de finais do século XX que surgem grandes investimentos externos, a continuidade do sector público nas áreas sem interesse para o capital externo, como os transportes aéreos, urbanos e marítimos (cabotagem) e o comércio retalhista.

Após a independência, a dependência teve um período de mudanças de curta duração (1975-1997) provocadas pela tentativa de implantação de um modelo "socialista", em que houve rupturas nas relações externas com o investimento e cooperação "socialista" que pouco durou devido a feitos combinados de factores internos e externos.

Seguiu-se a implementação do ajustamento estrutural "sugerido"/"imposto" pelas Instituições de Bretton Woods (IBW), que como "braço" económico e financeiro (e também político), pretendia, essencialmente: (1) evitar a continuidade das opções políticas do período anterior ("socialismo"); (2) introduzir reformas económicas, nomeadamente a redução da intervenção do Estado na economia, a liberalização dos mercados e a privatização do sector estatal da economia; (3) "impor" mudanças nas políticas púbicas, principalmente para controlar a inflação, equilibrar o OGE e a balança de pagamentos, e abrir o país ao investimento externo

com apoio de programas de cooperação e da ajuda complementar/funcional com o IDE oriundo dos países ocidentais; (4) criar as condições para a entrada do capital multinacional, relacionado principalmente com os recursos naturais e commodities agrícolas, e pelo IDE de média e pequena escala, em sectores como o da construção civil, indústria de primeira transformação para permitir as exportações (açúcar, caju, tabaco, etc.) ou de bens (matérias-primas) que necessitam de transformação para permitir o consumo interno (farinação e/ou descasque de cereais, óleos, etc.) e o sector da grande distribuição; e, (5) alterar as relações de influência política externa de Moçambique.

As economias informais, sobretudo no comércio, transportes públicos urbanos e em serviços diversos, são actividades que cresceram resultantes do crescimento dos sectores intensivos em capital (geralmente capital externo) e, por outro lado, desempenham funções "paralelas-"/"funcionais"/"complementares entre o capital interno e externo. O pequeno negócio informal cresce em redor de grandes projectos industriais e da exploração mineira informal ("garimpo"), no comércio sazonal praticado por agentes económicos estrangeiros que visam a exportação de bens agrícola, do corte de florestas, do abate da fauna bravia

Em síntese, pode-se deduzir: (1) a forte influência das relações económicas externas na configuração da estrutura e no desenvolvimento económico do país a longo prazo e na actualidade; (2) o nível de dependência externa variável em função de mudanças de politica interna, estabilidade politica, conflitos violentos, choques climáticos e conjunturas da economia internacional; (3) a debilidade económica, a fragilidade e a instabilidade das instituições, o desajustamento das políticas em relação às realidades e a incapacidade para impulsionar um modelo económico mais endógeno. Os ciclos económicos são de curta duração (de cinco a 10 anos) e resultam de mudanças sistemáticas, de grande amplitude, nas instituições e nas políticas e relações externas, e na ocorrência de conflitos armados, choques climáticos, entre outros factores desestabilizadores da economia e da sociedade.

## 9. Instituições

### a) O aparelho de Estado: do "escangalhamento" do aparelho de Estado colonial a um estado frágil e disfuncional

O aparelho de Estado foi sempre partidarizado segundo o lema o "partido dirige o Estado e a sociedade", tendo sido o primeiro objectivo "escangalhar o aparelho de Estado colonial", servidor do colonialismo e do capitalismo. Este processo implicou, logo após o Acordo de Lusaca (Setembro de 1974) e, em particular, depois da independência e do III Congresso da Frelimo (Fevereiro de 1977), a saída dos servidores do Estado português para Portugal, considerando por finalizadas as suas funções no Estado. Em seu lugar, procurou-se estruturar um aparelho de Estado que se dizia popular, em defesa dos interesses do país e do povo, com participação dos moçambicanos na construção de um Moçambique norteado para uma economia socialista. No III Congresso, foi proclamado um Estado de operários e camponeses que exerceria o poder popular democrático revolucionário (a ditadura do proletariado, segundo a concepção marxista-leninista assumida pela Frelimo).

Na realidade, instaurou-se em 1975 e, em particular, depois do III Congresso, um Estado autoritário, de corte militarista, centralizado, subordinado ao partido Frelimo que pretendia dirigir uma economia de planificação central. A economia estaria assente em empresas es-

tatais e em cooperativas de base produtiva colectiva e de consumo e em aldeias comunais (as "cidades no campo") que seriam uma forma de controlo da população rural e de células do partido com o mesmo objectivo central nas cidades[150].

A política económica "socialista" foi desajustadamente implementada, pela forma radicalizada e sem considerar aspectos culturais, políticos e de tradição/história da economia colonial, como, por exemplo, a estatização da economia, a retirada de condições económicas, financeiras e políticas do empresariado estrangeiro, e a conflitualidade com as então autoridades gentílicas, os antigos régulos[151]. Uma parte significativa deste empresariado praticou actos nos quais manifestaram insatisfação e incapacidade de se incluírem no novo projecto de país e da economia, praticando actos que incluíram a redução ou paralisação das empresas, destruição de equipamentos, despedimento de trabalhadores, açambarcamento e criação do caos económico, actos então designados por "sabotagem económica" (contra-revolucionários, inimigos do povo, capitalistas exploradores, etc.), penalizados pela Lei 16/75 de 13 de Fevereiro. Adicionou-se a ordem emitida por Armando Guebuza , que determinava que as pessoas que tenham tido essas práticas, seriam expulsas do país em 24 horas com uma bagagem de 20 quilos[152]. Os camponeses deveriam integrar-se em cooperativas ou como trabalhadores das empresas estatais (operariado agrário), transformando e eliminando a classe camponesa conforme a ideologia marxista[153], embora tenham sido a base social principal da luta de libertação nacional; o campesinato foi uma classe "esquecida e traída" após a independência[154].
Os recursos materiais eram "distribuídos" pelo plano, através de E.E. de importação e de distribuição especializadas por áreas económicas, e as divisas eram "alocadas" pelo Banco de Moçambique[155]

As empresas privadas tinham acesso imprevisível e insuficiente aos recursos financeiros e materiais, o que limitava ou coarctava as possibilidades de reprodução do sector privado. Somente as grandes empresas produtoras de bens para exportação, cujos proprietários se mantiveram, conseguiam funcionar no quadro da política económica de então, muitas vezes, por haver interesses políticos na sua continuidade em Moçambique.

Os resultados financeiros das empresas estatais eram, regra geral, negativos, sendo os défices suportados, com a acumulação de dívidas, pela banca estatal e pelo orçamento do Estado. As funções/objectivos principais das E.E. eram, numa primeira fase, a manutenção da produção e do emprego, independentemente dos resultados financeiros.

As grandes empresas estatais eram dirigidas por membros da confiança da Frelimo ou por jovens militantes que haviam terminado os seus cursos imediatamente antes ou depois da independência na então Universidade de Lourenço Marques, depois renomeada Universidade

[150] Veja Mosca, João (2005). Economia de Moçambique, Século XX. Editora Piaget. Lisboa e Mosca, João (2024). ADN Frelimo. Poder e negócios. Centro de Integridade Pública. Maputo.
[151] Depois da independência, os régulos eram considerados como agentes do inimigo, tribalistas, obscurantistas, etc. Porém, existiram alianças entre a Frelimo e os régulos, tanto durante a luta de libertação nacional, como após a independência, e a Frelimo, sobretudo com a guerra civil, recuperou e absorveu o papel dos régulos com a nova designação de líderes comunitários.
[152] Focou conhecida como a decisão ou a Lei 24/20.
[153] Para Marx, Lenine e outros marxistas ortodoxos, os camponeses eram uma classe residual do capitalismo e deveriam, através da indústria e da agricultura de grande escala, ser transformados em operários.
[154] Mosca, João (2024). O conceito de camponês e a realidade de Moçambique numa perspectiva de longa duração. Observador Rural Nº 147. OMR. Maputo, e Mosca, João (2022). Camponês esquecido e traído. Destaque Rural Nº 191. OMR. Maputo.
[155] Ibidem, Economia de Moçambique, século XX.

Eduardo Mondlane, em escolas técnicas e alguns regressados de outros países, onde se tinham formado ou estavam no fim dos estudos.

O mesmo aconteceu com as cooperativas de produção agrária; nos casos de algum êxito produtivo, os seus presidentes foram eleitos para o Comité Central da Frelimo e as respectivas cooperativas eram beneficiadas na alocação de recursos financeiros e em equipamentos (por exemplo, tractores, alfaias, camiões para venda directa da produção nos mercados citadinos).

As nomeações para os cargos dirigentes, desde o nível central ao distrito e E.E., eram por decisão centralizada (presidencial ou ministerial) e com base na filiação partidária e grau de confiança nos nomeados, embora ainda fosse importante a relação entre as exigências técnicas das funções e a formação e experiência dos nomeados.

A natureza autoritária revelou-se através da operação de produção, nos campos de reeducação, em fuzilamentos dos "traidores da pátria" (políticos e económicos), na proibição de organização corporativa e de grupos de pessoas congregados por interesses comuns[156] . Todos os trabalhadores deveriam filiar-se na Organização dos Trabalhadores Moçambicanos (OTM), na Organização da Juventude Moçambicana (OJM), ou na Organização da Mulher Moçambicana (OMM), designadas "organizações de massas", dirigidas e controladas pela Frelimo; a juventude seria a organização congregadora dos militantes jovens da Frelimo, numa perspectiva de formação de quadro políticos e de suporte ao partido Frelimo.

Nas empresas, foram criadas as células dos partidos (primeiramente designados de Grupos Dinamizadores) e os Conselhos de Produção (células da OTM), que possuíam grande poder de influência sobre as direcções administrativas e de gestão[157].

Depois dos acordos de paz em 1992 e conforme a nova Constituição, realizaram-se as primeiras eleições gerais multipartidárias em 1994. Desde então, vigorou um regime de partido "dominante" com uma "democracia de fachada", que aceitou/tolerou certos níveis de associação profissional, comunicação social, expressão e respeito dos direitos humanos. A natureza autoritária e centralizadora e de controlo dos cidadãos manteve-se e ocorreram intervenções não violentas (captura/absorção) da imprensa e, quando julgado necessário, houve assassinatos políticos, prisões indiscriminadas e marginalização de funções profissionais[158].

De um projecto de Aparelho de Estado "socialista" (cujas principais características estão acima referidas), passou-se para uma administração pública estatal concebida como uma plataforma de captura ou retenção de recursos e sua distribuição hierarquizada pelas elites políticas estruturadas com base em famílias, etnias/regiões, com protecção e suporte político e jurídico da Frelimo e do aparelho de Estado, em particular do sistema judiciário. Os políticos tornaram-se empresários e os empresários aliaram-se aos políticos obtendo vantagens recíprocas. A separação entre política e negócios e entre o público e o privado diluíram-se, acontecendo semelhantes alianças com o capital externo. Os funcionários públicos deixam de ser servidores do Estado e passam a ser servidos pelo Estado, para obtenção de benefícios particulares.

[156] Veja, por exemplo, Mosca, João (2024). ADN Frelimo: poder e dinheiro. CIP. Maputo.
[157] As células do partido e a OTM imiscuíam-se em funções e decisões da exclusiva competência das direcções, baseando-se no princípio de que o partido dirige o Estado e a sociedade. Dado que, nas empresas, as células da Frelimo eram o partido e a direcção representava o Estado, seguia-se que as células do Partido dirigiam as empresas.
[158] Veja Mosca, João (2022). ADN Frelimo. Poder e dinheiro. CIP. Maputo.

As guerras que ocorreram reforçaram o autoritarismo, o centralismo, os abusos contra os direitos humanos e facilitaram os tráficos de droga, a fuga de capitais, a corrupção, entre outros aspectos.

As mudanças de regime e de políticas implicaram instabilidades nas instituições (estrutura organizacional, mudanças frequentes de responsáveis, alterações de funções entre os diferentes níveis territoriais, projectos inacabados por dependerem essencialmente de capital, assistência técnica externos), divisão administrativa, etc.

Moçambique foi classificado, em 2023, pelo The Economist[159], como regime autoritário no lugar 113º em 167 países avaliados. Na avaliação de 2006, a mesma instituição classificou Moçambique como de regime híbrido (entre democracia "fluida" e autoritarismo), no lugar 96º em 167 países. Houve uma importante deterioração da democracia entre 2006 e 2023.

A última revisão constitucional, feita em 2018, longe de aperfeiçoar a eficiência e eficácia do aparelho do Estado, veio aumentar o seu escangalhamento através da duplicação de estruturas provinciais. A criação da figura de Secretário de Estado da Província e respectivos serviços provinciais, em sobreposição às figuras dos Governadores Provinciais, foi uma decisão política de defesa de poder por parte do partido Frelimo. Tal duplicação de estruturas contribuiu para a desorganização administrativa, aumentou o défice de recursos humanos, materiais e financeiros a nível das províncias. Acima de tudo, gerou confusão.

Um estudo encomendado pelo Governo à consultora Ernst & Young, em 2021, com o objectivo de "Melhorar a capacidade de prestação de serviços e de implementação de políticas no âmbito da descentralização", reprovou essa duplicação de estruturas provinciais e concluiu haver:

- Necessidade de revisão da Constituição da República de Moçambique para eliminação de ambiguidades e incoerências, bem como clarificação do modelo da futura coexistência entre os órgãos de governação descentralizada nas províncias e nos distritos;
- Necessidade de suspensão da actual produção legislativa relacionada com o pacote de governação descentralizada até se realizarem os ajustes necessários à Constituição da República de Moçambique; e,
- Na eventualidade de não se efectuar a revisão da Constituição da República, recomenda-se a revisão das Leis e dos Decretos que estabelecem o quadro legal sobre a organização, competências e o funcionamento dos órgãos de representação do Estado na província e dos órgãos executivos de governação descentralizada provincial por potenciais riscos de desconformidade com a actual Constituição da República de Moçambique para uma reestruturação dos órgãos[160].

O estudo recomendou, ainda, a restruturação dos dois órgãos de governação provincial nos seguintes termos: "Recomenda-se que esta reconfiguração comece pelos ajustes necessários à Constituição da República de Moçambique para clarificação do modelo pretendido de governação descentralizada que coexista com uma entidade de representação do Estado ao nível provincial. E, a seguir, a forma de coexistência entre a governação descentralizada na Província e no Distrito.

Como expoente máximo dessa reconfiguração, deverá ser garantida a separação e clarificação das atribuições entre os Órgãos de Governação Descentralizada e os Órgãos de Representação do Estado, evitando-se a sobreposição e competição de competências.

[159] The Economist Intelligence Unit's Democracy Index.

[160] Ernst & Young (2021) Relatório de Análise Funcional e Reestruturação – Análise Funcional dos Conselhos dos Serviços de Representação do Estado na Província e na Cidade de Maputo e dos Conselhos Executivos Provinciais. Ministério da Administração Estatal e Função Pública. Maputo.

É esta separação de competências que irá simplificar e aproximar os serviços públicos ao cidadão a quem pretende-se servir"[161].

**b) Orçamento Geral do Estado**

O Orçamento Geral do Estado (OGE) reflecte, em grande medida, as prioridades governativas, as políticas públicas, a organização do Estado e da economia, assim como do "estado" da economia. Para a sua análise, são utilizados alguns indicadores que relacionam itens do OGE com a economia (PIB, investimento, dívida, financiamento, etc.). A evolução desses indicares reflecte a evolução da economia e em que medida a gestão governativa é eficiente, e eficaz no cumprimento da política económica e opções de desenvolvimento.

No quadro 14 apresentam-se algumas características financeiras e económicas do Estado. Destacam-se as seguintes: (1) a percentagem das despesas públicas sobre o PIB é de cerca de um terço, o que revela que o Estado é um grande consumidor de recursos da economia (administração despesista); (2) as despesas de funcionamento representam cerca de dois terços do total das despesas do OGE, o que implica um baixo nível de investimento público (primazia da burocracia improdutiva, ou não directamente produtiva, ou impulsionadora do crescimento e do emprego); (3) os gastos com os funcionários públicos têm crescido e representam mais de um terço do total das despesas públicas e entre 12 e 14% do PIB, o que revela uma elevado peso em gastos "não produtivos" com a burocracia e a manutenção de uma base eleitoral; (3) o centralismo reflectido pelos dois terços dos gastos que são realizados a nível central; (4) o défice é crescente e elevado, podendo -se classificar a administração pública como despesista; (5) a dívida pública em relação ao PIB assume proporções que ultrapassam a considerada de gestão equilibrada das contas públicas; (6) a dívida externa varia entre 74,5% e 87,5 do total da dívida e, a interna, cresceu rapidamente nos últimos anos para substituir a queda dos influxos externos (empréstimos e donativos, etc.). Os últimos pontos revelam estar-se perante um Estado "falido[162]".

Grande parte dos gastos com a defesa e segurança não são transparentes. Projectos públicos off the budget (não incluídos/geridos pela contabilidade pública), são geridos directamente por organizações internacionais e da sociedade civil[163]. As dívidas aos prestadores de serviços e bens ao Estado são muito elevadas, assim como das empresas públicas ou com participação do Estado, que totalizavam, em Outubro de 2023, cerca de 40.800 milhões de meticais. A dívida corrente do Estado às empresas fornecedoras de serviços e bens é paga com muitos meses (em alguns casos, anos, como no reembolso do IVA às empresas) de atraso.

[161] Idem.

[162] Veja em Souza, Leisa Cardoso de (2010). Estados falidos: conceitos e uma análise comparativa do termo. Centro Universitário de Brasília. Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Curso de Relações Internacionais.

[163] Trata-se de projectos destinados a determinadas áreas (sobretudo educação e saúde) que foram sendo retirados pelos doadores do Orçamento Geral do Estado devido à falta de transparência na utilização dos mesmos sobre gestão pública.

Quadro 14
Indicadores seleccionados sobre o Orçamento Geral do Estado

| | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Despesas com pessoal/ despesas totais | 0,33 | 0,37 | 0,35 | 0,31 | 0,37 | 0,37 | 0,39 |
| Despesas funcionamento / total de despesas | 0,61 | 0,67 | 0,61 | 0,59 | 0,64 | 0,66 | 0,69 |
| Despesas de âmbito central / total de despesas | 58,7 | 64,8 | 67,2 | 67,6 | 65,3 | 69,3 | 67,0 |
| Défice público / total de despesas | -0,2 | -0,2 | -0,1 | -0,3 | -0,1 | -0,3 | -0,2 |
| Total dívida / PIB | 60,3 | 82,6 | 87,3 | 81,5 | 80,3 | 92,2 | 88,5 |
| Dívida externa / Dívida total | 84,0 | 87,5 | 82,3 | 81,1 | 79,7 | 78,1 | 74,5 |
| Stock da dívida externa total / PIB | 31,9 | 74,5 | 67,1 | 66,4 | 62,6 | 55,4 | 46,5 |

Fonte: Relatório de Execução do Orçamento do Estado. Ministério da Economia e Finanças.
Veja em Mosca, João e Nova, Yara (2024)[164].

Os dados acima revelam, entre outos aspectos, um Estado despesista ("pesado"), burocrático, centralizado, deficitário e altamente endividado, com um grande peso do endividamento externo. Estas características são condições para que a administração pública seja ineficiente e ineficaz e com características de um Estado "frágil[165]" e "falido".

Há ainda a ressaltar que os gastos com a defesa e segurança não são identificáveis nos dados publicados por serem considerados como matéria de segurança[166]. Podem estar incluídas as despesas de aquisições de equipamentos, presença de contingentes militares internacionais e de assessores militares (desde a independência), mesmo que erradas – "Cerca de sete mil soldados fantasmas foram descobertos recentemente nas fileiras das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), após a realização da prova de vida. Trata-se de um escândalo que envolve altos quadros das FADM"[167]. Contrariamente ao investimento externo (objecto de benefícios fiscais, períodos de graça dilatados, facilidades operacionais, etc.), as empresas moçambicanas estão sujeitas a uma carga fiscal elevada[168].

[164] Veja em Mosca, João e Nova, Yara (2023). A contra transformação estrutural agrária em Moçambique. OMR. Maputo. https://omrmz.org/livros/a-contra-transformacao-agraria-em-mocambique/.

[165] "Um Estado é considerado frágil quando não consegue atender às expectativas das suas populações ou gerir mudanças nas expectativas e capacidade através do processo político. A fragilidade surge, portanto, do desequilíbrio substancial nas relações entre Estado e sociedade. Tem muitas causas subjacentes, tanto crónicas, quanto agudas, e pode produzir várias consequências, sendo as mais preocupantes: a vulnerabilidade a conflitos internos, incapacidade de lidar com desastres humanitários e o alto risco de colapso do Estado".

[166] Segundo a narrativa oficial e de defesa do caso das dívidas ocultas no julgamento conhecido como julgamento das dívidas na BO (prisão de alta segurança situado na Machava), estas eram matérias de segurança nacional, o que era acentuado pela presença da RENAMO na Assembleia da República que movia actividades de guerrilha (tratando-se dos conflitos pós-eleitorais); por essa razão, argumentou-se, as negociações e contractos estabelecidos, de natureza fundamentalmente militares e de segurança, deveriam ser mantidos em segurança (segredo). Foram constituídas três empresas relacionadas com as dívidas ocultas: a Mozambique Asset Management (MAM), cujo objecto social principal era a actividade de reparações marítimas; a EMATUM SA, que deveria ter como objectivo principal a actividade de pesca de atum (durante o julgamento questionou-se acerca da existência de equipamentos de espionagem nos barcos sempre estiveram estacionados na base naval de Maputo); e, a ProIndicus, com o objecto social principal de actividade de segurança marítima, principalmente no sector de gás e petróleo offshore. Estas empresas eram de direito privado, mas, todas os órgãos sociais eram ocupadas por dirigentes do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE).

[168] "A taxa do imposto fixada no Código do IRPC, aprovado pela Lei n.º 34/2007, de 31 de Dezembro, é de 32%, excepto nos seguintes casos:

a)10% para a actividade agrícola e pecuária, até 31 de Dezembro de 2010;

b)35% para os encargos não devidamente documentados e as despesas de carácter confidencial ou ilícito tributa-

São sobejamente conhecidos casos de corrupção de diversos tipos, incluindo no Tesouro Público[169].

Existem instituições estatais (por exemplo, órgãos reguladores), comissões ad hoc, despesas de deslocação, custos de mordomias, "casas de função", viaturas muito caras e benefícios protocolares diversos, cobertura médica e medicamentosa em Moçambique e no estrangeiro, etc., para as elites dirigentes.

A corrupção é um enorme problema para a eficácia e eficiência, para a operacionalização e agilização dos processos, uma força destorcedora dos negócios e dos mercados, uma perda de recursos do Estado, isto é, do país, dos cidadãos e das empresas[170]. O caso das dívidas ocultas, com o envolvimento de dirigentes de topo da Frelimo e do governo, de elementos da polícia e do Serviços Nacional de Investigação Criminal (SERNIC)[171], os raptos, tráfico de droga e de recursos naturais, a promiscuidade do envolvimento de políticos em negócios, as exigências do FMI para que o Estado exija provas de vida a todos os funcionários[172], a existência de soldados-fantasmas[173], etc., são evidências de que o fenómeno da corrupção é generalizado e endémico[174].

Por outro lado, o Estado não desempenha as suas funções fundamentais com eficácia e eficiência, como sejam, a prestação de serviços e fácil acesso à educação e saúde de qualidade, a defesa dos cidadãos (física e socialmente), a manutenção de infra-estruturas viárias, urbanas e rurais, impondo, em muitas circunstâncias, pagamentos de legalidade duvidosa aos utentes (portagens, consultas hospitalares, propinas, etc.). Economicamente, muitas funções que deveriam ser realizadas pelo Estado, como, por exemplo, a defesa da concorrência, auditorias quanto à transparência das contas públicas[175] ou acerca das relações entre o público e o privado, não são, ou são-no ineficiente e limitadamente realizadas.

As razões do parágrafo anterior fundamentam a classificação de Moçambique como um Estado frágil. No Índice de Estados Frágeis, em 2016, o país obteve e 87,8 pontos e situou-se na categoria de alto risco; em 2023, Moçambique obteve com 94 pontos e foi classificado na categoria de "alerta"[176]. Isto significa que a situação de fragilidade aumentou entre 2016 e 2023. Em linguagem empresarial, analisando alguns indicadores (por exemplo, a evolução dos défices anuais e do stock da dívida), o Estado poderia ser classificado em situação falên-

dos autonomamente, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 61 do Código do IRPC.". Veja a Lei n.º 34/2007 e o Decreto n.º 9/2008 de 16 de Abril.

169 https://www.cartamz.com, de 25 de Julho de 2019.

170 Segundo o CIP (2021), "Os efeitos colaterais de um escândalo de corrupção tão grande podem ter custado a Moçambique USD 11 mil milhões – quase todo o PIB do país em 2016 – e quase 2 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza. Se Moçambique for forçado a pagar o serviço desta dívida, haverá mais 4 biliões de USD para pagar, para além dos futuros impactos prejudiciais", em Centro de Integridade Pública (2021). Custos e Consequências das Dívidas Ocultas para Moçambique. CIP. Maputo.

171 O Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC), foi criada em Janeiro d e2017, substituindo a Policia de Investigação Criminal (OIC). Os fenómenos/factos apresentados referem-se ao período da PIC e do SERNIC.

172 A terceira avaliação do FMI à implementação do programa de Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) em Moçambique, verificou que a medida aprovada de realizar prova de vida todos os funcionários do Estado não foi cumprida pelo Governo em 2023 como acordado, alegando-se dificuldades operacionais.

173 "O Ministério da Defesa Nacional diz que não há provas da existência de sete mil militares-fantasmas, que recebiam indevidamente salários no exército". Rádio Moçambique, 08/07/2023, https://www.rm.co.mz

174 O Centro de Integridade Pública realizou muitos trabalhos sobre estes temas.

175 Centro de Integridade Pública (2010). Transparência da ajuda externa e do orçamento em Moçambique. CIP. Maputo.

176 Relatório do The Fund for Peace (2019). The Fragile States Index. Washington, D.C. Esta organização considera a pontuação de 90 como a passagem de um Estado na categoria de "perigo" para a de "alerta".

cia financeira. A incapacidade de o Estado assegurar a soberania militar e a independência nas decisões de muitas políticas públicas, de combater os tráficos de droga, de recursos naturais e de pessoas, a debilidade na prestação de serviços básicos à população, de manter a paz e a tranquilidade pública (por exemplo, os raptos), de evitar a fuga e branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, são condições para a designação internacional de Estado "falhado".

**c) A questão da terra**

A terra foi, e é, um elemento fundamental no discurso político; a luta pela independência, tinha como objectivos "libertar os homens e a terra". O discurso oficial foi também, muitas vezes, enviesado, como, por exemplo: "E para suportar esta ideia, Guebuza recorre à história da luta de libertação nacional, ao considerar que os combatentes desta luta se consideravam um só povo pertencente a uma única terra, manifestada, por um lado, pela união entre eles, e, por outro, pela entrega à luta em qualquer parte de Moçambique"[177].
Imediatamente a seguir à independência, a terra foi nacionalizada no dia 24 de Julho de 1975. Segundo a Lei de Terras de 1975, a terra passou a ser propriedade exclusiva do Estado, não podendo ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada. Na República de Moçambique, toda a terra constitui o Fundo Estatal de Terras.

Em 1987, a Primeira Lei de Terras (1975) foi revista, permitindo o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) às seguintes pessoas e entidades:

- As pessoas nacionais, colectivas e singulares, homens e mulheres, bem como as comunidades locais;
- As pessoas singulares e colectivas estrangeiras, desde que tenham projecto de investimento devidamente aprovado e observem as seguintes condições:
  - Sendo pessoas singulares, desde que residam há pelo menos 5 anos na República de Moçambique;
  - Sendo pessoas colectivas, desde que estejam constituídas ou registadas na República de Moçambique.
- O Direito de Uso e Aproveitamento da Terra é obtido por:
  - Ocupação por pessoas singulares e comunidades locais, segundo as normas e práticas costumeiras no que não contrariem a Constituição;
  - Ocupação por pessoas singulares nacionais que, de boa-fé, estejam a utilizar a terra há pelo menos dez anos;
  - Autorização do pedido apresentado por pessoas singulares ou colectivas na forma estabelecida por Lei.

Além de outras reformas, a Lei introduziu procedimentos, níveis de decisão conforme as dimensões das áreas requeridas para DUAT, a necessidade de consultar as comunidades, taxas e valores a pagar, entre outros aspectos, para a obtenção e continuidade do DUAT. Este, tem um prazo de 50 anos renováveis por igual período para as actividade económicas e, se for para habitação própria ou para exploração familiar própria requerida por pessoa singular, não tem prazo. Isto é, a Lei 19/97 assegura, dentro dos limites estabelecidos, o direito ao uso privado da terra, uma das questões fundamentais da primeira Lei (6/79). No âmbito da transparência, as áreas abrangidas por DUAT e outras concessões (por exemplo, reservas

[177] Posse, Lúcio Dionísio Pitoca (2020). Heróis da luta de libertação nacional e a ideia de nação nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza. Revista Crítica de Ciências Sociais, 122/2020.

do Estado e parques naturais) devem constar do cadastro nacional de terras, que deve estar acessível online, o que não acontece

Esta alteração pode ser entendida no âmbito das reformas políticas e económicas do PAE/PRE e a abertura ao capital estrangeiro. Desde então, muitos DUATs foram concedidos, podendo-se distinguir: (1) grandes áreas em uma ou mais províncias, destinadas a grandes empresas de capital estrangeiro[178]; (2) DUATs concedidos às elites nacionais para fins especulativos[179] de parceria com o IDE, para exploração própria ou subaluguer, para licenças de corte de madeira (neste caso, principalmente na área florestal); (3) reservas naturais, algumas das quais geridas por capital estrangeiro; (4) comunidades locais.

As grandes concessões para o IDE não têm obtido resultados favoráveis para Moçambique[180], como foi o caso da Vale S.A. empresa brasileira, com um investimento previsto de cerca de 1,7 mil milhões de dólares americanos, criou em Moçambique A Vale Moçambique, dedicada à exploração de carvão em Moatize, província de Tete. Esta empresa foi inaugurada em Moatize, a 8 de Maio de 2011, com a presença do então Presidente de Moçambique, Armando Guebuza, e do então Presidente da Vale, Roger Agnelli e do ex-Presidente Joaquim Chissano. A Vale Moçambique foi vendida à Vulcan Coal Mozambique, uma filial com 100% da Vulcan International[181], uma empresa que faz parte da Jindal Group que já operava no distrito de Marara, na mesma província de Tete. As razões da venda foram principalmente as seguintes: (1) flutuações de preços do carvão no mercado internacional; (2) antecipação da Vale S.A. (Brasil) relativamente à transição energética; (3) dificuldades de escoamento do carvão por motivos da guerra na zona Centro do país no conflito pós-eleitoral de 2014; (4) capacidade da linhe férrea de Sena e do porto da Beira e a construção/reabitação dos caminhos-de-ferro Nacala Cuamba e Cuamba Moatize, passando por Malawi; (5) questões sociais referidas anteriormente, sobretudo em relação aos reassentamentos e conflitos laborais. Semelhantes dificuldades têm atravessado algumas empresas agrárias de commodities, sobretudo a operar na cultura do algodão.

---

[178] Como, por exemplo, as empresas de exploração mineira e de produção florestal para efeitos de transformação. Em alguns casos, como a Portucel Moçambique, criada em 2009, foram concedidos 173,327 mil hectares por 50 anos em três distritos da província da Zambézia e 182,886 mil hectares em cinco distritos da província de Manica. “Cumpridas as metas de plantação e crescimento da floresta, será instalada numa primeira fase uma unidade de produção de estilha, e, numa segunda fase, uma unidade industrial para o processamento de eucalipto produzindo pasta para papel, beneficiando a balança comercial e contribuindo para o desenvolvimento do país (…). O desenvolvimento do Projecto promoveu já a contratação, directamente e através de prestadores de serviços, de milhares de trabalhadores ocasionais provenientes das comunidades locais e prevê atingir os 7.000 postos de trabalho na sua fase de maturidade. Terá ainda um forte impacto no desenvolvimento do tecido empresarial directamente correlacionado com a actividade florestal e industrial”. https://www.portucelmocambique.com.
A “empresa mãe” foi inicialmente a Portucel Portugal e em 2014 o IFC, membro do Banco Mundial, adquiriu 20% do projecto, mantendo a The Navigator Company (ex-Portucel Portugal), com 80% do capital da Portucel Moçambique”. https://www.thenavigatorcompany.com/Institucional/Portucel-Mocambique.
(…) a Portucel Moçambique tem procedido à apresentação das linhas orientadoras às comunidades localizadas dentro dos DUAT, reafirmando que não irá reassentar nenhuma família ou comunidade.
A opção passa por assinar acordos de partilha de terra com as comunidades ou famílias que queiram integrar o projecto, garantindo que estas mantêm a terra necessária para as suas necessidades, e trabalhando com elas para aumentar a sua produtividade agrária e o seu rendimento. O projecto foi interrompido (“congelado”) em 2018.

[179] Especulação, enquanto conceito económico, significa em não utilizar actualmente um recurso (material ou monetário), aguardo pela evolução dos mercados, na expectativa de valorização desse bem. “especular significa observar e prever variações ao nível dos preços e cotações de determinados ativos com vista à obtenção de um lucro a partir da flutuação desses preços ou cotações”.

[180] Veja mais no ponto 3. com o título 3. Economia do crescimento “robusto” à crise económica e social e no ponto 3.4 Relações externas e Investimento Directo Estrangeiro.

[181] Vulcan International possui ligações com accionistas de um dos maiores produtores de aço do Médio Oriente.

Os conflitos de terras não se têm limitado aos reassentamentos originados pelas grandes concessões. Existem conflitos também entre as populações em consequência de: (1) abertura de novos campos agrícolas e de pastagens devido ao aumento da população e ao sistema de produção itinerante; (2) deslocamentos populacionais como resultado de choques climáticos e consequente pressão sobre a terra e outros recursos naturais; (3) utilização da terra em redor das reservas pelas populações para a produção agrícola, pastagem, caça e corte de árvores para consumo e obtenção de rendimentos monetários; (4) disputas territoriais entre as elites locais, designadamente os lideres comunitários, sobretudo em áreas de fronteira (entre dois ou mais régulos), de onde se podem obtêm rendimentos (por exemplo, taxas de exploração e retorno às comunidades de parte das receitas fiscais de exploração florestal e mineira); e, (5) ampliação das áreas urbanizáveis em redor dos assentamentos urbanos.

Em muitas ocasiões, o Estado, aos diferentes níveis, não tem desempenhado as suas funções no âmbito da legislação vigente, nomeadamente quando: (1) não cumpre os procedimento de concessão de DUATs (por exemplo, processos de auscultação), sobretudo quando estão envolvidas grandes áreas e capital estrangeiro e/ou interesses das elites nacionais aos diferentes níveis; (2) não fiscaliza, nem faz cumprir, os princípios da legislação pelas partes beneficiárias dos DUATs (como, por exemplo, o cumprimento dos projectos de investimento); (3) optar por irregularidades (por exemplo, aluguer temporário a terceiros para fins de exploração de recursos naturais ou de produção agrícola); e, (4) não faz cumprir os acordos entre os beneficiários dos DUATs e as populações abrangidas, no que se refere a reassentamentos, criação de emprego, etc..

Em caso de conflito relativos a ocupações indevidas de terra ou incumprimento da Lei, o Estado actua, geralmente, em defesa do capital, das elites e, se necessário, utiliza a repressão policial contra a população e trabalhadores. Têm ocorrem irregularidades desde o processo de auscultação às populações abrangidas até à tomada de decisão/aprovação aos níveis superiores de decisão. O Governo de Moçambique aceitou ter havido irregularidades na concessão do Direito de Uso e Aproveitamento da terra (DUAT) em Afungi, província de Cabo Delgado, à empresa Rovuma Basin LNG Land, Limitada (RBLL), para a implantação da Fábrica de Liquefacção de Gás Natural no distrito de Palma[182].

Apesar de a terra continuar a ser propriedade do Estado, Moçambique é um dos países que consta na lista dos maiores vendedores e compradores de terra. (…). Cerca de 83,2 milhões de hectares foram objecto de transacções nos países em desenvolvimento, entre 2004 e 2012, destacando-se 56,2 milhões (67, 5%) de hectares foram adquiridos em África, 17,7 milhões (21,3%) de hectares na Ásia e 7 milhões (8,4%) na América Latina". "Entre os países alvo de compra de terra, encontram-se os países africanos (Congo, Sudão e Moçambique), o Brasil, a Rússia e os pequenos países da Oceânia[183]. Moçambique encontra-se na lista como o 4º maior comprador de terra (6% da área comprada)[184].

Existem ilhas concessionadas a diferentes personalidades, sobretudo na costa Sul da província de Maputo e na zona Norte de Cabo Delgado, principalmente para fins turísticos.

[182] https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/duat-atribuido-a-rbll-em-palma-e-ilegal-conclui-relatorio/, de 19-05-2015.
[183] Fonte: Landmatrix (s/d). Em Aiuba, Rabia e Nova, Yara (2018). Ibidem.
[184] Em Aiuba, Rabia e Nova, Yara (2018). Indicadores de Moçambique, da África Subsaariana e do Mundo. Observador Rural Nº 69. OMR. Maputo.

Nas figuras 6 e 7 apresenta-se os mapa-mundo como os 10 países que mais são alvo da compra de terras e os 10 que mais compram terra.

Figura 6
Top 10 países alvo de compra de terra no mundo

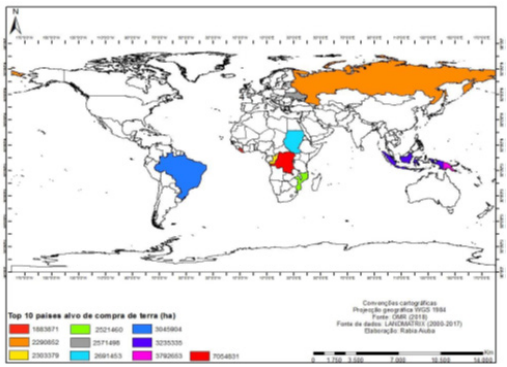
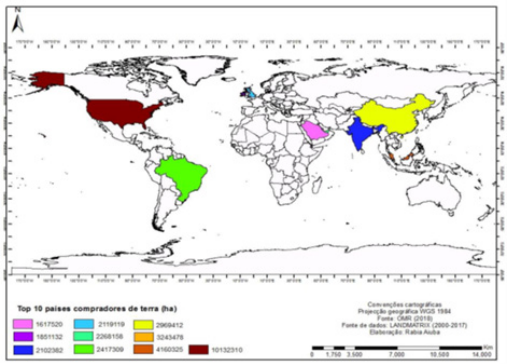



Figura 7
Top 10 países compradores de terra no mundo




Nota: Informação referente aos contractos transnacionais, firmados de forma oral e escrita, de 2000 a 2017 (somatório).
Fonte: Fonte: Landmatrix (s/d). Em Aiuba, Rabia e Nova, Yara (2018)[185].

"Esta realidade pode ser analisada no quadro das reconfigurações da divisão internacional do trabalho, onde os actuais países subdesenvolvidos se desenvolverão subdesenvolvendo-se, produzindo alimentos para o mundo (sobretudo para o Sul da Ásia), abastecimento do sistema agro-alimentar internacional (matérias-primas), transformando-se em reservas ecológicas e de preservação ambiental, aproveitando, a curto prazo, o negócio do carbono (…). Por outro lado, nos países desenvolvidos, concentram-se os sectores da designada nova economia[186] e com tecnologias e sectores assentes no conhecimento e em tecnologias de última geração"[187] Aiuba e Nova (2018, Ibidem).

[185] Em Aiuba, Rabia e Nova, Yara (2018). Indicadores de Moçambique, da África Subsaariana e do Mundo. Observador Rural Nº 69. OMR. Maputo.
[186] As empresas da nova economia são fortemente baseadas em tecnologia e informação, operando em sectores como software, biotecnologia, energia renovável e serviços digitais. A inovação e o desenvolvimento tecnológico são centrais para suas operações. Para um resumo do conceito, veja O que é a Nova Economia? Entenda principais características e influência no mercado. https://institucional.ifood.com.br/noticias/o-que-e-a-nova-economia-entenda-principais-caracteristicas-e-influencia-no-mercado/.
[187] Assim pode-se entender que os países que mais compram terra sejam os EUA, a China, Índia, países árabes, Brasil e países da Oceânia. Em relação aos EUA, podem-se colocar questões geoestratégicas e alimentares no quadro da crescente especialização económica e domínio de espaços e rotas marítimas e da preservação de civilizações. A China e a Índia estarão motivadas para a produção/abastecimento de alimentos e correspondente domínio das rotas terrestres entre a costa índica e as zonas produtoras, incluindo, nesta lógica, a protecção militar. O Brasil constitui a maior potência do agro-negócio internacional, querendo expandir a sua produção de commodities alimentares e de matérias-primas para a agro-indústria de determinados países importadores de alimentos, para além das suas estratégias de expansão nos países do sul da América do Sul (principalmente Uruguai e Paraguai).

**d) A construção da identidade nacional**

A construção de um Estado com respeito pelas identidades nacionais constitui um objectivo em qualquer país, sendo constituído por mais que uma nação[188] ou grupos com identidades socioculturais e históricas diferenciadas. Em Moçambique, tal como noutros países, o discurso oficial refere-se à "Unidade Nacional", "um só Povo, uma só Nação" e outros slogans, tratando-se de consolidar um mesmo pensamento de pertença a um território de povos com diferente história, cultura e tradições e, muitas vezes, com relações seculares de conflituosidade entre si[189]. O discurso oficial da unificação dos povos para o objectivo do seu envolvimento nas lutas de libertação nacional, considerava o colonialismo como o "inimigo comum". Esse discurso procurava também unificar o "povo" em redor das frentes de libertação que se outorgavam como único e legítimo representante do povo, eliminando o surgimento de outras forças políticas. Eram os primeiros sinais do autoritarismo, militarismo e o centralismo das instituições. O quadro 15 revela que os sentimentos de nacionalidade e de nação não estão plenamente assumidos na mente de grande parte dos moçambicanos. Apenas cerca de um quarto da população se assume somente com a identidade nacional.

Quadro 15
Pergunta: Se estivesse que escolher entre ser moçambicano e o seu grupo étnico, qual destas afirmações expressa melhor o seu sentimento

| Afirmação | Urbano | Rural | Homem | Mulher | Total |
|---|---|---|---|---|---|
| Sinto apenas (grupo étnico) | 7.9 | 7.6 | 8.6 | 6.9 | 7.7 |
| Sinto mais (grupo étnico) que (identidade nacional) | 8.7 | 10.7 | 10.3 | 9.5 | 9.9 |
| Sinto igualmente (identidade nacional) e (grupo étnico) | 51.1 | 44.6 | 46.6 | 47.5 | 47.0 |
| Sinto mais (identidade nacional) que (grupo étnico) | 7.7 | 10.3 | 9.8 | 8.9 | 9.3 |
| Sinto apenas (identidade nacional) | 23.8 | 26.1 | 24.0 | 26.4 | 25.2 |

Fonte: Afrobarometer (2024). Summary of Results: Afrobarometer Round 9 Survey in Mozambique, 2022, página 66.

Estas constatações podem ser justificados pelas seguintes razões: (1) desigual representatividade nas instâncias do poder, sobretudo nos escalões mais altos da Frelimo e do governo; (2) diferenças acentuadas na alocação de recursos e de oportunidades de negócio, e na cobertura espacial dos serviços aos cidadãos (educação, saúde, água potável), implicando evoluções diferenciadas da riqueza (e da pobreza); (3) conflitos laborais e derivados de migrações; (4) aprofundamento das desigualdades sociais e territoriais com persistente incidência na cidade e província de Maputo; (5) conflitos armados com conotações étnicas, principalmente a guerra civil e os conflitos pós-eleitorais; e, (6) maior pobreza no meio rural que no urbano.

[188] Existem estados-nações que se desenvolvem integrando várias identidades culturais seculares (ou milenares), como são os casos da Suíça, Espanha, entre outras.

[189] "O tribalismo semeia o princípio de que há grupos étnicos superiores e inferiores, corajosos e não corajosos, inimigos do opressor e submissos ao opressor, com mais ou menos direitos e, mesmo, com mais e menos representantes na Direcção. (…)
Hoje, estamos a vencer a guerra porque estamos unidos. Estamos a construir uma Nação porque liquidámos a tribo". Machel, Samora Moisés (1973). Impermeabilizemo-nos Contra as Manobras Subversivas, Intensificando a Ofensiva Ideológica e Organizacional no Seio dos Combatentes e Massas.
Fonte: Mozambique History Net. ttps://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mes/manobras.htm.

**e) A luta da sociedade civil pela transparência da gestão da coisa pública**

Por mais de uma década, organizações da sociedade civil moçambicana têm defendido a publicação dos contractos assinados entre o governo e as empresas que operam no sector extractivo. As respostas, tanto do governo, quanto das empresas, foram que a publicação dos contractos colocaria em risco a essência dos aspectos comerciais de cada projecto. Este argumento foi desmascarado em várias ocasiões usando evidências teóricas e empíricas de vários países que provaram que o caso moçambicano estava errado.[190]

Assim, a publicação dos contractos assinados entre o Governo de Moçambique e as multinacionais do sector mineral-energético seria crucial para um debate público informado e escrutínio para verificar até que ponto as empresas pagam o que deveriam, conforme seu contracto com o Estado. O público deve ter a capacidade de verificar o que e quanto as instituições governamentais estão a receber, e o que as empresas devem pagar a elas.

Conforme a Lei de Minas de 2014, o governo concordou em publicar apenas os contractos assinados após a aprovação da lei. Isso significava que os contractos mais importantes, realizados antes da lei entrar em vigor, como os contractos com a Mozal, Vale (actualmente Vulcan), Kenmare e Sasol, nunca seriam publicados. Isso foi interpretado como um progresso limitado em direcção à transparência dos contractos. Conforme observado pelas normas legais, a lei nunca tem efeitos retroactivos se o efeito não for benéfico para os sujeitos afectados.

A publicação de contractos novos e antigos permitiria o acesso a informações sobre o desenvolvimento económico local, o uso da terra, os direitos da comunidade (que, em muitos casos, são definidos nos contractos) e permitiria um debate informado sobre se, em nome do seu povo, o governo assinou contractos justos e competitivos. Infelizmente, a capacidade das organizações da sociedade civil para entender e problematizar esses contractos tem sido bastante limitada.

Idênticas tentativas têm sido realizadas por algumas organizações sobre a ocupação ilegal de terras, os reassentamentos, o tráfico de madeira e de marfim, a corrupção, o orçamento do Estado e outros aspectos onde se revelam falta de transparência, sinais de corrupção, não cumprimento da legislação. As instituições governamentais, geralmente, não respondem com medidas concretas.

[190] Selemane, T. (2022) Mozambique's coal implosion amidst global climate catastrophes. Journal of Australian Political Economy. No. 89. Winter Edition.

## 10. Concluindo

Depois da independência e até ao Acordo de Paz em 1992, o país atravessou profundas mudanças políticas, de política económica e respectivas políticas públicas. Passou-se de um capitalismo periférico, tardio e colonial, para uma "experiência socialista" (1975-1987) num país subdesenvolvido e, depois, um período de reformas económicas e políticas orientadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI ou IMF, em inglês) (1987- finais do século XX). Finalmente, após finais do século XX, vigora um modelo extractivista e dependente[191], reproduzindo o subdesenvolvimento. A secundarização da agricultura, a desindustrialização e a emergência da exploração de recursos naturais, foram as principais transformações estruturais que aconteceram no período em análise.

Do presente texto, pode-se sugerir que Moçambique atravessou períodos de grave crise derivada, sobretudo, das mudanças radicais de um modelo de capitalismo periférico colonial para uma tentativa de socialização com guerra civil e de alterações internacionais importantes, designadamente o colapso do socialismo na Europa. Posteriormente, atravessou-se uma fase de relativa estabilidade política[192] e crescimento económico, impulsionados, sobretudo, pelo IDE centrado nos sectores extractivos, na produção agrícola de commodities, nos transportes e comunicações (corredores de Maputo, Beira e Nacala) e pelo investimento nacional nas áreas dos transportes rodoviários (camionagem) e construção civil, associados às demandas do IDE, sem que, contudo, se estabelecessem relações intersectoriais fortes nem a retenção de valor acrescentado no país.

O crescimento após a guerra civil, particularmente depois do início do presente século, foi afunilado, sectorial e espacialmente, e foi gerador de mais pobreza e maiores desigualdades sociais e territoriais. Apesar de o indicador do IDH ter melhorado, a posição do país não sai dos dez piores classificados no ranking internacional deste índice. A evolução da estrutura económica tem aprofundado as características subdesenvolvidas, o que se reflecte no contributo de cada sector para a formação do PIB, no nível de riqueza gerada, nos indicadores e estrutura da balança comercial e de pagamentos, e consequente défice externo, na dependência económica, nos níveis de escolarização, tecnológico das empresas e das burocracias, na saúde e no acesso a serviços que determinam o bem-estar dos cidadãos. O aumento da oferta desses (e de outros) serviços não acompanhou o crescimento demográfico, aumentando o fosso entre a oferta e a procura. O número de pobres tem aumentado, assim como as desigualdades sociais e espaciais.

A capacidade de investimento nacional é muito baixa devido, por um lado, às poucas receitas do OGE, à baixa poupança nacional, e consequente nível de investimento, ao crescente défice fiscal e da dívida pública. A agravar, ressalta-se que, além da baixa poupança interna, persiste uma carga fiscal alta, mercados intervencionados e destorcidos e mau ambiente de negócios[193], gerando uma baixa lucratividade empresarial. O empresariado nacional é recente, com fortes constrangimentos macroeconómicos (politica monetária e fiscal e ambiente de negócios), geralmente com pouca formação técnica e de gestão, sem ética profissional,

[191] No processo de configuração do modelo extractivista e dependente, pode ter havido dois períodos em que o objectivo não eram esses; no colonialismo tardia depois de princípios da década de 50do século XX) com o modelo de industrialização e substituição de importações e no período "socialista".

[192] Não obstante, existiu o início de uma nova guerra após as eleições de 2014 a 2016 que durou aproximadamente 3 anos.

[193] Segundo o Banco Mundial, Moçambique ocupava, em 2019, o lugar 138º no ranking do ambiente de negócio, entre 190 países avaliados.

emergindo, consequentemente a cultura da “bolada”; os empresários de “sucesso” coincidem por serem militantes da Frelimo ou a eles conectados, realizando os seus negócios assentes no lóbi político e na protecção da Frelimo, do governo e do sistema judicial. Acrescenta-se, ainda, a instabilidade derivada dos ciclos económicos, a persistência de uma política monetária muito restritiva subalternando o investimento nacional, a produção e a criação de emprego (excepto no período socialista), tendo como objectivos o controlo das variáveis nominais da economia (inflação, divida e défice interno e externo).

Moçambique possui uma economia dependente, com períodos conjunturais de agravamento do nível de dependência para a classificação de muito dependente, o que resulta do aumento do défice público e da balança de pagamento, da dívida externa e interna, do peso do investimento directo estrangeiro, nos níveis da cooperação e outros indicadores. A dependência manifesta-se, ainda, nos escassos recursos internos para acudir a crises humanitárias, financeiras e outras. No caso da guerra de Cabo Delgado, a dependência económica alarga-se à soberania nacional.

Existem sinais de aumento da intensidade e frequência dos choques climáticos e da vulnerabilidade às comoções externas, tanto económicas, como de segurança e do ambiente, para

os quais o país está deficientemente preparado com instituições espacializadas e eficazes, escassas reservas financeiras e alimentares, capacidades de pré-aviso, entre outros aspectos. A situação económica do país possui raízes profundas de longa duração, pré-coloniais e coloniais, em consequência de factores próximos internos e externos. A narrativa oficial enfatiza as crises económicas externas, os conflitos armados (também por ´ mão externa´ ) e os choques climáticos, como justificação para a crise económica, social, e de instabilidade social e militar. Para além de ser difícil atribuir estas razões a factores exclusivamente externos ou internos, as opções dos modelos económicos, das políticas económicas e públicas, a ineficácia das instituições, a corrupção e a partidarização do Estado de grande parte dos sectores da economia são, geralmente, secundarizadas ou não referidas. Moçambique tem tido políticas públicas não concordantes com as narrativas políticas e desajustadas das realidades internas e dos contextos externos. O caso da secundarização dos pequenos produtores agrárias e do meio rural podem ser considerados de paradigmáticos.

Moçambique possui um Estado com poucos recursos e uma administração pública ineficaz, ineficiente e frágil, possui pouca capacidade para assegurar serviços universais básicos, a promoção do desenvolvimento endógeno, a segurança dos cidadãos, a defesa dos direitos humanos[194] , a estabilidade social, o combate aos factores geradores de conflitos e criminalidade, entre outros aspectos. A partidarização do Estado, a concentração e centralização dos poderes de decisão, a falta de transparência em muitos actos administrativos e decisórios, e a corrupção, aprofundam a ineficácia e ineficiência.

Além das crises económica e social e de sucessivos conflitos militares, a permanência de factores de conflitualidade, e a incapacidade de o Estado ultrapassar essas situações com relações múltiplas entre o “interno” e o “externo”, implica que Moçambique esteja classificado na zona cinzenta quanto ao financiamento do terrorismo e seja ainda conhecido como uma das zonas de tráfico internacional de droga e de pirataria marítima da costa oceânica, em particular do canal de Moçambique. Estes aspectos acrescentam factores à classificação de

[194] O Projecto Mundial da Justiça (World Justice Project) publicou o Índice Mundial do Estado de Direito em 2023 e classificou Moçambique no lugar 128º em 142 países considerados.

Estado frágil e, segundo o autor, de Estado falhado em algumas zonas, como, por exemplo, actualmente, em vastas zonas da província de Cabo Delgado.

É importante questionar se ser um Estado frágil, pelas múltiplas razões que assim o fazem ser classificado, não é conveniente ao capital e a interesses geoestratégicos, pois reforça o modelo económico extractivista, subalterniza as opções de política económica nacionais, coloca o país numa situação de dependência externa e da cooperação internacional e desenvolve uma elite sem ética (corrupção, promiscuidade entre o público e o privado, nomeações de "conveniência" política e familiar ou regionalista/étnica), que se tornam aliadas das elites externas, do capital multinacional e dos interesses geoestratégicos políticos, militares e económicos das grandes potências.

Porém, o Estado é "forte" quando existem situações de instabilidade crítica, de diferentes naturezas (manifestações, greves e outras formas de questionamento do status quo) e no controlo social da sociedade e das instituições públicas, privadas e da sociedade civil; mas frágil quando se trate de controlar e promiscuir o investimento privado com os interesses público, partidários e das suas elites. Nestas circunstâncias, existem instituições "fortes" que as forças de defesa e segurança actuam de forma violenta e desproporcionada, na repressão da sociedade civil, marginalização económica e social de pessoas críticas ao sistema através de mecanismos de coacção, raptos e torturas, captura de consciências, prisões arbitrárias, "desaparecimentos" e fuzilamentos.

A independência fez surgir um novo país na comunidade internacional o que foi muito importante. Houve avanços importantes nas áreas da educação e saúde, abastecimento de água e energia, mas a um ritmo de oferta de serviços inferior ao crescimento demográfico (reduzindo os rácios "por habitante") e em prejuízo da qualidade, gerando-se sentimentos de elevada insatisfação, sobretudo da população de rendimentos baixos. Afirmam-se as culturas diversas. A ritmos lentos, emerge o sentimento de pertença a um país, mas mantendo, no fundamental, as diversas identidades históricas e socioculturais.

A diplomacia moçambicana, seguindo o princípio de não alinhamento, soube mobilizar/convencer a comunidade internacional sobre as vantagens internas que, pressupostamente, serão atingidas pelos níveis do IDE, da cooperação internacional, de empréstimos financeiros, de perdões da dívida externa, pela representação em importantes instituições internacionais e no âmbito da defesa e segurança.

Moçambique está, geralmente, posicionado nos últimos lugares da maioria dos rankings internacionais dos indicadores políticos, económicos e sociais, conforme se foi referenciando ao longo do texto.

Moçambique é um país com uma estrutura económica e social historicamente subdesenvolvida em constante aprofundamento, com períodos de ruptura de curto prazo não suficientes para alterar a trajectória de longa duração. O sistema político e as nomenclaturas partidárias e as suas alianças com os interesses geoestratégicos, políticos e económicos externos, são coerentes com a divisão internacional de trabalho que faz do país uma reserva de recursos naturais (incluindo a terra). O modelo extractivista cria crescimento económico sectorial e espacialmente concentrado, e é funcional com um Estado frágil e falido para as multinacionais e, quando necessário, um Estado falhado em algumas zonas do território nacional.

O Estado moçambicano possui génese autoritária, militarista e centralizadora oriunda da Frelimo, desde a sua fundação, auto afirmando-se como a única e legítima representante do povo, eliminando, se necessário, militar e politicamente, qualquer emergência de alternativa ao poder. Assim se manteve um regime totalitário após a independência (1975-1994), pela manipulação do sistema político e eleitoral (a partir de primeiras eleições gerais em 1994), permitindo a permanência no poder da Frelimo tornando, o regime político de monopartidário, primeiro (desde a independência até 1994), num regime de maioria parlamentar, desde então, configurando-se em regime de partido dominante.

Uma das grandes questões é saber se a variante socialista foi realmente uma opção partidária ou reflectiu uma conjugação de forças de esquerda no seio do movimento de libertação através de militantes de formação comunista em alguns países da Europa (sobretudo Portugal e França) e Argélia dos anos 1960, em aliança com uma facção populista, originando os discursos de populismo de esquerda de corte nacionalista, que representavam uma minoria nos círculos de poder e decisão da Frelimo desde os processos para a sua fundação[195].

O processo pós independência foi influenciado pela evolução das ideologias, a origem classista da maioria dos seus dirigentes[196], as origens étnicas[197] e raciais. Pode-se deduzir que muitos militantes não concordantes com a opção das estratégias e ideologias populistas de esquerda permaneceram no seio da Frelimo numa perspectiva de obtenção de benefícios a longo prazo. Estes foram os primeiros a ocupar as casas, as empresas, as oportunidades de negócio, das sociedades com empresas estrangeiras e envolvidos na obtenção de riqueza de origem duvidosa.

O quadro 17 procura sintetizar as narrativas da Frelimo até ao fim da década dos anos 80 de raízes populistas de esquerda e nacionalistas, onde é manifesta a "viragem em 180º" de grande parte dos indicadores mais representativos da evolução política a económica nos últimos 50 anos. É difícil estabelecer limites evidentes entre os diversos elementos das narrativas e sua evolução.

[195] Nesse processo e ao longo da luta de libertação nacional, muitos nacionalistas foram excluídos da Frelimo por motivos diversos, como, por exemplo, a origem e ligações externas aos movimentos de libertação onde foram constituídos (Malawi, Rodésia do Sul e Tanzânia), a origem étnica dos respectivos militantes, e as estratégias para alcançar a independência. Veja as características de cada um dos movimentos (UNAMI, UDENAMO e MANU), os objectivos da FRELIMO, as divergências no seio da Frente e os principais acontecimentos rumo à independência em 1975. Cipriano, Leandio (2010). A Génese da FRELIMO- Os grupos e interesses na formação da Frente de Libertação Moçambicana (1964-1974). Academia Militar. Direcção de Ensino. http://hdl.handle.net/10400.26/7257
UNAMI (A União Nacional Africana de Moçambique Independente); UDENAMO (União Nacional Democrática de Moçambique); Mozambique African National Union (depois, União Nacional Africana de Moçambique).

[196] A maioria dos dirigentes da Frelimo são oriundos de famílias assimiladas (professores primários, enfermeiros, régulos, soldados do exército português que desertaram, intérpretes de línguas locais nas administrações do Estado colonial e pessoas formadas em missões religiosas.

[197] Existe até à actualidade, a aliança entre changanes (os mais letrados) e macondes (guerreiros) o que fez decidir sobre a Tanzânia (devido em parte devido à relação fronteiriça) como país acolhedor da Frelimo. Os nacionalistas, principalmente com origem da zona Centro e do vale do Zambeze, entre outros, foram sucessivamente excluídos/expulsos da Frelimo.

Quadro 16
Do país “sonhado” (narrativas) ao país vivido (ao longo de 50 anos de independência)

| O país “sonhado” (narrativas) | O país vivido (depois de 50 anos de independência) |
|---|---|
| O Partido dirige o Estado e a sociedade | A Frelimo comanda o Estado em condições de monopartidarismo ou de partido dominante, controla a economia e a sociedade a todos os níveis |
| Estado de operários e camponeses | Estado dominado pelas elites da Frelimo (classista) e com corrupção endémica - plataforma de distribuição hierarquizada de recursos financeiros e materiais |
| Estado popular democrático<br>Direitos humanos e democracia | Estado autoritário, centralizado, concentrador do poder e imbuído de corrupção endémica |
| | Campos de reeducação, fuzilamentos, desaparecimentos/sequestros e prisões arbitrárias |
| | Fase de uma democracia aparente após o Acordo Geral de Paz (1992) até por volta de finais do século XX |
| Dirigentes do partido Frelimo primeiros nos sacrifícios e últimos nos benefícios | Elites partidárias com benesses diversas: distribuição de lugares em conselhos de administração de empresas e institutos públicos, mesmo sem qualificações, obtenção de licenças mineiras e DUATs para posterior venda a investidores, contractos com entidades do Estado, mesmo sem mérito, bolsas de estudo para os filhos no estrangeiro, tratamento médico no estrangeiro, aquisição de viaturas, , casas de “função”, viagens em serviço com pockets money chorudos, assistência protocolar com várias viaturas, mesmo após cessação de funções, empregados e seguranças pagos pelo Estado, reformas acumuladas, etc. |
| Construção da unidade nacional e sociedade anti-tribalista e anti- racista | O sentimento de pertença identitária a uma nação com diversas identidades não superou o sentimento identitário de uma região ou etnia.<br>O discurso não é racista, mas múltiplas decisões governamentais e sentimentos populares têm a cor da pele, da etnia e da militância partidária como referência. |
| Paz | Guerras em 27 dos 50 anos de independência<br>Instabilidade social (manifestações e greves)<br>Clima de indignação, sobretudo em jovens recém-formados |
| Socialismo e economia de planificação centralizada | Combinação de capitalismo de Estado periférico e mercado “selvagem” e predominância de “boladas” a diferentes níveis |
| País independente, desenvolvido e próspero | País dependente de directivas externas: IBW (e outros), do capital estrangeiro e da cooperação, num quadro de interesses geoestratégicos |
| Agricultura como base do desenvolvimento | Agricultura de exportação e secundarização dos pequenos produtores de alimentos, importação massiva de bens alimentares |
| Aldeias comunais, as “cidades no campo” | Após a independência como forma de controlo da população e reserva de mão-de-obra para as E.E.<br>Após o fim da guerra, as aldeias quase desapareceram, mas as zonas de reassentamento construídas para dar lugar a megaprojectos de mineração repetem a concepção das “aldeias comunais” |

| O país “sonhado” (narrativas) | O país vivido (depois de 50 anos de independência) |
|---|---|
| Indústria como factor dinamizador | Processo acentuado de desindustrialização da economia após o processo de privatização, em que as elites da Frelimo foram as principais beneficiárias |
| Energia e água | Serviços socialmente alargados (embora com taxas inferiores ao crescimento demográfico) e emergência do sector privado de distribuição e agentes informais sem controlo de qualidade |
| Saúde estatal universal e gratuita, estatizada para o povo | Serviços de saúde socialmente alargados (embora com taxas inferiores ao crescimento demográfico) de baixa qualidade. Da nacionalização e vedação da actividade privada ao sector privado para famílias de rendimento alto e sem controlo de qualidade |
| Educação para todos, estatizada para o povo | Expansão da rede de educação sem controlo de qualidade, sem garantia de condições mínimas para o seu funcionamento, como o livro escolar, as carteiras ou edifícios escolares.<br>Graduação de alunos sem mínimas competências em todos os níveis de ensino. |

Este livro procura apresentar a situação económica e social de Moçambique ao longo dos 50 anos depois da independência. Não pretende fazer qualquer comparação, quantitativa ou qualitativa, com o período antes da independência. Os autores delimitam o período de 1975 a 1977 até finais da mesma década, momento em que se implementou a "experiência socialista" e, posteriormente, o Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) "sugerido" pelas Instituições Financeiras Internacionais, particularmente as de Bretton Woods (IBW), e o período seguinte, denominado de economia com crescimento "robusto", à crise de um Estado frágil, focando-se nos finais do século XX até à actualidade.

Os principais domínios analisados são os seguintes: Produto Interno Bruto (PIB) e estrutura económica; população e emprego; pobreza; relações económicas externas e dependência externa; conflitos; e, ambiente. No final faz-se um resumo na tentativa de uma análise geral e sintética sobre a situação económica e social de Moçambique após 50 anos de independência.

A análise dos 50 anos de independência é feita comparando as expectativas de sociedade e economia veiculada por narrativas políticas (país sonhado) e a evolução e situação do país ao longo desse período (país vivido).

Os autores.

OMR
Observatório do Meio Rural

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige